



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES

MARISA FREITAS DA SILVA

**TENDÊNCIAS RECENTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL: O
CASO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE**

Recife

2025

MARISA FREITAS DA SILVA

**TENDÊNCIAS RECENTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL: O
CASO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia - PIMES do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Teoria Econômica

Linha de pesquisa: Economia Regional

Orientador: Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Marisa Freitas da.

Tendências recentes do desenvolvimento regional do Brasil: o caso da industrialização do Nordeste / Marisa Freitas da Silva.
- Recife, 2025.
166f.: il.

Dissertação (Mestrado) ? Universidade Federal de Pernambuco,
Programa de Pós-Graduação em Economia, 2025.
Orientação: João Policarpo Rodrigues Lima.
Inclui referências e anexos.

1. Industrialização; 2. Nordeste; 3. Desigualdade Regional.
I. Lima, João Policarpo Rodrigues. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

MARISA FREITAS DA SILVA

**TENDÊNCIAS RECENTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO
BRASIL: O CASO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia - PIMES do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovado em: 10/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima
(Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dra. Maria Fernanda Freire Gatto Padilha
(Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
(Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Evandro e Giane, meus maiores incentivadores, que sonham comigo os meus sonhos.

Agradeço aos meus amigos e, em especial, àqueles que fiz durante esses dois anos intensos de mestrado: Beatriz, Mônica, Daniel e Ielyson. Sem eles, a caminhada teria sido muito mais árdua.

Agradeço ao meu parceiro de todas as horas, Jefferson, por me escutar e apoiar sempre.

Agradeço também ao Professor Dr. João Policarpo pelas orientações e por ter ministrado as melhores disciplinas dessa jornada.

RESUMO

O Nordeste é uma região que, historicamente, emergiu em um contexto histórico de desenvolvimento econômico desvantajoso. Para entender essa realidade, é necessário analisar o processo de industrialização no Brasil, o qual reforçou diversos aspectos relacionados à desigualdade e à concentração setorial e regional da renda. Em um esforço para diminuir essa desigualdade, o governo brasileiro criou políticas nacionais, estaduais e setoriais, como a Sudene, o I e o II PND. A partir dos anos 2000, com o progresso econômico brasileiro, que, consequentemente, impactou o Nordeste, o processo de industrialização do Nordeste também foi apoiado por financiamentos maciços do BNDES, além de ter sido beneficiado pelos investimentos pesados em infraestrutura do PAC. Como resultado, a dinâmica econômica do Nordeste passou a acompanhar a tendência de crescimento do ciclo econômico nacional. Este trabalho utiliza revisões bibliográficas que abordam o histórico das políticas nacionais e estaduais implementadas ao longo dos anos com o intuito de impulsionar a industrialização da região, bem como das teorias de desenvolvimento. Busca-se, também, analisar as mudanças ocorridas no Nordeste a partir dos anos 2000, que impactaram não só o desenvolvimento da região, mas também o processo de industrialização. Concluída essa análise, o trabalho procura compreender o processo de industrialização nordestina entre as décadas de 2010 e 2020, em comparação com o cenário nacional, além de identificar as características da estrutura produtiva industrial dos estados nordestinos e sua evolução após 2010. Para estudar quantitativamente esse cenário, utilizou-se a análise das Aglomerações Industriais Relevantes (AIRs) brasileiras, e, posteriormente, das Aglomerações Industriais Potenciais (AIPs) da região Nordeste. Verificou-se que, entre 2010 e 2020, o Brasil ganhou nove AIRs, enquanto o Nordeste obteve apenas uma. Além disso, o trabalho discute a modesta desconcentração industrial brasileira, mas evidencia as características cristalizadas da região nordestina, como a concentração da industrialização no litoral e a limitada diversificação da sua base produtiva.

Palavras-chaves: Industrialização. Nordeste. Desigualdade Regional

ABSTRACT

The Northeast is a region that has historically emerged in a context of economically disadvantaged development. To understand this reality, it is necessary to analyze the process of industrialization in Brazil, which reinforced various aspects related to inequality and the sectoral and regional concentration of income. In an effort to reduce this inequality, the Brazilian government implemented national, state, and sectoral policies, such as Sudene, the First and Second National Development Plans (PNDs). From the 2000s onwards, with Brazil's economic progress, which consequently impacted the Northeast, the region's industrialization process was also supported by massive financing from BNDES and benefited from heavy infrastructure investments under the Growth Acceleration Program (PAC). As a result, the Northeast's economic dynamics began to follow the national economic cycle's growth trend. This study utilizes bibliographic reviews addressing the history of national and state policies implemented over the years to promote the region's industrialization, as well as development theories. It also seeks to analyze the changes that occurred in the Northeast from the 2000s onwards, which impacted not only the region's development but also its industrialization process. Upon completing this analysis, the study aims to understand the industrialization process in the Northeast between the 2010s and 2020s in comparison with the national scenario, in addition to identifying the characteristics of the industrial production structure of the northeastern states and its evolution after 2010. To quantitatively study this scenario, the analysis of Brazil's Relevant Industrial Agglomerations (AIRs) was conducted, followed by the identification of Potential Industrial Agglomerations (AIPs) in the Northeast. It was found that between 2010 and 2020, Brazil gained nine AIRs, while the Northeast gained only one. Additionally, the study discusses the modest industrial deconcentration in Brazil but highlights the crystallized characteristics of the Northeast, such as the concentration of industrialization along the coast and the limited diversification of its productive base.

Keywords: Industrialization. Northeast. Regional Inequality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Emprego nas indústrias de transformação e extrativa mineral por região e estado 1989 – 1997	42
Tabela 2 – Indicadores macroeconômicos 2000 – 2010.....	45
Tabela 3 – Desembolso do BNDES por estados do Nordeste (em R\$ milhões) 1998 – 2010.	48
Tabela 4 – Investimentos previstos para estados do Nordeste no PAC 2007 – 2010	54
Tabela 5 – Evolução do estoque de empregos formais no Brasil 2002 – 2010.....	59
Tabela 6 – Evolução do rendimento das famílias por região 2000 – 2010	59
Tabela 7 – Proporção de pessoas de 18 a 24 anos matriculadas no ensino superior (em %) 2000 – 2010	61
Tabela 8 – Taxa de analfabetismo por região (em %) 2000 – 2010.....	62
Tabela 9 – Taxa de crescimento e distribuição do Valor Adicionado setorial (em %) 2000 – 2010	70
Tabela 10 – Quantidade de empregos industriais das AIRs e das não AIRs por regiões 2010 – 2020	75
Tabela 11 – Evolução do número de AIRs por região 2010 – 2020	76
Tabela 12 – Empregos industriais nas AIPs de primeira e de segunda ordem – 2020.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação do PIB das Grandes Regiões no PIB do Brasil (em %) – 2023	29
Gráfico 2 – Participação do PIB dos estados do Nordeste no PIB da região nordestina (em %) – 2023	30
Gráfico 3 – Distribuição dos investimentos do PAC por região (em %) 2007 – 2010	53
Gráfico 4 – Distribuição dos investimentos do PAC por estados do Nordeste (em %) 2007 – 2010	54

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Região Nordeste: divisão territorial por estado	27
Mapa 2 – Estoque de emprego na indústria de transformação (escala microrregional) – 1990	66
Mapa 3 – Estoque de emprego na indústria de transformação (escala microrregional) – 2007	67
Mapa 4 – Aglomerações industriais relevantes (AIRs) no Brasil – 2010	78
Mapa 5 – Aglomerações industriais relevantes (AIRs) no Brasil – 2020	78
Mapa 6 – Evolução das aglomerações industriais relevantes (AIRs) no Brasil 2010 – 2020 ..	80
Mapa 7 – Aglomerações industriais potenciais (AIPs) no Nordeste – 2020	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	17
2.1 Conceito de desenvolvimento econômico	17
2.2 Conceito de desenvolvimento econômico no Brasil	21
2.3 Delimitação da área Nordeste e suas principais características	26
3 BREVE HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA	33
4 NORDESTE DOS ANOS 2000	44
4.1 Transformação social e econômica do Nordeste nos anos 2000	45
4.2 Desenvolvimento industrial do Nordeste a partir dos anos 2000	62
5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	73
5.1 Tendências recentes da industrialização do Brasil	75
5.2 Tendências recentes da industrialização do Nordeste	81
5.3 Aglomerações industriais potenciais: regiões de interesse da política de desenvolvimento industrial	84
CONCLUSÕES	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXO METODOLÓGICO	98
1.1 Variáveis encontradas em estabelecimentos (RAIS) – Atividade econômica (subsetores do IBGE)	98
1.2 Microrregiões nordestinas	100

1 INTRODUÇÃO

Poucas economias e sociedades apresentam diferenças tão marcantes entre seus espaços regionais quanto a brasileira. Essas diferenças são notáveis em quase todos os indicadores econômicos e sociais comumente utilizados nas análises regionais (Guimarães Neto, 1995). A própria extensão territorial, por si só, já seria capaz de gerar heterogeneidades, como ocorre em outros países de grandes dimensões territoriais. Contudo, as diversidades na formação histórica, social e climática contribuíram significativamente para a formação de tais diferenças entre as regiões brasileiras (Barros, 2011). Assim, o desenvolvimento brasileiro é caracterizado por sua assimetria e o Nordeste é notadamente uma das regiões mais afetadas por essa disparidade.

O conceito de desenvolvimento sempre esteve atrelado à ciência econômica, uma vez que o desenvolvimento se comporta como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista (Santos *et al.*, 2012). Ou seja, à medida que a teoria econômica se aprimora, o conceito de desenvolvimento também evolui. Nesse sentido, é possível descrever o desenvolvimento econômico como um processo que envolve uma transformação estrutural de longo prazo, seguida de variações contínuas e descontínuas do Produto Interno Bruto, capazes de sustentar a expansão da população economicamente ativa da sociedade e compensar a depreciação do capital (Amaral Filho, 2010).

No entanto, como o desenvolvimento é diretamente influenciado pelas transformações econômicas que ocorrem no mundo, trata-se de um conceito em constante evolução, que atravessa diferentes fases. Dessa maneira, à luz dos modelos de desenvolvimento econômico, destacam-se duas grandes correntes que se contrapõem em relação às diferentes formas de interação entre Estado e sociedade: o liberalismo e o desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2016).

O conceito de desenvolvimento também passou por fases no Brasil, que influenciaram significativamente a economia brasileira e nordestina. Primeiramente, destacou-se o nacional desenvolvimentismo após a intensificação da crise da década de 1930 (Caro e Dias, 2014). Após a crise do modelo econômico do Estado de Bem-Estar Social, quando a economia mundial passou por uma recessão, as ideias neoliberais começaram a ter espaço (Carinhato, 2008). Contudo, quando a crise econômica afetou a economia brasileira no final da década de 1990, o desenvolvimento neoliberal mostrou-se pouco eficaz e surgiu em seu lugar o novo desenvolvimentismo, com a proposta de reduzir a desigualdade, promover a equidade, mas com reconhecimento e respeito mútuo entre o papel do mercado e do Estado (Silva, 2020).

Nesse processo, resumidamente, como é citado por Anibal Pinto, um dos fundadores do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o desenvolvimento econômico brasileiro é definido como um movimento marcado por uma “heterogeneidade estrutural” (De Mattos e Martignoni, 2012). Como explicam Oliveira, Machado, Mattos (2020), a heterogeneidade estrutural é marcada pela coexistência, em uma mesma economia, de setores produtivos em distintos estágios de desenvolvimento, apresentando diferenças significativas entre eles. Assim, quando o Brasil realizou a importante transição de um modelo econômico primário-exportador, que durou quatro séculos, para um modelo econômico em que a industrialização passa a comandar o desenvolvimento do país, uma característica marcante surgiu: uma economia dinâmica e cada vez mais moderna coexistindo com uma sociedade caracterizada por baixos níveis de vida da maioria da população e por uma grande desigualdade social (Araújo, 2017).

A montagem da estrutura industrial, baseada nos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis de alto valor unitário, ocorreu de forma concentrada no Sudeste, principalmente em São Paulo, onde se instalou a liderança do processo de industrialização pesada (De Mattos e Martignoni, 2012). Como a nova base industrial se concentrou fortemente no Sudeste, o Nordeste, que havia sido uma das bases econômicas mais importantes do modelo econômico anterior, perdeu o peso relativo e ficou relegado, na competição inter-regional, ao desmonte das tradicionais estruturas produtivas de sua economia (Araújo, 2017).

Essa característica notável da economia brasileira dificulta a expansão do progresso técnico, os avanços uniformes na economia e a melhoria das condições de vida da população, de forma a prolongar a defasagem de produtividade. Como processo de industrialização e de concentração industrial que ocorreu no Brasil impactou o desenvolvimento do Nordeste, este trabalho foca na análise do processo de desenvolvimento econômico nordestino, com ênfase na industrialização, que historicamente reforçou diversos aspectos relacionados à desigualdade, assim como à concentração setorial, pessoal e regional da renda. Por isso, há uma breve discussão sobre o processo de industrialização brasileiro nos capítulos seguintes.

As tentativas de solucionar a defasagem das áreas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas do Brasil se intensificaram a partir da década de 1960, e o Nordeste não permaneceu alheio a essas mudanças, como será detalhado ao longo desse estudo. Comandada por grupos nacionais e multinacionais, e com a ação do Estado desenvolvimentista, a década de 1960 foi um período de crescente articulação regional, principalmente entre as demais regiões do país e o Sudeste (Guimarães Neto, 1989). Com a criação da Sudene, pela lei nº 3.692, o

governo federal decidiu empreender um esforço significativo na tentativa de alavancar o crescimento industrial em áreas menos industrializadas, como foi o caso do Nordeste (Oliveira, 2016).

Outros esforços a fim de reduzir as desigualdades produtivas se acumularam ao longo dos anos, como foi o caso do I e II PND, Planos Nacionais de Desenvolvimento, na década de 1970, os quais deram origem ao Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, e o Porto de Suape, em Pernambuco (Guimarães Neto, 1989). Nesse período, o papel do Estado foi fundamental na oferta de infraestrutura, incentivos fiscais e financeiros, além da articulação dos capitais envolvidos (Magalhães, 1983). Contudo, o auge desse movimento de integração inter-regional ocorreu até a década de 1980, quando o país enfrentou uma forte crise econômica, conhecida como “crise da dívida” (Araújo, 2017). No final da década de 1980, com a redemocratização e a adoção da nova Constituição Federal, observou-se uma maior descentralização das competências entre os estados brasileiros. Nessas circunstâncias, surgiu um maior protagonismo dos governos estaduais no planejamento de programas de desenvolvimento, com o objetivo de estimular as economias locais em uma espécie de “guerra fiscal” (Lima e Lima, 2010).

No entanto, a situação de crise fiscal e dívida externa, que foi o pano de fundo da crise econômica brasileira na década de 1980, perdurou nos anos 1990 (Bresser-Pereira, 2003). Com isso, o cenário econômico passou por um forte processo de desnacionalização, aliado a guerra fiscal entre governos, devido à ausência de uma diretriz nacional e do enfraquecimento das políticas federais de desenvolvimento regional (Suzigan, 2000). Embora a efetividade das políticas de desenvolvimento regional nesse período não tenha sido totalmente alcançada, observou-se um certo protagonismo dos governos estaduais na elaboração de programas de desenvolvimento, no intuito de alavancar a dinâmica das economias locais (Lima e Lima, 2010).

Na primeira década dos anos 2000, o Brasil experimentou uma dinamização de sua atividade econômica e vivenciou um período de crescimento econômico aliado à ampliação e formalização do emprego, à melhoria das condições sociais da população e à redução de algumas desigualdades (Araújo, 2017). Esse processo teve início com a gradual estabilização monetária, acompanhada pelo crescimento das exportações e, posteriormente, pela intensificação do consumo interno, devido ao aumento da renda, do crédito e do emprego no país, além da ampliação dos investimentos em infraestrutura, com a contribuição fundamental do BNDES e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Concomitantemente, esse período foi marcado pela consolidação das políticas públicas de transferência de renda,

sobretudo do Programa Bolsa Família, e da política de valorização do salário mínimo (Oliveira, Machado, Mattos, 2020).

É nesse contexto, de momento favorável na economia brasileira, que a economia do Nordeste se aqueceu. Dessa forma, houve uma ampliação da produção em ritmo acima da média nacional, fomentada, especialmente, pela expansão da renda, do consumo das famílias, do crédito, do emprego, e dos investimentos públicos e privados. Além disso, todas essas medidas construíram um aparato social que permitiu que as classes mais baixas, ao aumentarem seu poder de compra, impulsionassem o consumo e o crescimento do comércio e dos serviços, especialmente do Nordeste (Resende *et al.*, 2015). No entanto, o desenvolvimento econômico implicou na melhoria dos padrões médios de vida da população, mas não necessariamente o desenvolvimento produziu, em termos práticos, uma sociedade mais igualitária (Bresser-Pereira, 2006).

A respeito da indústria nordestina, a expansão na primeira década dos anos 2000 foi significativa, e esse crescimento consolidou-se a partir de 2004, mesmo levando em conta o impacto da crise internacional na economia brasileira em 2009. Entre 2004 e 2010, a economia nacional expandiu-se a uma taxa média anual de 4,3%, e a economia nordestina a 4,7% ao ano (Guimarães Neto, 2014). Aliado ao contexto econômico favorável, ações implícitas foram observadas no âmbito dos governos subnacionais do Nordeste, como o aprofundamento das políticas de atração de investimentos industriais, respaldadas, especialmente, pela concessão de incentivos fiscais. Nesse contexto, a região nordestina foi beneficiada pela tendência de desconcentração regional industrial que concentrou muitos investimentos na área litorânea, mas que também se interiorizou.

É evidente ao longo do trabalho que a economia do Nordeste se caracteriza por especializações em áreas específicas, o que resulta em uma notável heterogeneidade entre os estados que compõem a região. Foi nesse contexto que a dinâmica econômica nordestina passou a seguir a tendência do ciclo econômico nacional, com desempenho econômico mais acelerado a partir de 2003 até 2013, e reversão do ciclo expansivo a partir de 2013, com a culminação da recessão em 2015. É nesse movimento de síntese que se dará o desenvolvimento dessa pesquisa, uma vez que busca analisar as tendências recentes do desenvolvimento da região Nordeste, sobretudo sob a perspectiva da industrialização nordestina, na década de 2010 e início da década de 2020. O presente trabalho procura caracterizar o desenvolvimento da economia do Nordeste ao longo dos anos através da revisão bibliográfica das teorias de desenvolvimento que influenciaram a economia brasileira; demonstrar como o processo de industrialização se estabeleceu no país e de que modo impactou a região nordestina; apresentar a importância das

políticas de desenvolvimento regional implementadas na região a partir da década de 2000 por meio de análises qualitativas e quantitativas; evidenciar a industrialização da região Nordeste após os esforços de políticas setoriais nacionais e estaduais; além de analisar quantitativamente o desempenho da industrialização nordestina entre a década de 2010 e início da década de 2020 em comparação com o cenário nacional, bem como identificar o que ocorreu com a estrutura produtiva industrial dos estados nordestinos e sua evolução após a década de 2010.

O trabalho está dividido em 5 sessões. Nesta introdução, foi feita uma breve exposição do trabalho, apresentando a motivação, tese e objetivos. No capítulo 2, apresentam-se os diferentes conceitos de desenvolvimento econômico e o papel do Estado nesse processo. Para que seja possível trazer a discussão para a região Nordeste, aborda-se como o conceito de desenvolvimento econômico passou por fases no Brasil e, conseqüentemente, impactou a economia nordestina, assim como se faz a delimitação da região Nordeste em um recorte espacial tradicional que considera suas nove unidades federativas, bem como as principais características. No capítulo 3, há uma breve contextualização do processo de industrialização do Brasil, que vai desde a metade do século XIX até o fim da década de 1990. No capítulo 4, apresentam-se as principais mudanças ocorridas no Nordeste, econômicas e sociais, a partir dos anos 2000, seguidas pelo processo de industrialização a partir de 2000. No capítulo 5, apresenta-se o processo metodológico através da análise quantitativa das Aglomerações Industriais Relevantes (AIRs) brasileiras, e, posteriormente, das Aglomerações Industriais Potenciais (AIPs) da região Nordeste para identificar o que ocorreu com a estrutura produtiva industrial dos estados nordestinos e sua evolução entre a década de 2010 e a de 2020, utilizando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho. Por fim, apresentam-se as considerações finais e referências bibliográficas.

2 DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

2.1 Conceito de desenvolvimento econômico

Para iniciar a discussão sobre desenvolvimento regional é necessário, primeiramente, apresentar o conceito e as diferentes visões de desenvolvimento de forma mais ampla. Contudo, este trabalho não tem como objetivo discutir qual seria o conceito de desenvolvimento econômico em definitivo, tão pouco defini-lo ou delimitá-lo. Posteriormente, é fundamental abordar, de forma um pouco mais específica, como o conceito de desenvolvimento se expressou no Brasil, que influenciou fortemente a economia brasileira e nordestina. Não se pretende esgotar o debate acerca do tema, mas indicar a origem do debate que abrange a análise desta pesquisa.

De maneira geral, o conceito de desenvolvimento sempre esteve atrelado à ciência econômica. Conseqüentemente, isso é evidenciado nos trabalhos de Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx, que destacam o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista (Santos *et al.*, 2012). À medida que a teoria econômica foi se aprimorando, o conceito de desenvolvimento também evoluiu. Foi na década de 1940 que o desenvolvimento se tornou objeto de pesquisa científica, com o surgimento da Economia do Desenvolvimento. Desde então, construiu-se um arcabouço teórico e metodológico para descrever o desenvolvimento como algo similar a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, alcançada por meio do acúmulo de renda monetária (Santos *et al.*, 2012).

Primeiramente, é importante explicar que o desenvolvimento econômico é um processo que envolve, como esclarece Amaral Filho (2010), “uma transformação estrutural de longo prazo, acompanhada de variações contínuas e descontínuas do Produto Interno Bruto, capazes de respaldar a expansão da população economicamente ativa da sociedade e repor a depreciação do capital”. Até a década de 1940, o desenvolvimento estava atrelado a ideia do liberalismo (Dias e Cario, 2014 *apud* Silva, 2020). Conforme explica Adam Smith, importante teórico do liberalismo:

Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na

realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (Smith, 1996, p. 438)

Dessa forma, “a teoria econômica que se tornou modelo do ideário liberal defendia que as leis de mercado seriam suficientes para assegurar o desenvolvimento econômico de uma nação” (Silva, 2020, p. 19). Além disso, como informa Silva (2020), durante o século XIX, impulsionado pela ideologia liberal, houve a ampliação das liberdades contratuais, além da acumulação do capital nas mãos de um pequeno grupo dominante.

Contudo, após as crises da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a confiança nas leis do mercado e, conseqüentemente, no liberalismo, diminuiu drasticamente (Cario e Dias, 2014). Após esses acontecimentos, conforme explica Polanyi (1980), surge o Estado de Bem-Estar Social, pautado na teoria econômica de John Maynard Keynes, que pode ser interpretado como o reconhecimento, por parte dos países desenvolvidos, da inviabilidade do modelo liberal. Dessa forma, à luz dos modelos de desenvolvimento econômico, destacam-se duas grandes correntes que se contrapõem em relação às diferentes formas de interação entre Estado e sociedade: o liberalismo e o desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2016).

O conceito de desenvolvimentismo se valida pelo reconhecimento da capacidade do Estado de promover e sustentar o desenvolvimento, bem como pela ideia de que a intervenção estatal deve considerar que diferentes níveis de desenvolvimento demandam formas de intervenção igualmente distintas (Cario e Dias, 2014). Como explicam os autores, esse conceito está intimamente relacionado à época em que o processo de industrialização se intensificou na Europa, nos Estados Unidos e, posteriormente, também no Brasil e em grande parte da América Latina, com cada nação adotando o tipo de intervenção necessária para o seu estágio de industrialização. O desenvolvimentismo compreende o Estado como um elemento ativo e não apenas corretivo, que defende a importância da industrialização, e que é o centro das decisões, bem como líder da formulação de políticas econômicas, as quais priorizam o crescimento e, por isso, beneficiam o setor privado nacional (Cario e Dias, 2014). Nesse sentido, o

desenvolvimento seria visto não só como acumulação de capital, mas como um conceito que deveria buscar de forma consistente, a redução de problemas como a desnutrição, o analfabetismo, a miséria, o desemprego, e as desigualdades sociais (Silva, 2020).

Como conclui Fonseca:

Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (Fonseca, 2015, p. 40).

Na visão de Sen (2000), outro importante teórico do conceito de desenvolvimento, o crescimento do produto deve estar associado a um ambiente democrático de liberdades e ao fortalecimento das capacidades substantivas dos indivíduos, além de promover uma distribuição de renda suficiente para gerar bem-estar e satisfação social. Para Sen, a riqueza de uma nação não é o principal fator responsável pelo desenvolvimento econômico, mas sim um meio de proporcionar aos indivíduos a liberdade necessária para realizar suas vontades. Além disso, mesmo que importante, o crescimento econômico, não pode ser um fim em si mesmo e o desenvolvimento acontece com a “expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (Sen, 2000, p. 17).

Na visão schumpeteriana de desenvolvimento, o processo de produção é uma combinação de forças produtivas que incluem elementos, em parte materiais e em parte imateriais (Moricochi e Gonçalves, 1994). Como esclarecem os autores, no nível material encontram-se os fatores originais da produção, como terra e trabalho, dos quais derivam todos os bens. Já as forças imateriais seriam os “fatos técnicos” e os “fatos de organização social”, isto é, o ambiente sociocultural. Para Schumpeter, além da produção, dos meios de produção produzidos, dos recursos naturais e da força de trabalho, o fundo de conhecimento aplicado à sociedade e o impacto das transformações sociais, culturais e institucionais sobre a produtividade da economia seriam as principais forças que condicionariam a produtividade dos fatores (Moricochi e Gonçalves, 1994).

Com base nessas definições, é necessário também fazer uma distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, pois um não é sinônimo do outro. Isso ocorre porque, como explica Schumpeter (1911), o desenvolvimento econômico acarreta transformações estruturais, enquanto o simples crescimento da renda per capita não assegura

tais transformações. Ou seja, enquanto o crescimento está relacionado à acumulação de capital e às combinações técnicas de produção, o desenvolvimento associa-se a valores éticos e morais (Amaral Filho, 2010). Ainda segundo Amaral Filho (2010), o objetivo do crescimento econômico, que visa sempre à eficiência, está diretamente ligado à variação do produto a partir de diferentes combinações de fatores de produção, enquanto o desenvolvimento se refere ao que os indivíduos e a sociedade como um todo entendem como valores éticos e morais, os quais levarão à equidade.

Todavia, o crescimento econômico é um componente essencial do desenvolvimento, porque “o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a” (Furtado, 1983, p. 90). Isto é, o crescimento econômico é o aumento da produção, especificamente do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando analisado sob o ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui a anterior (Furtado, 1983). Portanto, conforme o autor, as mudanças na estrutura produtiva em um nível complexo acarretam outras transformações estruturais na maneira como a renda é distribuída e utilizada. Ou seja, o conjunto dessas modificações estruturais configura o processo de desenvolvimento.

Bresser-Pereira (2006) complementa que dois fatores são fundamentais para determinar o desenvolvimento econômico: a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. O autor ainda reforça que “é a partir do momento em que as nações se dotam de estados e formam estados-nação que a industrialização se viabiliza” (Bresser-Pereira, 2006, p. 4). Isto é, cabe ao estado e a seu governo instituir o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, entre lucros e salários, entre investimentos e despesas sociais. Para Bresser-Pereira (2006, p. 8), essas “são alternativas não excludentes, que muitas vezes se somam, mas que, com a mesma frequência, se opõem”.

Ademais, Bresser-Pereira esclarece que:

[...] o desenvolvimento econômico implica sempre melhoria dos padrões médios de vida da população, mas daí não se pode deduzir que o desenvolvimento produza em termos práticos a constituição de uma sociedade mais igualitária. Pelo contrário, historicamente, temos longos períodos em que o desenvolvimento econômico é claramente concentrador de renda, e, no curto prazo, pode mesmo implicar em deterioração desses padrões. Mas, já que estamos usando um conceito histórico ao invés de normativo, estes não serão motivo para se deixar de reconhecer o fenômeno como sendo desenvolvimento econômico. Em um prazo maior ou menor esse desenvolvimento acabará implicando na melhoria dos padrões de vida médios. Os muito pobres e destituídos poderão, por longo tempo, em nada se beneficiar do desenvolvimento; mesmo os trabalhadores semiqualiificados poderão também ser excluídos dos frutos do desenvolvimento enquanto houver oferta abundante de mão-

de-obra rebaixando os salários. O desenvolvimento econômico poderá, portanto, ser extraordinariamente injusto (Bresser-Pereira, 2006, p. 11).

Em virtude disso, o desenvolvimento deve ser analisado dentro de um contexto, seja ele mundial, nacional ou regional — macrorregional ou microrregional. Nessas circunstâncias, devem ser levadas em conta a formação histórica e as estruturas econômicas, assim como as estruturas institucionais, políticas e sociais. Quando há crescimento econômico, como já mencionado, imprescindível para o desenvolvimento econômico, ocorrem também transformações quantitativas e qualitativas, como mudanças na participação da indústria na formação do PIB, urbanização de estados e cidades, êxodos rurais e até mesmo transformações do meio ambiente.

2.2 Conceito de desenvolvimento no Brasil

Mais especificamente no contexto do Brasil e da América Latina, como citado previamente, o conceito de desenvolvimento econômico foi influenciado após a intensificação dos fenômenos da pobreza e de depressão econômica¹, onde constatou-se que os mercados não seriam auto suficientes para alcançar o progresso e garantir eficiência alocativa (Cario e Dias, 2014). Nesse contexto, surgiu uma ideologia de desenvolvimento econômico baseada no nacionalismo e na industrialização (Silva, 2020). Como informa Silva (2020), essa ideologia, denominada nacional desenvolvimentista², era pautada no planejamento econômico, uma política comercial protecionista, e uma política industrial proativa, com investimento estatal nos setores básicos. De forma simplificada, o projeto de desenvolvimento econômico era assentado em: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. Ou seja, o nacional desenvolvimentismo tinha por objetivo ser uma “estratégia deliberada de política econômica para promover o desenvolvimento econômico através do impulso à indústria nacional” (Fonseca, 2014, p. 41 *apud* Silva, 2020).

O processo de substituição de importações, como um dos principais pilares do nacional desenvolvimentismo, se tratou de um processo de desenvolvimento que, antes de reduzir o volume das importações, alterava sua pauta, pois mudava o perfil do setor externo. Deixava de ser o responsável último pela dinâmica econômica, pela determinação da renda e do emprego (como no modelo agroexportador), e passava a ter uma nova função: garantir o fluxo de divisas

¹ Especialmente após a crise da década de 1930 (Cario e Dias, 2014).

² Esse conceito de desenvolvimento econômico teve influência no pensamento da CEPAL, da Escola Histórica Alemã, e do Keynesianismo (Silva, 2020).

necessário para importar outros produtos, desta vez aqueles essenciais para assegurar a produção industrial (Fonseca, 2009). Nesse processo, de acordo com Fonseca (2009), inicialmente eram substituídos os bens de consumo primário, e, posteriormente, com a intensificação desse modelo, aconteceria a substituição de bens de produção. O objetivo era chegar a um ponto em que a indústria nacional fosse desenvolvida o suficiente para alcançar a plenitude econômica e, como consequência, social (Silva, 2020). Entretanto, para todo este processo funcionar, o intervencionismo estatal era fundamental para proteger a economia e oferecer a estrutura necessária para os investimentos, sem deixar de oferecer serviços públicos de qualidade (Silva, 2020).

No Brasil, o primeiro governo nacional desenvolvimentista foi o de Getúlio Vargas. Sua política econômica enfatizava a industrialização pesada, formação de infraestrutura de base, e redução da dependência de insumos industriais e energéticos importados, inclusive para poder mudar posteriormente a pauta de exportações (Bastos, 2006). Simultaneamente, como examina Bastos (2006), as formas da intervenção do Estado necessária para implementar os objetivos do ideário nacional desenvolvimentista também se ampliaram, desde a regulação do mercado até a criação de empresas estatais.

Com Juscelino Kubistchek, o nacional desenvolvimentismo ficou ainda mais forte, com o plano de governo de industrialização rápida (Brandão e Rocha, 2016). O capital nesse governo foi utilizado para acelerar o processo de produção de equipamentos, bens de consumo duráveis e produtos químicos (Silva, 2020). No final da década de 1950, o parque industrial brasileiro cresceu e se diversificou, consolidando a indústria de base no país, sendo reforçado por importantes instituições focadas no desenvolvimento regional, como o Banco do Nordeste, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), criados ainda em 1952 no governo de Getúlio Vargas, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959 no governo de Juscelino Kubistchek (Silva, 2020).

Durante a ditadura militar, a participação do Estado na economia era intensa e o nacional desenvolvimentismo continuou fortemente presente na concepção de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) são as melhores representações de um plano de desenvolvimento, no qual o objetivo era o crescimento do mercado interno e, por consequência, os demais setores da economia (Westermann, 2022). Além disso, destaca-se a importância desses planos no esforço de fixação de uma estratégia de integração nacional entre as áreas mais desenvolvidas do país com as áreas menos desenvolvidas, como foi o caso do Nordeste (Guimarães Neto, 1989).

De forma geral, o ideário nacional desenvolvimentista no Brasil foi caracterizado pelo antiliberalismo, sustentando a tese de que os mercados não seriam capazes de se autorregular sem gerar crises econômicas e sociais, e que não eram competentes em gerar desenvolvimento no nível de países industrializados (Silva, 2020). Nas palavras de Silva:

Assim, acreditava-se que apenas através da regulação pública estatal, da orientação política nas decisões de investimento, e da criação de empresas públicas para apoiar investimentos necessários, o desenvolvimento industrial nacional seria possível. A meta suprema comum aos governos brasileiros com projetos nacional desenvolvimentista consistiu na industrialização; no intervencionismo pró-crescimento; e no nacionalismo, delimitando o papel do capital estrangeiro, sempre o subordinando a um projeto nacional. Aqui o Estado surgiu como promotor e propulsor do desenvolvimento econômico da nação, perseguindo de forma insistente e prioritária a busca pelo progresso nacional (Silva, 2020, p. 32).

Com a crise do modelo econômico do Estado de Bem-Estar Social, em 1974, quando a economia mundial passou por uma recessão, as ideias neoliberais começaram a ter espaço (Carinhato, 2008). No Brasil, a crise econômica foi potencializada pelo esgotamento do processo de substituição de importação. Além disso, com a globalização e a intensificação dos fluxos financeiros e comerciais em escala mundial, a estratégia nacional de desenvolvimento também exigiu uma redefinição (Silva, 2020). Conforme Carinhato (2008), o Brasil foi apresentado às políticas neoliberais a partir do governo Collor e, como parte de um processo abrangente que procurava criar um novo modelo econômico baseado no neoliberalismo, influenciado a partir do Consenso de Washington³, a reforma do Estado brasileiro seria uma alternativa capaz de liberar a economia para uma nova etapa do crescimento. Como o Estado foi duramente criticado por seu caráter intervencionista pelo pensamento neoliberal, houve a exigência de redução de seu "tamanho" como condição para o pleno funcionamento do mercado. Como solução principal, destacou-se a racionalização dos recursos fiscais, por meio da abertura dos mercados, privatizações, entre outras medidas, que foram iniciadas e implementadas pelo governo federal (Carinhato, 2008).

Nesse período, as políticas sociais foram focalizadas, como consequência do racionamento dos gastos pela redução da responsabilidade do Estado como provedor de direitos

³ O Consenso de Washington foi uma reunião realizada em 1989, entre acadêmicos e políticos norte-americanos e latino-americanos com o objetivo de buscar soluções para a estagnação que imperava por mais de vinte anos na América Latina. Essa reunião deu origem a um *paper* composto por dez recomendações, que posteriormente virou um livro do economista John Williamson intitulado *Washington Consensus* (Carinhato, 2008).

sociais básicos à população (Carinhato, 2008). Por causa disso, não houve uma política social inclusiva que era a única alternativa em um país com milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social e, nas palavras de Carinhato (2008, p. 45) “durante o governo FHC, passaram a depender uma ajuda monetária relevante enquanto forma de mantê-los vivos, porém ínfima em relação a um modelo que buscasse a emancipação da extrema pobreza que os acomete”.

Com a crise econômica que afetou a economia brasileira no final da década de 1990, o ideário neoliberal já não se mostrava tão eficaz. Dessa maneira, começaram a surgir debates no cenário nacional sobre o reconhecimento das diversidades, a exclusão social e cultural, os movimentos sindicais, a luta por redistribuição e melhores condições de vida (Silva, 2020). Além disso, como completa Silva (2020), a globalização e o aumento da competitividade entre as nações revelaram a necessidade de adotar uma estratégia protecionista, fortalecendo, assim, novamente a ideia do desenvolvimentismo como proposta para o desenvolvimento nacional. Como explica Bresser-Pereira (2012), o capitalismo nasceu desenvolvimentista, tornou-se liberal no século XIX, voltou a ser desenvolvimentista pós Segunda Guerra Mundial, regrediu para o neoliberalismo e entrou em transição para experimentar um terceiro desenvolvimentismo.

No entanto, essa nova proposta de teoria desenvolvimentista tinha como preocupação a redução da desigualdade, a justiça social, e a promoção da equidade, mas com reconhecimento e respeito mútuo entre o papel do mercado e do Estado (Silva, 2020). Isto é, não cabia ao Estado ocupar o espaço do mercado nem o rivalizar, mas sim promover sua atuação por meio de investimentos, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico e social (Silva, 2020).

O novo desenvolvimentismo brasileiro começa a ser identificado no início dos anos 2000, no governo Lula. Conforme expõe Bresser-Pereira:

A coalizão de classes por trás da estratégia novo desenvolvimentista continua a estar baseada em uma coalizão de classes formada por empresários industriais (e agora também pelos empresários dos serviços modernos e criativos), pela tecnoburocracia pública, por parte da tecnoburocracia privada, e pelos trabalhadores, enquanto que a coalizão dependente é formada não mais por capitalistas mercantis, mas por capitalistas rentistas interessados em juros elevados e baixa inflação, pelos financistas locais que recebem comissões dos primeiros para administrar sua riqueza, e pelos interesses estrangeiros em ocupar o mercado interno nacional com suas exportações ou a produção de suas empresas multinacionais. A preocupação da coalizão

desenvolvimentista é produzir e distribuir riqueza, a da coalizão rentista, capturar renda (Bresser-Pereira, 2012, p. 13).

O novo desenvolvimentismo, como resume Boito Júnior (2012), foi idealizado no Brasil de forma que a política econômica e social buscasse o crescimento econômico com alguma transferência de renda, embora isso fosse feito sem romper com os limites impostos pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. Além disso, no novo desenvolvimentismo, o Estado tinha a missão adotar metas que ampliassem os programas sociais universais, juntamente com ações focalizadas, com o objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade social (Silva, 2020). Simultâneo a isso, como enfatiza Silva (2020), o Estado deveria lidar com a mão de obra excedente através do fortalecimento de programas de estímulo à geração de emprego e a qualificação profissional, como forma de inclusão social dos segmentos marginalizados.

Ademais, diferentemente do nacional desenvolvimentismo, que priorizava o mercado interno, o novo desenvolvimentismo exigia que as indústrias alcançassem competitividade suficiente para exportar produtos (Bresser-Pereira, 2006). Como completa Bresser-Pereira (2006), o Estado agora teria um papel subsidiário fundamental, e seria responsável por garantir o bom funcionamento do mercado, garantir condições gerais da acumulação de capital – como educação, saúde, infraestrutura de transportes, comunicações e energia –, além de possuir um sistema econômico sem complacência com a inflação. Portanto, conforme destaca Bresser-Pereira (2006), o objetivo do novo desenvolvimentismo seria promover a modernização e a industrialização do país, elevando a economia ao nível de uma nação desenvolvida.

Em meados do segundo governo de Lula, e pouco mais de dois anos após a desaceleração de 2004 e 2005, outra corrente desenvolvimentista surgiu, denominada social desenvolvimentismo (Bastos, 2012). Como destaca Carneiro (2012), as reflexões sobre o social desenvolvimentismo ainda têm pouca inserção acadêmica, mas sua ideia principal era a definição do social como eixo do desenvolvimento, onde o desenvolvimento das forças produtivas estaria subordinado à meta de desenvolvimento social.

No social desenvolvimentismo, as políticas de distribuição de renda tinham amplo destaque, uma vez que se considerava o mercado interno como força motora do desenvolvimento. Na visão de Carneiro (2012 *apud* Bieslchowsky, 2001), a estratégia de crescimento poderia ser sintetizada na ampliação e generalização do consumo de massas. Ou seja, a expansão do consumo de massas, sustentada na redistribuição da renda, seria o fator dinâmico principal. Além disso, o crescimento seria obtido por meio do aumento de salários, o que geraria ampliação de consumo popular, dos investimentos e, conseqüentemente, aumento

da produtividade, e, novamente, aumento de salários, em um círculo virtuoso. Ademais, o sucesso da estratégia dependeria da criação suficiente de empregos, da disponibilidade de recursos fiscais e da atenuação da restrição externa (Carneiro, 2012).

No que diz respeito ao gasto público, este seria direcionado para ampliação da criação de empregos, necessitando, para isso, de uma política fiscal compatível. Em relação à restrição externa, esta seria mitigada pelo próprio perfil de crescimento, pois estaria fundamentada na distribuição da renda e no padrão de consumo, implicando em uma menor elasticidade-renda das importações (Carneiro, 2012). Por outro lado, para o autor, o aumento da competitividade das exportações viria da ampliação da base produtiva e dos ganhos de produtividade. De acordo com Carneiro (2012), também seria crucial a ampliação do crédito, pois somente a combinação de políticas distributivas permanentes e a expansão do crédito permitiriam superar o caráter subordinado dos segmentos produtores de bens de consumo no capitalismo.

Em resumo, pode-se dizer que o papel do consumo de massas, para funcionar de maneira satisfatória, necessitaria de melhorias autônomas na distribuição de renda, por meio da regulação do mercado de trabalho, da política tributária e das políticas sociais, que aumentassem a massa de salários, os rendimentos do trabalho, o consumo e o multiplicador da renda e, por fim, um incremento autônomo da demanda de consumo por meio do acesso facilitado e ampliado ao crédito (Carneiro, 2012). Nesse sentido, as duas correntes do desenvolvimentismo dos anos 2000 – o novo e o social, aqui apresentadas – têm em comum a necessidade do Estado como promotor do desenvolvimento (Silva, 2020).

Expostos esses conceitos, é relevante ressaltar que o conceito de desenvolvimento econômico não será utilizado rigorosamente neste trabalho. Contudo, serão apresentadas, de forma minimamente rigorosa, as mudanças ocorridas no Brasil, com ênfase especial no Nordeste. Nos capítulos seguintes, o trabalho explicará o processo de desenvolvimento da região nordestina, sobretudo a trajetória da industrialização, e quais são as tendências recentes da indústria do Nordeste.

2.3 Delimitação da área Nordeste e suas principais características

Antes de iniciar a fundamentação sobre a trajetória de desenvolvimento do Nordeste, é pertinente delimitar essa região, a primeira a ser colonizada no país, e apresentar suas principais características. É preciso também reconhecer a complexidade e a heterogeneidade dos estados que compõem a região nordestina, assim como compreender como sua estrutura econômica é

diretamente influenciada pela formação histórica. Se, de um lado, especialmente na área litorânea, a região concentra os principais polos econômicos e dinâmicos, por outro, especialmente no semiárido, concentram as estruturas oligárquicas.

O Nordeste representa 18,27% do território brasileiro e abrange 9 estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, como mostra o mapa abaixo. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, dos 203.080.756 habitantes do Brasil, 54.658.515 residem na região Nordeste, o que equivale a 26,91% da população brasileira. Além disso, o Nordeste é a segunda região mais populosa do país, sendo superada apenas pelo Sudeste.

Mapa 1 – Região Nordeste: divisão territorial por estado



Fonte: IBGE

É crucial entender que a região Nordeste se caracteriza por uma marcante heterogeneidade em diversos aspectos, como os econômicos, culturais, sociais, geográficos e climáticos, entre outros. Ou seja, “o Nordeste, na verdade, congrega vários ‘nordestes’” (CGEE, 2014, p. 8)

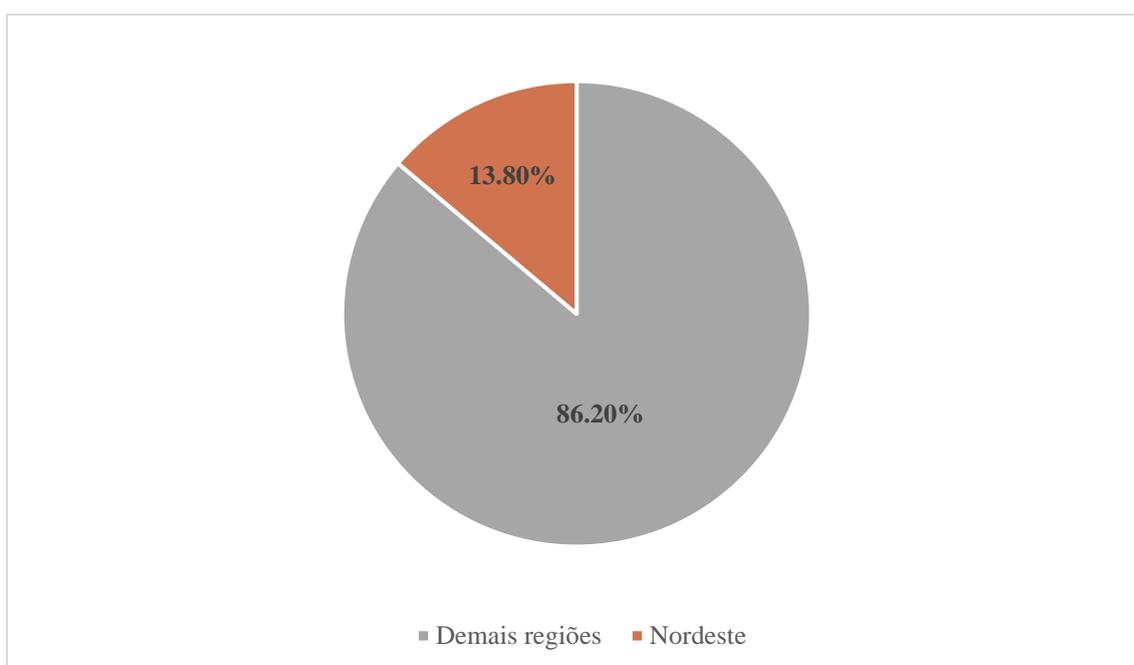
Em termos geográficos, a região divide-se em quatro sub-regiões: Meio-Norte, Sertão, Agreste e Zona da Mata, que apresentam contrastes significativos entre si. Segundo a definição da Embrapa, enquanto o Meio-Norte, que abrange o Maranhão e o oeste e sul do Piauí, apresenta clima úmido e vegetação da mata dos cocais, o Sertão, a maior sub-região, que atravessa todo o oeste da Bahia, uma pequena parte de Alagoas e da Paraíba, grande parte de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, todo o território do Ceará e o leste do Piauí, destaca-se pela vegetação da caatinga, com chuvas escassas e mal distribuídas, além de solos inapropriados para atividades agrícolas. O Agreste, localizado entre as regiões do Sertão e da Zona da Mata, ocupa uma faixa que vai da Bahia até o Rio Grande do Norte. Nessa sub-região, a vegetação é esparsa, mas suas áreas mais altas, onde há maior umidade, e os terrenos mais férteis são ocupados por minifúndios, predominando as culturas de subsistência e a pecuária leiteira. Por fim, a Zona da Mata, que abrange todo o litoral leste da região, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, é a sub-região mais urbanizada e povoada do Nordeste, contrastando com as outras áreas por seu clima tropical úmido e pela presença marcante da Mata Atlântica.

Em linhas gerais, o Nordeste pode ser dividido como: o litoral, onde se localizam as principais regiões metropolitanas, que concentram a maior parte da população e da atividade econômica, e abriga também a Zona da Mata, marcada pelas áreas tradicionais do complexo sucroalcooleiro; e o Semiárido, no interior, onde a produtividade agrícola é limitada pelos solos rasos e pela irregularidade das chuvas (CGEE, 2014). Segundo o CGEE (2014), entre essas áreas encontram-se as ilhas de desenvolvimento, que são os poucos lugares onde os desafios impostos pelos solos rasos e pela escassez de chuvas são superados pela agroindústria moderna. Além disso, novas regiões de cerrado, recentemente incorporadas à produção do agronegócio, enfrentam grandes desafios ambientais e ameaças às fontes de recursos hídricos.

Em termos econômicos, de acordo com o IBGE (2021), a participação do PIB do Nordeste no PIB do Brasil é de 13,8%. Ao fazer essa análise para cada estado que compõe a região nordestina, observa-se que a distribuição do PIB é bastante concentrada. O somatório do PIB de Pernambuco, Ceará e Bahia representa 61,6% do PIB da região, na média de 2002 a 2021. Dessa forma, ampliou-se uma distorção já existente: a concentração geográfica interna.

No Nordeste, as principais cidades são litorâneas, onde se concentram a base produtiva e maior parte infraestrutura. Como as economias nordestinas são assimétricas, as unidades maiores e as mais ricas saíram na frente (Carvalho, 2007). Como ressalta o autor, com melhores condições financeiras, essas cidades realizaram investimentos em infraestrutura, desenvolveram novos polos agrícolas e industriais, destacaram-se no ramo imobiliário voltado para o turismo e aumentaram a distância em relação aos mais pobres, intensificando a concentração espacial da riqueza regional. Atualmente, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador têm mais população e renda do que os estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe. De acordo com os gráficos abaixo essa concentração fica ainda mais visível:

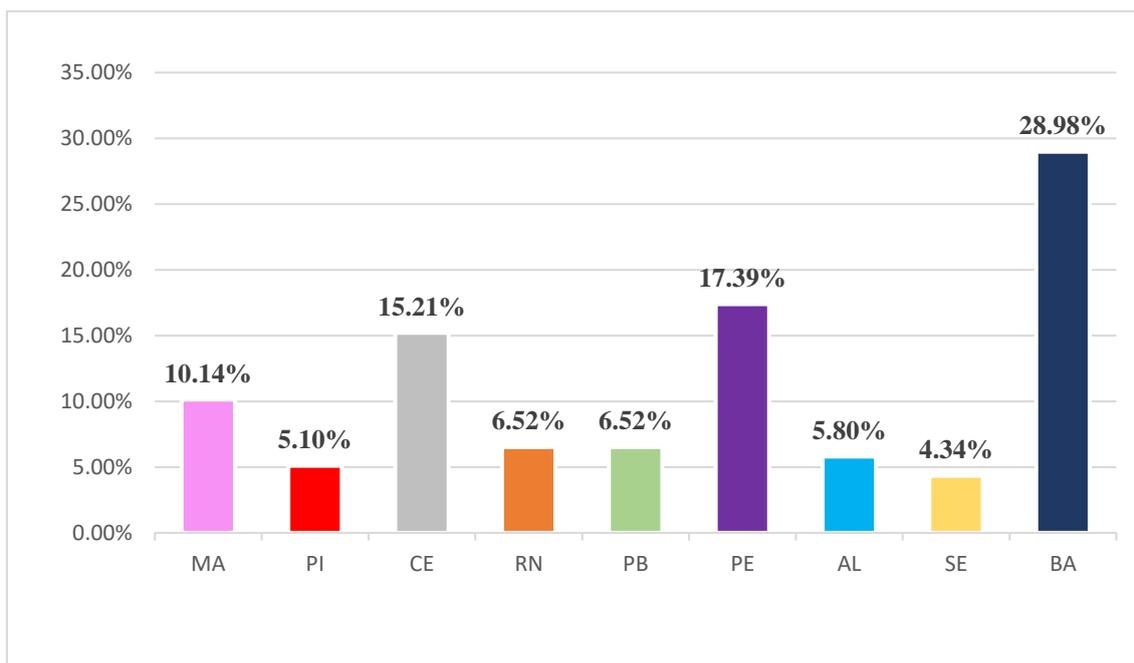
Gráfico 1 – Participação do PIB das grandes regiões no PIB do Brasil (em %) – 2023



Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

O PIB dos estados do Nordeste são distribuídos dessa forma em relação ao PIB do Nordeste:

Gráfico 2 – Participação do PIB dos estados do Nordeste no PIB da região nordestina (em %) – 2023



Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

Estima-se também, com base em dados do IBGE, que o PIB brasileiro tenha crescido 2,0% ao ano entre 2002 e 2020. Nesse mesmo período, a região Nordeste cresceu 2,2%, acima do desempenho das regiões Sul e Sudeste, que cresceram 1,7% cada, mas abaixo do desempenho das regiões Norte e Centro-Oeste, que cresceram 3,2% cada (Trece e Considera, 2023). Contudo, apesar dos avanços dos últimos anos, o Nordeste ainda apresenta uma evolução lenta na redução das desigualdades socioeconômicas, refletida na estagnação de sua participação relativa no PIB nacional, que foi de 14,1% em 1985 e de 13,1% em 2006 (Amaral Filho, 2010).

Como exemplo, segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a taxa de analfabetismo no Nordeste, de 14,2%, permanece o dobro da média nacional, que é de 7%. Além disso, em relação à distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, observa-se que o Nordeste tem a maior taxa de pessoas sem instrução, de 11,8%, enquanto a média nacional é de 6%. Também, ao analisar os dados do IDHM de 2021, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), que considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas adaptando a metodologia ao contexto brasileiro, o Nordeste ainda apresenta o menor IDHM do país, com o valor de 0,702. No entanto, houve uma evolução de 4% ao comparar o IDHM da região em 2012, que era de 0,675. Os maiores IDHM são o do Ceará (0,734), seguido do Rio Grande do Norte (0,728) e de Pernambuco (0,719).

Com relação ao comércio exterior, segundo dados de 2022, foram US\$ 35 bilhões de dólares de importações e US\$ 27,8 bilhões de exportações, o que significa uma participação na corrente de comércio brasileira de 10,4% nesse mesmo ano (Trece e Considera, 2023). De acordo com os autores, o principal grupo de produtos comercializado pelo Nordeste é o de Bens de Consumo Intermediário (CI). Ao observar os principais produtos que a região exporta, pelos dados de 2022, destacam-se a soja em grão (21,4%), o óleo de petróleo (18,4%), pastas químicas de madeira (6,1%), corindo artificial (4,9%), produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (4,0%), milho (3,6%), algodão (3,0%), tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (2,5%), ouro (2,5%) e açúcares da cana (2,5%). Por outro lado, entre os produtos importados, sobressaem-se o óleo de petróleo (32,6%), gás de petróleo (8,4%), óleos brutos de petróleo (5,2%), adubos minerais ou químicos, potássicos (3,5%), trigo (3,1%), adubos minerais ou químicos, contendo azoto nitrogênio, fósforo e potássio (2,8%), díodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores (2,7%) e hulhas (2,5%) (Freire, 2023).

Segundo Trece e Considera (2023), os principais estados importadores do Nordeste, considerando a série histórica desde 1997 e ao longo dos últimos 25 anos, foram: Bahia, com uma média de 36% das importações; Pernambuco, com 24%; Maranhão, com 19%; e Ceará, com 13%. Assim, esses quatro estados respondem por 92% das importações dessa região. Em contrapartida, como destaca os autores, os principais estados exportadores do Nordeste, no mesmo período, foram: Bahia, com uma média de 53% das exportações; Maranhão, com 18%; Ceará, com 10%; e Pernambuco, com 8%. Em resumo, esses mesmos quatro estados respondem por 89% das exportações da região.

De forma mais detalhada, ao analisar os dados de 1998 até 2020, observa-se que os principais itens importados pela Bahia foram os produtos da cadeia de petróleo e combustíveis, e alguns produtos específicos da indústria de transformação, principalmente de automóveis. Já em Pernambuco, os produtos importados predominantes são os derivados de petróleo e gás, e diversos produtos agrícolas com ênfase no trigo, malte e seus derivados. No Maranhão, destacam-se os derivados de petróleo. No Ceará, destacam-se o trigo, vários produtos geradores de energia, e principalmente, desde 2015, o carvão mineral, por causa da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) (Trece e Considera, 2023).

Por sua vez, conforme destacam Trece e Considera (2023), as exportações que se sobressaem na Bahia incluem diversos produtos agrícolas, com ênfase em soja e derivados, além de celulose e combustíveis. Entre 2000 e 2005, automóveis também foram destaque. Já o Maranhão tem como principais produtos exportados o alumínio, a soja e diversos produtos siderúrgicos. No Ceará, os calçados eram os produtos centrais das exportações, mas, a partir de

2020, com a atuação da Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP), os produtos siderúrgicos se tornaram os principais itens de exportação. Em Pernambuco, em 2022, a exportação de óleo combustível e automóveis se destacou, substituindo o açúcar refinado e outros produtos agrícolas, que anteriormente eram os mais relevantes na pauta de exportações (Trece e Considera, 2023).

Apesar da diversificação de sua base econômica ao longo dos anos, a região Nordeste ainda enfrenta problemas estruturais e de desigualdade social, com raízes profundas em sua formação histórica. Com essa breve delimitação e apresentação das principais características do Nordeste, analisaremos a seguir as raízes da concentração industrial brasileira e como a região nordestina foi afetada por esse processo.

3 BREVE HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

A concentração econômica regional é uma das principais características da economia brasileira desde os primórdios. Como explicou Furtado (2003), à medida que o desenvolvimento industrial sucedeu a prosperidade cafeeira, a tendência à concentração regional de renda se acentuou. Para o autor, foi o processo de industrialização que viabilizou a concentração econômica. Sob essa perspectiva, é necessário examinar detalhadamente o processo de industrialização e de concentração industrial que ocorreu no Brasil para refletir melhor como essa questão impactou o desenvolvimento da região Nordeste.

Conforme esclarece Furtado (2003), enquanto a segunda metade do século XIX se caracterizou pela transformação de uma economia escravista de grandes plantações em um sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a primeira metade do século XX foi marcada pela emergência de um sistema em que o principal centro dinâmico era o mercado interno. Ainda de acordo com Furtado (2003), o processo de industrialização brasileira começou de forma simultânea em quase todas as regiões. Foi no Nordeste, após a reforma tarifária de 1844, que se instalaram as primeiras manufaturas têxteis modernas, e, em 1910, o número de trabalhadores dessas manufaturas na região se assemelhava ao de São Paulo. Todavia, superada a primeira etapa desses ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a se concentrar em uma região: o Sudeste, especialmente em São Paulo.

Pela definição de Suzigan (2000), entre o último quartel do século XIX e o final do século XX, a indústria brasileira passou por três grandes fases em termos de política econômica, cada uma com características distintas, embora com algumas nuances em comum. Segundo o autor, a primeira fase (compreendida entre 1901 e 1929) foi marcada pelo crescimento industrial impulsionado pela economia de base agroexportadora, em particular pelo café, que era o principal produto de exportação e que induziu o crescimento da produção industrial, à medida que criava mercado, gerava capacidade de importação e estimulava a formação de capital.

Nesse período, em que o regime político estava em transição do Império para a República Federativa, as exportações de café continuaram como a base da economia brasileira, mas com um nível de complexidade maior em comparação ao início do Império, com a introdução, por exemplo, das ferrovias, de indústrias tradicionais produtoras de bens de consumo e de alguns insumos menos sofisticados (Gremaud, 1997). Também é válido destacar que, nesse período, a centralização da economia cafeeira passou a ocorrer na cidade de São Paulo devido à dominação das oligarquias agrárias.

Já a segunda fase (compreendida entre 1933 e 1980), como destaca Suzigan (2000), alterou o perfil do desenvolvimento industrial. Isso ocorreu em razão da ruptura causada pela crise da década de 1930, que impactou severamente o setor cafeeiro e enfraqueceu a, até então, hegemônica política oligárquica agrária. Em virtude disso, a política brasileira passou a ser mais influenciada por outros grupos de interesse, nos quais a industrialização ganhava papel de destaque na agenda política e econômica. Isso abriu caminho para o crescimento industrial, impulsionado pela substituição de importações. Esse desenvolvimento foi favorecido por um mercado interno já consolidado e pela política federal de defesa do preço do café, implementada durante o governo de Getúlio Vargas (Cano, 2007). A partir de então, a indústria e a industrialização principalmente no Sudeste, especialmente em São Paulo, começaram a receber estímulos sistemáticos por meio de políticas setoriais. Além disso, as políticas cambial e alfandegária proporcionavam incentivos diretos e indiretos ao setor industrial (Baer, 1967 *apud* Filho, Penna, Vieira, 2021). Dessa maneira, a crise da década de 1930 intensificou as diferenças regionais entre o Sudeste e o Nordeste, pois, com o impulso do processo de substituição de importações, houve a diversificação da agricultura paulista. Como resultado, São Paulo passou a disputar nacionalmente com o Nordeste o espaço de seus dois principais produtos: açúcar e algodão (Carvalho, 2018).

É importante destacar que nessa segunda fase prevaleceram o nacional desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal, que uniam forças políticas e objetivos econômicos no projeto industrializante. Mesmo quando o pensamento econômico liberal, durante curtos períodos, se estabeleceu de forma mais relevante, não conseguiu alterar substancialmente a direção de tornar o Brasil um país industrializado (Silva, 2013). Portanto, o desenvolvimento industrial avançou significativamente em termos estruturais, alinhando-se ao padrão estrutural e tecnológico dos países industrializados, embora sem alcançá-lo por completo (Suzigan, 2000).

Vale ressaltar que na visão de Suzigan:

O Estado aparelhou-se em termos organizacionais para a coordenação econômica (planos, programas de desenvolvimento industrial e tecnológico, instituições de fomento, financiamento e regulação); criaram-se normas, legislações e regulamentações econômicas; foram institucionalizadas políticas setoriais, regionais, de comércio exterior e outras; e passou-se a exercer forte regulação em algumas atividades (investimentos setoriais, investimentos de capital estrangeiro) assim como nas relações de trabalho, em mercados concentrados, nos preços e salários, nas tarifas públicas e no acesso a tecnologias. Apesar de seus resultados positivos em termos de desenvolvimento industrial, esse arranjo institucional (decisão e coordenação

centralizadas) tinha como contrapartida uma limitação do espaço de atuação das forças de mercado, o que também limitaria a busca pelos agentes econômicos de maior eficiência no uso dos fatores produtivos (Suzigan, 2000, p. 16).

Nesse contexto, na década de 1950, o cenário econômico do Nordeste se contrastava com o do Sudeste. Em particular, o Nordeste é uma região que historicamente apresenta um desenvolvimento industrial e tecnológico mais lento quando comparado às regiões Sudeste e Sul do país (Pinto e Rosário, 2014). Até a década de 1950, a população do Nordeste representava cerca de 34,7% da população nacional, mas a região contava com um núcleo econômico dominado por poucas monoculturas agrícolas e extrativas voltadas para a exportação e uma pecuária extensiva que se situava em grandes latifúndios (Filho, Penna, Vieira, 2021).

Além disso, como reforça Guimarães Neto (1989), nas unidades produtivas rurais os salários eram baixos, em virtude dos trabalhadores rurais do semiárido se vincularem como “meeiros”, os parques industriais, localizados nas capitais da região, eram pequenos e, conseqüentemente, a produtividade era baixa. Dessa forma, o impacto sobre o mercado de consumo local era pequeno. Decorrente dessas estruturas, existia um domínio dos interesses econômicos e políticos das oligarquias ligadas aos latifúndios. Ou seja, a frágil economia regional era associada a um sistema político que a dominava, tornando-se um dos principais gargalos ao desenvolvimento da região Nordeste (Filho, Penna, Vieira, 2021).

Em outras palavras, como sintetiza Furtado:

A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil. A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial. A articulação com a região sul, através de cartelização da economia açucareira, prolongou a vida do velho sistema cuja decadência se iniciou no século XVII, pois contribuiu para preservar as velhas estruturas monoprodutoras (Furtado, 2003, p. 240-241).

Para complementar as diferenças regionais, enquanto o Sudeste era impulsionado pelo dinâmico processo de industrialização, o Nordeste estava relegado à estagnação, preso a uma estrutura antiga de setores exportadores, sobretudo açúcar e algodão, sem força suficiente para dinamizar outras atividades produtivas (Carvalho, 2018). Como resumiu Manuel Correia de Andrade:

O planejamento feito em função de capitais, da oferta de facilidades de acumulação às empresas, deu pouca importância à variável espaço e, em consequência, estamos

assistindo à formação de desníveis intrarregionais tão grandes quanto os interregionais, em nível nacional. [...] ao se produzir um espaço geográfico, que é essencialmente social, sem se consultarem os interesses da população, se está produzindo uma modernização anômala, que empobrece o homem e o país, ao mesmo tempo em que se enriquecem os grandes grupos econômicos (Andrade, 1981, p. 97).

No entanto, após um longo processo de concentração da atividade produtiva desde o início da industrialização no país, Galvão (2014) destaca a transição de um país que, até os anos 1940, era como um imenso arquipélago de ilhas econômicas relativamente isoladas, para outro com uma integração assimétrica nos anos 1950 e 1960. Comandada por grupos nacionais e multinacionais, pela ação do Estado desenvolvimentista, grande motor da transformação desse período, Guimarães Neto (1989) ressalta a década de 1960 como um período de crescente articulação regional, principalmente entre as demais regiões do país e o Sudeste. A partir da década de 1960, durante o período conhecido como “Milagre Econômico”, o país entra em um novo cenário: a tentativa de descentralização espacial da atividade econômica (Guimarães Neto, 1995).

Essa tentativa decorre do fato de que o Nordeste era a representação dos problemas econômicos regionais e, para solucioná-los, foi elaborado um diagnóstico sobre a região e suas questões. Criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), em 1958, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, elaborou um estudo aprofundado e já contava com duas instituições financeiras criadas para promover o desenvolvimento: o BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil. Além disso, o estudo contou com uma massa crítica sobre os problemas regionais, sob o viés da industrialização, desde a década de 1940 (Portugal e Silva, 2020).

Segundo Portugal e Silva (2020), o relatório do GTDN, de 1959, esclarecia que o problema central do Nordeste teve origem na concentração fundiária secular na região, que estabeleceu uma economia de subsistência caracterizada por baixa produtividade e industrialização. Como consequência, criou-se uma exacerbação das desigualdades regionais com o Centro-Sul. Ou seja, enquanto essa região se tornava industrial, o Nordeste ainda estava preso às antigas elites agroexportadoras (Portugal e Silva, 2020).

Como explicam Portugal e Silva (2020), mesmo com tais características, a economia de subsistência nordestina havia gerado um excedente de mão de obra que poderia ser redistribuído na região por meio de iniciativas de desenvolvimento. Nesse sentido, o plano de ação do GTDN visava aumentar a produtividade rural para tornar a região mais resistente ao impacto das secas, otimizar o aproveitamento dos solos do semiárido, abrir frentes de colonização, intensificar o

uso de tecnologias e promover a industrialização (Furtado, 1967). O objetivo era ampliar a produção, fornecer alimentos para as áreas litorâneas, formar uma base de consumidores no interior da região, e, simultaneamente, romper com a concentração fundiária e o coronelismo, que perpetuavam a economia de subsistência (Portugal e Silva, 2020).

Dessa maneira, o Estado seria o responsável por executar esse plano de ação, na forma de uma instituição regional que coordenasse os interesses econômicos e políticos em prol do desenvolvimento, com ações integradas dos estados, municípios e outros órgãos do governo federal na região (Portugal e Silva, 2020). Foi nesse contexto que surgiu a Sudene, em 1959, criada pelo governo de Juscelino Kubitschek, e estabeleceu um marco institucional para o modelo de política de desenvolvimento regional no Brasil. Nas palavras de Portugal e Silva:

A industrialização que vinha ocorrendo no Brasil, de forma mais intensa a partir de 1930, aliada ao processo de substituição de importações, possibilitou uma nova interpretação da questão regional. A partir das contribuições de Celso Furtado coordenando o GTDN, o Nordeste ganhou status de problema nacional, uma instituição desenvolvimentista e um esforço estratégico para solucionar seus problemas no âmbito do governo federal, que iam além das secas. O problema regional deixou de ser meramente uma questão de integração do mercado nacional e das secas para se transformar em um problema de desenvolvimento, ou melhor, no problema do subdesenvolvimento (Portugal e Silva, 2020, p. 58).

Com a forte determinação da política econômica da época em possibilitar a desconcentração industrial para o Nordeste e também para o Norte, houve fortes incentivos fiscais e investimentos diretos das empresas de controle acionário do Governo Federal, especialmente por meio da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) e SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Especificamente no caso do Nordeste, com a criação da SUDENE, pela Lei nº 3.692 de 1959, a estratégia adotada era o estímulo à industrialização por meio da concessão de incentivos fiscais para os empreendimentos localizados na área de atuação dessa Superintendência (Brasil, 1959).

Esse novo cenário se caracterizou pela transferência de capitais privados e estatais, sob o comando do Estado, em direção às regiões economicamente mais atrasadas, especialmente ao Nordeste, na tentativa de impulsionar o crescimento industrial fora do eixo Sul-Sudeste. Em outras palavras, o período que sucede a consolidação da indústria pesada no país e o aumento do processo de oligopolização traz mudanças significativas para a estrutura produtiva e para as

relações de trabalho na região (Guimarães Neto, 1989). É essencial destacar que, em relação ao Nordeste, devido aos vínculos que começaram a surgir e se consolidar entre essa região e as mais industrializadas, a passagem do isolamento relativo para a integração econômica representou também um processo de ajustamento. Ou seja, houve a criação de novas atividades econômicas, mas também transformações e até o desaparecimento de unidades produtivas mais tradicionais, o que, conseqüentemente, resultou na eliminação de postos de trabalho (Guimarães Neto, 1989).

Seguindo essa estratégia, conforme explicaram Diniz e Crocco (1996), o emprego industrial no Brasil entre 1970 e 1980 subiu de 2,7 para 5,0 milhões de trabalhadores e o número de áreas industriais com mais de 10.000 pessoas ocupadas cresceu de 33 para 76, o que representava 84% do emprego industrial e 90% do valor da transformação industrial do país. Ainda segundo os autores, entre 1970 e 1985, se iniciou a reversão da polarização da Área Metropolitana de São Paulo, cuja participação no emprego e na produção industrial caiu de 34% e 44%, respectivamente, para 28 e 29%.

Além disso, destaca-se a importância das políticas setoriais que estavam associadas ao esforço de fixação de uma estratégia de integração nacional, conforme objetivado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento na década de 1970. (Guimarães Neto, 1989). De modo geral, essa estratégia contribuiu para que a indústria no Nordeste deixasse de ser quase exclusivamente voltada à produção de bens de consumo não duráveis (como a indústria alimentícia e têxtil) e diversificasse sua produção em direção à “nova indústria” de bens intermediários. Um exemplo emblemático é o Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, que se consolidou através da política setorial de substituição de importação de insumos básicos, na área de petroquímicos. Também é imprescindível citar o Porto de Suape, em Pernambuco, a construção do complexo mineral Carajás-Porto de Itaquí, Proálcool, em Alagoas e em Pernambuco. Outros exemplos a serem citados incluem o complexo minero-metalúrgico e a produção de alumínio no Maranhão, o polo de fertilizantes de Sergipe, e o complexo da Sal-gema, em Alagoas (Araújo, 2000).

Nesse sentido, não só a indústria foi beneficiada, mas também outros setores econômicos, uma vez que houve modernização nos serviços, como no setor bancário, que passou por fusões de bancos e introdução de novos processos de trabalho, e no setor público, com a criação de autarquias e empresas estatais. Ambos os setores passaram a fazer uso de ferramentas de informática (Araújo, 2017). Segundo Araújo (2017), ressalta-se ainda a modernização no comércio de mercadorias e no varejo, com o surgimento de supermercados, devido à melhoria do sistema de transporte e comunicação na região, o que causou impactos diretos sobre as tradicionais feiras livres.

Tais políticas obtiveram fontes de financiamento que não se limitaram às consideradas estritamente voltadas para o desenvolvimento regional. Como explica Magalhães (1983), o papel do Estado foi crucial na oferta de infraestrutura, incentivos fiscais e financeiros, assim como articulação dos capitais envolvidos. Em síntese, se pode afirmar que o II PND empenhou um esforço significativo para reduzir as desigualdades regionais através de intervenções diretas.

Mesmo assim, apesar dos esforços de descentralização industrial, os quais esclarecem o crescimento de várias áreas industriais, esse processo foi relativamente contido dentro da Região Centro-Sul, mais especificamente em um polígono que vai da Região Central de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul (Diniz e Crocco, 1996). Vale ressaltar também que o processo de descentralização da atividade econômica não gerou mudanças significativas na divisão trabalho a nível regional já existente na economia brasileira. O que foi gerado foram modificações, fora da região tradicionalmente industrial do país, consolidadas como “especializações” regionais em áreas específicas. Nas palavras de Guimarães Neto:

A economia nacional constitui, no decorrer do processo de desconcentração, uma espécie de sistema planetário, no qual uma região central, onde se localizam as atividades mais relevantes e estratégicas na definição da dinâmica econômica nacional, possui no seu entorno polos, eixos ou áreas econômicas especializadas que têm suas órbitas ao redor da referida região, com maior ou menor nível de articulação (Guimarães Neto, 1995, p. 136)

Nesse sentido, no Nordeste houve a consolidação da atividade petroquímica, da modernização e dinamismo das tradicionais indústrias de alimentos e têxtil, e a diversificação da agropecuária, com destaque para a produção de grãos na parte ocidental da região e a produção agrícola e agroindustrial no submédio São Francisco. As áreas industriais que mais se destacaram foram Fortaleza, Natal, Recife e Salvador (Oliveira e La Croix, 1994). Além disso, cabe ressaltar que o PIB do Nordeste foi de US\$ 65,6 bilhões de dólares em 1993, o que correspondeu a 14,4% do PIB brasileiro (Gomes e Vergolino, 1995). Ademais, como explica Araújo (1997), o Nordeste foi uma das regiões que teve maior taxa de crescimento médio do país entre 1960 e 1988. Na visão de Carvalho (2007), esse crescimento do Nordeste teve relação com a transformação no perfil de sua estrutura produtiva⁴.

Por fim, a terceira fase (compreendida entre 1981 e 1998), descrita por Suzigan (2000), revela a estagnação e regressão da estrutura industrial no Brasil. Um dos principais motivos foi

⁴ O setor agropecuário, que representava 29% do PIB nordestino em 1965, reduziu para 14,4% sua participação em 1990. O setor industrial e o setor de serviços, por outro lado, ganham destaque, uma vez que correspondem a 28,2% e 57,2%, respectivamente, do PIB nordestino em 1990 (Gomes e Vergolino, 1995). Após a intervenção da SUDENE, as atividades urbanas, indústrias e serviços, passaram a ter muito mais importância na composição da produção nordestina que as atividades agropecuárias (Carvalho, 2007).

a crise do petróleo, iniciada no final da década de 1970, que elevou a taxa de juros internacionalmente. Concomitantemente, os Estados Unidos entraram em recessão, impactando gravemente a adaptação da economia brasileira ao ambiente econômico internacional, pois isso restringiu o acesso do Brasil ao mercado internacional de capitais, o que obrigou uma redução da atividade econômica no país. (Sallum Jr e Kugelmas, 1991).

Em razão disso, a década de 1980 foi marcada por uma grande crise, que além de provocar a interrupção dos fluxos externos de capital, ampliação do endividamento público externo e interno, também minou a capacidade do Estado de desencadear inversões que direcionassem investimentos privados para qualquer setor. Para ilustrar esse cenário, os dados revelam que a poupança líquida do setor público caiu de 4,67% do PIB em 1975 para 2,24% em 1980, e se tornou negativa em 1985, assim como os investimentos públicos, que correspondiam em 1975 a 4,1% do PIB e caíram para 2,3% em 1985 (Alves, 1988 *apud* Sallum Jr e Kugelmas, 1991). Simultaneamente a esses acontecimentos, a década de 1980 também foi marcada pela fragilização da política federal de desenvolvimento regional.

Isso porque, com o fim da ditadura militar e a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, surgiu a expectativa de uma maior descentralização das competências entre os entes federados, já que a Constituição concedia maior autonomia aos estados e municípios. Além disso, os constituintes estabeleceram como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais (Brasil, 2004). Nesse contexto, até o final da década de 1980, a política de desenvolvimento regional estava subordinada ao governo federal, que, por meio de seu controle fiscal, financeiro e político, coordenava as iniciativas estaduais e tentava conter os conflitos inter-regionais decorrentes das disparidades entre as regiões do país. A nova Carta Magna, no entanto, deslocava o poder em favor dos estados e municípios⁵ (Lima e Lima, 2010).

Apesar das inovações significativas no sistema federativo advindas da redemocratização e da Constituição de 1988, principalmente no que se refere à institucionalização da descentralização e aos princípios de equidade social e regional, a efetividade das políticas de desenvolvimento local e regional, sob as iniciativas dos governos federal e estaduais, não foi

⁵ Nesse contexto, os Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM) foram fortalecidos e foi criado o Fundo Constitucional que se dividiu em três: Fundo Constitucional do Norte (FNO), Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) (BRASIL, 1989). O financiamento destes fundos viria de uma porção de 3% da arrecadação dos Impostos sobre a Renda (IR) e os Produtos Industrializados (IPI) (RESENDE *et al.*, 2015). Ademais, como esclarece Amaral Filho (2010), esses fundos se juntaram aos incentivos fiscais que já existiam antes de 1988 e também receberam o amparo do Fundo de Participação (FPE) dos Estados e Municípios (FPM), um mecanismo de transferência e redistribuição de recursos federais e estaduais para os sistemas subnacionais e que também servia como mecanismo de compensação fiscal e regional. Ainda segundo o autor, dois terços das transferências governamentais favoreceram as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

totalmente alcançada (Filho, Penna, Vieira, 2021). A razão disso foi que, ao mesmo tempo em que os estados brasileiros obtiveram mais autonomia para acionar suas capacidades efetivas de intervenção, especialmente na forma de investimento, eles estavam limitados pela escassez de recursos, pela crise das empresas e bancos públicos estaduais, bem como pelo endividamento (Lopreato, 2002, *apud* Filho, Penna, Vieira, 2021). Além disso, como reforça Filho, Penna, Vieira (2021), o governo federal também enfrentava uma situação macroeconômica caótica, com alta inflação, crise fiscal e dívida externa, que exigiam uma série de políticas de estabilização e reformas.

Toda a situação de crise fiscal e dívida externa, que foi o pano de fundo da crise econômica brasileira na década de 1980, perdurou nos anos 1990 (Bresser-Pereira, 2003). Em razão disso, ao longo dessa década, a economia brasileira passou por uma série de políticas de estabilização e reformas macroeconômicas para adaptar-se aos problemas internos e às mudanças externas (Yano e Monteiro, 2008). Além de herdar os problemas da década de 1980, os anos 1990 também foram marcados pela abertura da economia ao capital estrangeiro e do mercado interno ao mercado internacional, o que alterou significativamente o ambiente econômico. Essa mudança ocorreu devido à reorientação da política econômica brasileira em direção a políticas de liberalização comercial, privatização, desregulação, entre outras. Tais políticas, influenciadas diretamente pelas recomendações do Consenso de Washington e apoiadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, agências de avaliação de risco, bancos credores e governos de países desenvolvidos, exigiram o abandono do processo de substituição de importações e, conseqüentemente, a supressão de alguns de seus principais pilares, entre eles a intervenção do Estado no incentivo ao crescimento econômico (Filho, Penna, Vieira, 2021).

Como retrata Suzigan (2000), o cenário econômico passou por um forte processo de desnacionalização, aliado a políticas protecionistas decorrentes de lobbies setoriais, guerra fiscal (leilão de subsídios) entre governos estaduais em busca de atrair investimentos produtivos, devido à ausência de uma diretriz nacional e do enfraquecimento previamente mencionado das políticas federais de desenvolvimento regional. Ou seja, ocorreu um processo de fragilização da organização institucional do Estado, bem como das estruturas econômicas e sociais.

A combinação desse conjunto de fatores que ocorreram desde a década de 1980, juntamente com a valorização dos termos de troca e a taxa de câmbio apreciada, fez com que o Brasil passasse por uma desindustrialização precoce. Segundo Oreiro e Feijó (2010), a participação da indústria a custo de fatores no PIB, que era de 42,3% em 1985, para 31,4% em

1995. Essa notável redução foi causada pela diminuição da participação da indústria de transformação, cuja participação a custo de fatores no PIB caiu de 31,62% em 1985 para 20,60% em 1995.

Essas mudanças econômicas ocorridas durante a década de 1990 também contribuíram para uma pequena transformação espacial da localização industrial brasileira. Os desníveis regionais, segundo Saboia (2000), ficam explícitos quando, ao comparar os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1989 e 1997, observa-se uma queda no emprego global de 23,4% e uma maior queda verificada na principal região industrial do país, o Sudeste, com uma redução de 30,7%, contra uma redução de 17,3% no Nordeste. Ainda segundo o autor, essa análise sugere tanto a presença de um processo de redução da industrialização, quanto de desconcentração regional da indústria e um pequeno crescimento de número de estabelecimentos industriais nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Tabela 1 – Emprego nas indústrias de transformação e extrativa mineral por região e estado 1989 – 1997

Região/Estado	1989	1997	Variação (%)
Norte	171.672	139.058	-19,0
Rondônia	11.048	17.639	59,7
Acre	2.246	2.681	19,4
Amazonas	87.903	55.094	-37,3
Roraima	580	1.033	78,1
Pará	64.591	53.471	-17,2
Amapá	3.807	5.086	33,6
Tocantins	1.497	4.054	170,8
Nordeste	671.297	555.181	-17,3
Maranhão	22.715	20.781	-8,5
Piauí	13.974	17.181	22,9
Ceará	107.190	116.970	9,1
Rio Grande do Norte	47.635	40.003	-16,0
Paraíba	43.288	41.464	-4,2
Pernambuco	223.473	138.816	-37,9
Alagoas	64.346	64.337	0,0
Sergipe	28.891	21.859	-24,3
Bahia	119.785	93.770	-21,7
Sudeste	4.076.860	2.823.736	-30,7
Minas Gerais	531.679	507.673	-4,5
Espírito Santo	71.109	67.917	-4,5

Rio de Janeiro	604.656	343.859	-43,1
São Paulo	2.869.416	1.904.287	-33,6
Sul	1.246.646	1.121.870	-10,0
Paraná	299.257	326.999	9,3
Santa Catarina	365.068	326.603	-10,5
Rio Grande do Sul	582.321	468.268	-19,6
Centro-Oeste	118.064	173.154	46,7
Mato Grosso	24.065	44.363	84,3
Mato Grosso do Sul	20.764	27.538	32,6
Goiás	57.526	82.068	42,7
Distrito Federal	15.709	19.185	22,1
Total	6.284.539	4.812.999	-23,4

Fonte: Saboia (2000).

Isso também pode ser explicado pelo fato de que os impactos da crise foram mais severamente sentidos no Sudeste, pois essa era a região mais industrializada do país. Como explica Araújo (2017), entre 1980 e 1990, o PIB do Nordeste cresceu a uma taxa média anual de 3,3% contra 1,6% da média nacional. Ou seja, “o processo de integração à dinâmica geral configura-se sob condições tais que, pelas características da economia regional nordestina – e apesar da desaceleração – dá-se de forma menos aguda do que ocorreu em outras regiões do país” (Araújo, 2017, p. 42). Essa perspectiva também é evidenciada por Araújo:

É justamente em função das particularidades das estruturas produtivas de cada região que o Nordeste é menos atingido na crise dos anos recentes. A crise tem afetado mais fortemente o setor industrial e, dentro dele, os segmentos produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Ora, tais segmentos não têm grande presença no tecido industrial do Nordeste (...) ao se especializar mais na produção de bens intermediários, destinando parte importante às exportações, a indústria recentemente instalada no Nordeste resiste melhor aos efeitos da recessão brasileira (Araújo, 2000, p. 168).

Embora a efetividade das políticas de desenvolvimento regional nesse período não tenha sido totalmente alcançada, como já mencionado, observou-se um modesto protagonismo dos governos estaduais na elaboração de programas de desenvolvimento, no intuito de alavancar a dinâmica das economias locais (Lima e Lima, 2010). O objetivo desses programas era conceder incentivos fiscais para atrair investimento privado e, conseqüentemente, empreendimentos para o Estado, utilizando matéria-prima e insumos locais, com alto teor tecnológico e potencial de geração de empregos. No caso do Nordeste, tornaram-se símbolos das conquistas das políticas

estaduais de incentivos fiscais a empresa automotiva Ford, na Bahia, e as empresas calçadistas, com destaque para o Ceará, assim como as novas fronteiras agrícolas no Maranhão, Piauí e Bahia, que foram somadas ao já consolidado polo de fruticultura irrigada em Petrolina, Pernambuco (Filho, Penna, Vieira, 2021).

Além disso, destacou-se o acelerado crescimento das regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, que concentram grandes mercados consumidores e sofisticadas estruturas de oferta de serviços, como serviços industriais, financeiro-bancários e comerciais (atacado e varejo), além dos segmentos da saúde, educação e das pesquisas acadêmicas (Ribeiro e Ribeiro, 2018). Isso se somou às conexões nacionais e internacionais estabelecidas por essas três capitais por meio de suas estruturas de comunicação, estruturas portuárias e aeroportuárias, e da organização dos serviços conectados à cadeia produtiva do turismo (Filho, Penna, Vieira, 2021).

Contudo, apesar dos esforços das políticas de integração e de desenvolvimento regional, é fundamental perceber que o processo de industrialização no Brasil é desigual e concentrador, e que o eixo Sul-Sudeste (especialmente São Paulo) ainda concentra a maior parte da indústria e dos empregos. Conforme elucida Cano (2007), ao contrário das demais regiões, São Paulo desenvolveu uma estrutura industrial eficiente, com alta produtividade e melhor capacidade competitiva. Ainda segundo o autor, a economia paulista contou com melhores condições para o seu desenvolvimento, ao contrário do que ocorria no Nordeste, que possui um contexto de relações capitalistas de produção precárias, além de uma estrutura de propriedade e de renda concentrada, o que dificulta a diversificação de sua estrutura econômica.

4 NORDESTE DOS ANOS 2000

No início dos anos 2000, o Brasil entrou em um novo período de sua história econômica. Isso ocorreu devido a um cenário de gradativa estabilização monetária, fortemente influenciado pelo crescimento da economia mundial na época e pela expansão das exportações. Esse período no Brasil foi denominado novo desenvolvimentismo, caracterizado pela adoção de uma política macroeconômica liberal, dentro do estabelecido tripé macroeconômico, mas com grande ênfase nas políticas sociais e no aumento da participação do governo federal na dinâmica econômica. Primeiramente, é importante destacar as significativas transformações ocorridas no Nordeste nos anos 2000, que impulsionaram na evolução da situação socioeconômica da região, para, em seguida, detalhar a atuação da indústria nordestina a partir desse período. Pretende-se apresentar as principais mudanças que aconteceram na estrutura produtiva, espacial e social, que mudaram

a economia do Nordeste no início dos anos 2000, evidenciando, quando necessário, alguns municípios representativos e algumas microrregiões.

4.1 Transformação social econômica do Nordeste nos anos 2000

Inicialmente, o crescimento da atividade econômica foi impulsionado pela expansão das exportações, o que, conseqüentemente, resultou em um crescente superávit na balança comercial e na conta corrente do balanço de pagamentos do país, como mostra a tabela 2. Esse efeito foi diretamente influenciado pelas desvalorizações cambiais do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, bem como pela melhora no cenário do comércio internacional, com destaque para a atuação econômica da China, que influenciou o aumento da demanda e os preços das commodities (Carvalho, 2018). Simultaneamente, percebeu-se a reestruturação do poder político e econômico mundial, associada aos avanços da multipolaridade e à emergência de novas potências, com destaque para os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (CGEE, 2014).

Tabela 2 – Indicadores macroeconômicos do Brasil 2000 – 2010

Ano	PIB mundial (%)	PIB Brasil (%)	Balança Comercial Bens e Serviços (em US\$ 1.000.000.000)	Saldo em transações correntes (em US\$ 1.000.000.000)
2000	4,8	4,4	-10,6	-26,5
2001	2,5	1,4	-7,2	-24,9
2002	2,9	3,1	5,9	-9,4
2003	4,3	1,1	17,5	2,2
2004	5,4	5,8	25,8	9,0
2005	4,8	3,2	33,7	11,7
2006	5,4	4,0	33,5	10,8
2007	5,5	6,1	22,2	-2,8
2008	3,1	5,1	2,0	-35,6
2009	-0,1	-0,1	2,3	29,3
2010	5,4	7,5	-19,4	-86,7

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais (2022) e Banco Central (2024). Elaboração própria.

Destacam-se, em termos de políticas macroeconômicas, a política de câmbio flutuante atrelada ao regime de metas de inflação, a política monetária voltada para a estabilidade de preços, tendo como principal instrumento o controle da taxa básica de juros (Selic), e a política

fiscal expansionista, justificada pelo cenário de crescimento econômico e melhora das contas públicas (relação dívida/PIB), através da elevação das despesas com pessoal e encargos sociais em relação ao PIB, expansão de programas sociais de transferência de renda e retomada dos investimentos públicos (Carvalho, 2018).

Adicionalmente, houve aceleração do produto devido ao fortalecimento de fatores internos, como a expansão do consumo das famílias, dos investimentos e do crédito, concedido tanto a empresas quanto a famílias através da utilização de bancos públicos (Araújo, 2017). As famílias, por sua vez, também foram beneficiadas, uma vez que ocorreram políticas de reajustes reais do salário mínimo, políticas públicas de transferência de renda e, conseqüentemente, elevação dos níveis de emprego e renda.

Resende *et al.* (2015) apontam que a questão do desenvolvimento regional do Brasil nos anos 2000, quando comparada à década anterior, apresentava um quadro promissor. Para os autores, esse cenário foi resultado da combinação de três elementos: a expansão acelerada das economias regionais, a redução das disparidades regionais nos PIBs per capita estaduais e macrorregionais e a recuperação da capacidade governamental, por meio de instrumentos e recursos, para promover o desenvolvimento regional.

Especificamente com relação ao Nordeste, os autores destacam os seguintes elementos: i) crescimento vigoroso das cidades médias (de 100 a 500 mil habitantes) e das pequenas (com até 50 mil); ii) crescimento puxado pelo consumo das famílias mais pobres, segundo dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE, com destaque para o crescimento do comércio e dos serviços, como consequência da construção de um aparato social de transferência de renda e aumentos reais do salário mínimo; iii) indústria mais desconcentrada, mais ainda muito concentrada no polígono Centro-Sul e nas áreas metropolitanas do Nordeste; iv) queda das desigualdades socioeconômicas, mas com desigualdades educacionais regionais ainda marcantes; v) diversificação dos investimentos produtivos na região Nordeste através do BNDES⁶; vi) maior crescimento das vagas de ensino superior público e privado, atrelado a um aumento da migração de estudantes universitários. Todos esses pontos serão tratados de alguma forma ao longo desse capítulo.

⁶ Observa-se, nesse contexto, que a região Nordeste também foi beneficiada pelo crescimento que o país obteve durante esses anos e, como já mencionado, pelo aumento da participação do governo federal na economia. Dessa forma, o fortalecimento da economia nordestina contou também com o apoio dos governos estaduais, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (Filho, Penna, Vieira, 2021).

Nesse sentido, em uma tentativa de retomada do processo de integração inter-regional, em 2003 foi divulgada a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a I PNDR, pelo Ministério da Integração Nacional. A I PNDR tinha dois objetivos centrais: reduzir as desigualdades regionais e estimular as potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, principalmente nos locais que geravam menor interesse aos agentes do mercado, para valorizar as diversidades locais (Resende *et al.*, 2015). Além disso, a I PNDR tinha como ênfase a abordagem em múltiplas escalas, pois as desigualdades regionais não se revelam somente quando se comparam indicadores demográficos, econômicos e educacionais considerando apenas as grandes regiões, mas também quando consideramos as sub-regiões de uma dada macrorregião (Brito *et al.*, 2015). No entanto, embora a I PNDR não tenha sido efetivada de fato, as estruturas organizacionais federais, assim como os instrumentos explícitos e já conhecidos de incentivo à redução das desigualdades regionais, como os incentivos fiscais da SUDENE e dos fundos constitucionais, FNE/FNO/FCO, continuaram a existir (Filho, Penna, Vieira, 2021).

Nesse mesmo período, o governo federal adotou um conjunto de programas e ações que tiveram impactos positivos e também funcionaram como política implícita de desenvolvimento regional. Como destaca Filho, Penna, Vieira:

Nessa direção, o governo lançou mão, de um lado, do poder que ainda detinham as poucas empresas produtivas estatais, como a Petrobrás, e, de outro, de créditos e financiamentos concedidos pelo BNDES a projetos voltados para a produção industrial, especialmente nas áreas extrativa e energética, bem como realização de investimentos diretos federais em infraestrutura, associados, por exemplo, ao Programa de Aceleração ao Crescimento-PAC e ao Minha Casa e Minha Vida, este financiado pela Caixa Econômica Federal-CEF. [...] A partir de 2003 a economia brasileira experimentou um novo ciclo (ascendente) dos investimentos públicos federais (Filho, Penna, Vieira, 2021, p. 89).

É notável a participação do BNDES no Nordeste, principalmente a partir dos anos 2000. De acordo com os autores Filho, Penna, Vieira (2021), a presença do BNDES no Nordeste começou a ter mais força no final dos anos 1990 e os fluxos de desembolso cresceram sistematicamente⁷, principalmente, a partir de 2004, como mostra a tabela a seguir:

⁷ Um total de 3.052 projetos foram aprovados pela Sudene no período de 1974 a 2000, concentrados nas áreas metropolitanas das capitais dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Além disso, o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) financiou as principais indústrias que se instalaram na região, liberando R\$ 15,8 bilhões para projetos. Esses recursos, somados às contrapartidas, a outros empréstimos e a investimentos privados, resultaram em um montante total de R\$ 68,4 bilhões em investimentos (Carvalho, 2007).

Tabela 3 – Desembolso do BNDES por estados do Nordeste (em R\$ milhões) 1998 – 2010

Estados	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
MA	98	213	48	198	419	320	141	138	116	143	293	1.092	1.599	1.327
PI	39	55	69	76	67	43	60	54	51	45	171	77	820	697
CE	332	436	340	353	422	513	691	357	416	539	448	961	1.969	3.592
RN	55	56	35	118	95	222	101	113	136	246	91	186	347	806
PB	47	48	86	154	280	107	53	38	74	112	107	279	370	482
PE	159	258	234	323	284	452	325	329	749	602	1.320	1.647	13.026	4.245
AL	42	39	50	62	66	153	121	85	58	76	89	151	261	588
SE	533	96	48	50	48	66	264	46	34	155	44	83	308	675
BA	1.119	673	744	1.449	1.652	1.908	1.357	1.577	2.170	2.918	2.760	3.150	3.366	4.799
Nordeste	2.424	1.830	1.654	2.783	3.333	3.784	3.083	2.737	3.804	4.836	5.323	7.626	22.066	17.211

Fonte: BNDES. Elaboração própria.

Além disso, a região nordestina liderou o crescimento do crédito no país entre 2004 e 2009 e, ao mesmo tempo, os financiamentos do BNB⁸ aumentaram de forma significativa (Araújo, 2017).

Em um recorte feito de 2007 a 2013, entre os setores mais beneficiados pelos financiamentos do BNDES no Nordeste, segundo dados de Filho, Penna, Vieira (2021), destacam-se: transporte rodoviário e ferroviário de carga, com 17% dos desembolsos, administração pública em geral, com 16%, fabricação de produtos do refino de petróleo, com 15%, geração de energia elétrica-eólica, com 11%, fabricação de produtos petroquímicos básicos, com 10%, geração de energia elétrica-térmica, com 7%, transporte dutoviário e rodoviário coletivo de passageiros municipais, com 6%. Como reforça os autores, esses recursos, somados aos liberados pelo FDNE e FNE, evidenciam alguns setores emergentes na região, com ênfase para a geração de energia elétrica, principalmente fonte eólica, na Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, assim como o refino e a produção de derivados de petróleo na Bahia, Pernambuco e Alagoas, os setores automotivos de Pernambuco e da Bahia, os setores de papel e celulose do Maranhão e da Bahia, os de minerais metálicos e não metálicos de Pernambuco e do Maranhão, e o setor têxtil em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

Juntamente com os recursos do BNDES, outro importante acontecimento que impulsionou o crescimento do Nordeste nos anos 2000 foi a criação do Programa de Aceleração

⁸ Operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) (Resende *et al.*, 2015).

do Crescimento, o PAC⁹. No entanto, analisar esse programa se torna um desafio, já que se trata de um projeto complexo, em vista do seu entrelaçamento com outros programas e fontes de financiamento, que variaram entre BNDES, BNB, Tesouro Nacional e fontes provenientes de parcerias público-privadas (Filho, Penna, Vieira, 2021).

O programa foi criado em janeiro de 2007 pelo decreto de nº 6.025 e tinha por objetivo ampliar os investimentos públicos em infraestrutura, estimular os investimentos privados, melhorar a qualidade do gasto público e o controle da expansão dos gastos correntes da Administração Pública Federal (Brasil, 2007a). A criação do PAC baseou-se na ideia de que o Estado deveria ser o protagonista na reativação de instrumentos de planejamento estratégico e na valorização do investimento público como principal motor da expansão da economia brasileira, características marcantes do novo desenvolvimentismo.

O programa fundamentava-se no entendimento de que os investimentos públicos, associados à geração de infraestrutura (logística, comunicações, energia, equipamentos sociais e urbanísticos) e à formação de capital humano, impulsionariam a atratividade dos investimentos produtivos privados e promoveriam o desenvolvimento de todas as regiões do país (Pêgo Filho e Moura, 2018). Dessa maneira, o programa tinha como premissa aumentar a produtividade, criar condições para acelerar o crescimento sustentável de médio e longo prazo e superar os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais com o envolvimento em ações conjuntas, como as PPPs¹⁰ (governo e iniciativa privada) (Brasil, 2007b).

A iniciativa do programa estava organizada em duas partes: a primeira abrangia os investimentos em infraestrutura, e a segunda englobava as ações voltadas à ampliação do crédito, à melhoria do ambiente de investimento e à qualificação do gasto público (Jardim e Silva, 2015). Para isso, o plano estratégico do PAC, na segunda parte, consistia na elaboração de medidas institucionais e políticas macroeconômicas, entre as quais: i) estímulo ao crédito e ao financiamento; ii) melhoria do ambiente de investimento; iii) desoneração e aperfeiçoamento da administração tributária; e iv) adoção de medidas fiscais de longo prazo (Brasil, 2007b). No

⁹ O PAC é considerado, segundo Araújo e Guimarães Neto (2015), uma política regional implícita, ou seja, uma política nacional com impacto regional, que também contribui positivamente para o combate à desigualdade regional.

¹⁰ As Parcerias Público-Privadas (PPPs), criadas pela Lei nº 11.079/2004, surgiram como alternativa à falta de recursos do governo para obras de infraestrutura, contando com parceiros privados, financiamento do BNDES (via Tesouro) e participação de fundos de pensão, inclusive na composição das Sociedades de Propósito Específico (SPE) (Jardim e Silva, 2015). Ainda segundo os autores, em 2010, a Lei nº 12.349 alterou a legislação anterior, introduzindo a preferência por tecnologias nacionais e, adicionalmente, priorizando produtos e tecnologias provenientes do Mercosul.

eixo de estímulo ao crédito, destacam-se medidas importantes, como a redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e dos spreads do BNDES, a concessão de crédito à Caixa Econômica Federal para investimentos em saneamento e habitação, a ampliação do limite de crédito para o setor público e a criação de um fundo de investimentos em infraestrutura com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Brasil, 2007b).

Já no eixo de melhoria do ambiente de investimentos, destacam-se a recriação das superintendências macrorregionais: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)¹¹, e a implementação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que ocorreu em 2009¹² (Pêgo Filho e Moura, 2018). Outra medida mencionada pelos autores foi a cooperação entre a União e os entes federativos, conforme prevista na regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal de 1988. Desse modo, “no PAC, a ampliação do diálogo interfederativo foi fundamental no planejamento e na execução dos investimentos, o que influenciou positivamente a execução dos empreendimentos do programa nos estados e municípios” (Pêgo Filho e Moura, 2018, p. 386). Além disso, destacam-se as medidas destinadas a facilitar a implementação de investimentos em infraestrutura, especialmente no que se refere à questão ambiental, ao aperfeiçoamento do marco regulatório e ao sistema de defesa da concorrência¹³ (Brasil, 2007b).

Para ampliar o investimento privado, foi estabelecido o eixo da desoneração e do aperfeiçoamento do sistema tributário. Como o setor privado respondia por uma parcela considerável do investimento no Brasil, o PAC contemplou medidas de melhoria do sistema tributário¹⁴, bem como de desoneração do investimento, sobretudo em infraestrutura e construção civil¹⁵ (Brasil, 2007b). Além disso, o programa incluiu medidas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e ao fortalecimento das micro e pequenas empresas¹⁶. Segundo Pêgo Filho e Moura (2018), embora os resultados tenham sido positivos, a meta de R\$ 216,9

¹¹ Recriadas pelas Leis Complementares nº 124 e nº 125/2007 (Brasil, 2007b).

¹² A instituição da PNDR esteve associada à recriação da Sudam e da Sudene, realizadas em janeiro de 2007, bem como à criação da Sudeco, em janeiro de 2009 (Silva, 2015).

¹³ Foram instituídos nesse período a Lei nº 11.445/2007 com a provação do Marco Regulatório para o Setor de Saneamento e a abertura do Mercado de Resseguros pela Lei Complementar nº 126/2007 (Brasil, 2007b).

¹⁴ Reajuste da tabela de Imposto de Renda de Pessoa Física, de 4,5% por ano em 2007-2010 (MP); prorrogação da depreciação acelerada, até dez/2008 (MP); prorrogação da cumulatividade do PIS e da COFINS na Construção Civil pela Lei nº 11.434/2006; aumento do prazo de recolhimento de contribuições (MP) (Brasil, 2007b).

¹⁵ Recuperação acelerada dos créditos de PIS e COFINS em Edificações, de 25 anos para 24 meses (MP); desoneração de obras de infraestrutura, com a suspensão da cobrança de PIS/COFINS para novos projetos (MP); desoneração dos fundos de investimento em infraestrutura, com isenção de IRPF (MP); desoneração da compra de perfis de aço, com a redução do IPI de 5% para zero (Decreto) (Brasil, 2007b).

¹⁶ Programa de incentivos ao setor da TV Digital, com isenção de IPI, PIS/COFINS e CIDE (MP); programa de incentivos ao setor de semicondutores, com isenção de IRPJ, IPI, PIS/COFINS e CIDE (MP); aumento do valor de isenção para microcomputadores, passando de R\$ 2,5 mil para R\$ 4 mil (Decreto); Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, pela Lei Complementar nº 123/2006.

bilhões não foi alcançada; ainda assim, o montante atingido foi de R\$ 128 bilhões. Quanto ao eixo relacionado às medidas fiscais de longo prazo, estas foram subdivididas em três grupos: i) sustentabilidade fiscal¹⁷; ii) aperfeiçoamento da Previdência Social¹⁸; e iii) gestão pública¹⁹ (Brasil, 2007b)

Com relação a primeira parte do PAC, que abrangia os investimentos em infraestrutura de fato, este contava com um conjunto de medidas de médio e longo prazo, que integrou ações em três eixos estratégicos: infraestrutura logística, energética, social e urbana (Brasil, 2011). Coordenado pelo Comitê Gestor do PAC (CGPAC), composto pelos ministros da Casa Civil, do Planejamento e da Fazenda Casa Civil, a execução dos investimentos iniciais do PAC teve como premissa agrupar as demandas dispersas pelos diversos ministérios (Jardim e Silva, 2015).

No primeiro eixo estratégico, o de infraestrutura logística, o PAC alocou recursos para cinco áreas: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. O objetivo era superar limites estruturais, ampliar a cobertura geográfica da infraestrutura de transportes, bem como aumentar a eficiência produtiva em áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento em áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral, reduzir desigualdades regionais e promover a integração regional sul-americana (Brasil, 2007). Nesse sentido, foram investidos nesse eixo R\$ 58,3 bilhões, assim distribuídos: R\$ 33,4 bilhões para rodovias; R\$ 7,9 bilhões para ferrovias; R\$ 2,7 bilhões para portos; R\$ 3,0 bilhões para aeroportos; R\$ 0,7 bilhões para hidrovias; e R\$ 10,6 bilhões para a Marinha Mercante (Jardim e Silva, 2015). Entre esses investimentos estão as manutenções, a segurança rodoviária e a expansão da malha ferroviária, a fim de aprimorar a ligação entre áreas de produção agrícola e mineral e os portos, além da ampliação da capacidade portuária e aeroportuária brasileira e da modernização de estruturas, com o intuito de reduzir os custos logísticos e aumentar a eficiência operacional (Silva, 2020).

No segundo eixo estratégico, o de infraestrutura energética, os recursos foram divididos em: geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e energias renováveis. A meta desse eixo era garantir a segurança do suprimento e a modicidade tarifária da energia elétrica, através da construção de usinas e pequenas centrais hidrelétricas, eólicas, térmicas a

¹⁷ Controle da expansão das despesas de pessoal para cada um dos poderes da união (Projeto de Lei Complementar); política de longo prazo de valorização do salário mínimo (Projeto de Lei) (Brasil, 2007b).

¹⁸ Melhora na gestão da previdência social e combate a fraudes (PLS nº 261/2005); fórum nacional da previdência social (Decreto) (Brasil, 2007b).

¹⁹ Agilização do processo licitatório (reforma da Lei nº 8.666/1993 – Projeto de Lei); aperfeiçoamento da governança corporativa nas estatais (Decreto); extinção de empresas estatais federais em processo de liquidação (RFFSA e FRANAVE); regulamentação da previdência complementar do servidor público federal (Projeto de Lei) (Brasil, 2007b).

biomassa e gás natural, solar e nucleares (Brasil, 2007). Outra meta era a expansão e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural no país, já que o programa contava com a construção de novas plataformas e pesquisas exploratórias, pois a premissa dessa parte do eixo era garantir a autossuficiência sustentada no longo prazo, ampliar e modernizar o parque de refino, acelerar a produção e a oferta de gás nacional e assegurar a liderança do Brasil na área de biocombustíveis (BRASIL, 2007). No total foram investidos R\$ 274,8 bilhões em energia incluindo petróleo, assim divididos: R\$ 65,9 bilhões para geração de energia elétrica; R\$ 12,5 bilhões para transmissão de energia elétrica; R\$ 179 bilhões para petróleo e gás natural; e R\$ 17,4 bilhões para combustíveis renováveis (Jardim e Silva, 2015).

A infraestrutura social e urbana, terceiro eixo estratégico, abrangia cinco áreas: o programa Luz para Todos (LpT), saneamento, habitação, metrô e recursos hídricos. Além de fornecer à população sem acesso à eletricidade esse serviço público básico por meio do LpT, esse terceiro eixo também tinha como objetivo implementar a Lei de Saneamento Básico, garantir uma política estável de financiamento, promover intervenções integradas e sustentáveis em favelas, bem como apoiar a elaboração de projetos e a conclusão de obras (Brasil, 2007). No que diz respeito aos recursos hídricos, a meta era aumentar a oferta de água para consumo humano e para a produção, além de promover a distribuição equilibrada de água, com prioridade para as regiões mais críticas (Brasil, 2007).

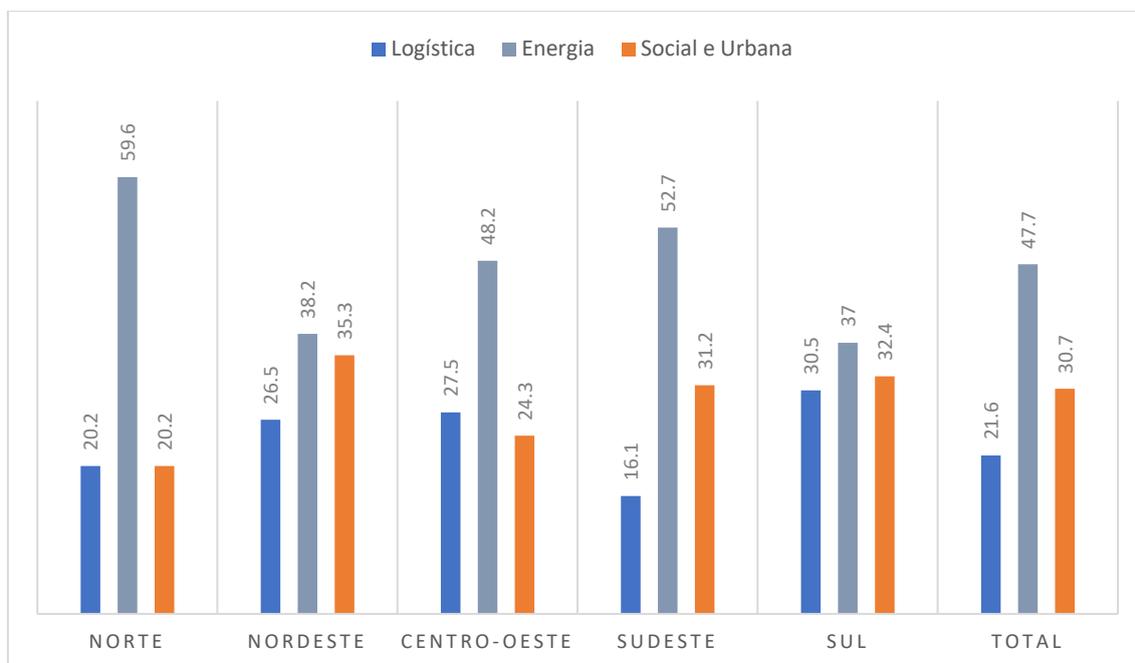
A partir de 2009, o PAC incluiu o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)²⁰ no eixo estratégico de infraestrutura social e urbana. O MCMV congregava os objetivos já existentes no PAC, de expandir o acesso à habitação, por meio de subsídios ou condições facilitadas, priorizando a população de baixa renda (Brasil, 2018). Somado a isso, o programa também pretendia melhorar as condições de habitação e mobilidade de centros urbanos e assentamentos rurais, assim como transformar as cidades em espaços mais humanizados, com obras de drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, iluminação pública, priorização do transporte coletivo urbano e projetos de prevenção de áreas de risco, para prevenir novos deslizamentos (Silva, 2020). Para o terceiro eixo, foram investidos R\$ 8,7 bilhões para o projeto Luz Para Todos; R\$ 40 bilhões para projetos de saneamento básico; R\$

²⁰ Antes do MCMV, o PAC já dispunha de ações voltadas a projetos habitacionais no eixo urbano e social, inclusive com investimentos em saneamento. Entre esses projetos, destacam-se: criação do Ministério das Cidades, em 2003; a Política Nacional de Habitação (PNH), em 2004, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em 2005, e a Lei 11.445/2007 que alterou as leis anteriores e estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico (Pêgo Filho e Moura, 2018).

106,3 bilhões para projetos de habitação²¹ (Programa Minha Casa Minha Vida); R\$ 3,1 bilhões para metrô; e R\$ 12,7 bilhões para recursos hídricos (Jardim e Silva, 2015).

A distribuição de recursos do PAC por região do Brasil foi prevista da seguinte forma:

Gráfico 3 – Distribuição dos investimentos do PAC por região (em %) 2007 – 2010

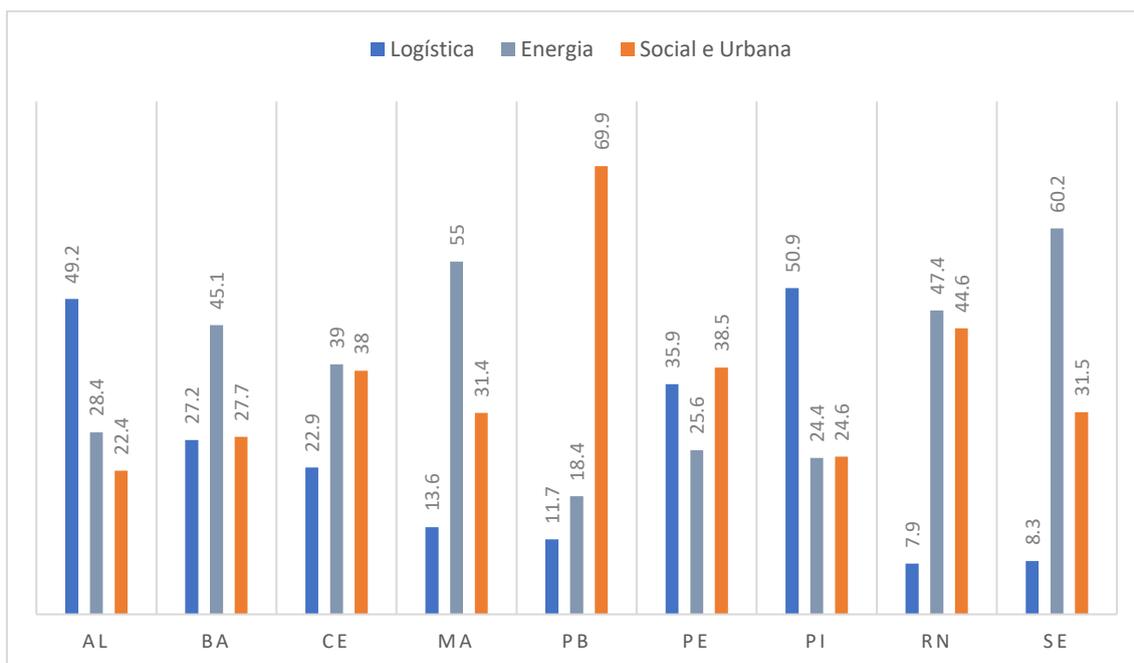


Fonte: Dieese (2009). Elaboração própria.

Os recursos destinados ao Nordeste foram previstos, mais especificamente, entre os estados, conforme mostra o gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 – Distribuição dos investimentos do PAC por estados do Nordeste (em %) 2007 – 2010

²¹ Estima-se que, com a implementação do programa habitacional, o setor da construção alcançou 11,3 milhões de empregos em 2010, correspondendo a 14% do total de trabalhadores ocupados na economia. No período de 2005 a 2010, o emprego no setor apresentou um crescimento médio anual de 5% (Brasil, 2011 *apud* JARDIM e SILVA, 2015).



Fonte: Dieese (2009). Elaboração própria.

Além disso, os recursos foram previstos, em números, para serem divididos da seguinte forma entre os estados nordestinos:

Tabela 4 – Investimentos previstos para estados do Nordeste no PAC 2007 – 2010

Estado	Eixo	Investimentos previstos (em R\$ milhões)
Alagoas	Logística	5.400,2
	Energia	3.117,1
	Social e Urbana	2.464,9
	Total	10.982,2
Bahia	Logística	10.899,1
	Energia	18.065,0
	Social e Urbana	11.121,1
	Total	40.085,2
Ceará	Logística	5.421,0
	Energia	9.225,9
	Social e Urbana	8.984,1
	Total	23.631,0
Maranhão	Logística	1.761,9
	Energia	7.107,3

	Social e Urbana	4.061,6
	Total	12.930,8
	Logística	1.168,4
	Energia	1.831,1
Paraíba	Social e Urbana	6.964,1
	Total	9.963,6
	Logística	10.638,4
	Energia	7.600,8
Pernambuco	Social e Urbana	11.434,9
	Total	29.674,1
	Logística	5.165,2
	Energia	2.476,8
Piauí	Social e Urbana	2.497,1
	Total	10.139,1
	Logística	1.089,3
	Energia	6.533,6
Rio Grande do Norte	Social e Urbana	6.148,5
	Total	13.771,4
	Logística	668,2
	Energia	4.843,5
Sergipe	Social e Urbana	2.537,8
	Total	8.049,5

Fonte: Dieese (2009)

Observa-se que a maior parte dos recursos, cerca de 60%, foi planejada para os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Em 2010, aproximadamente 83% do total de investimentos do Governo Federal destinados à região Nordeste estava vinculado a obras do PAC (Costa e Júnior, 2011 *apud* Silva, 2020). Como símbolo dos projetos do PAC na região nordestina, destacam-se a refinaria de petróleo Abreu e Lima, o complexo petroquímico formado pela Companhia Petroquímica de Pernambuco – Petroquímica Suape e pela Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – Citepe, o Polo Naval, e o Estaleiro Atlântico Sul, todos localizados no Complexo Industrial de Suape, em Pernambuco, os quais contribuíram para o aumento da base tecnológica industrial e do estoque de capital humano (Filho, Penna, Vieira, 2021). Além disso, destaca-se a duplicação da BR-101 nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; o terminal de regaseificação GNL, em Pecém; reformas em aeroportos (Fortaleza, João Pessoa e Salvador); a Malha Nordeste de Gasoduto (Bahia, Sergipe, Rio

Grande do Norte e Alagoas); a construção de barragens e adutoras²²; o avanço na construção da ferrovia Transnordestina; a ampliação do terminal salineiro de Areia Branca (Rio Grande do Norte); a integração do rio São Francisco; a usina termoeétrica do Porto do Pecém I; a despoluição da Baía de Todos os Santos; e o Programa Nacional de Dragagem²³, que beneficiou os portos de Fortaleza, Natal, Cabedelo, Itaquí e Suape (Bruto, 2011).

De acordo com os relatórios do PAC, esses investimentos funcionaram como uma medida anticíclica à crise ao promover a geração de emprego e renda. Apesar das dificuldades enfrentadas por diversos projetos, o conjunto apresentou aspectos positivos, como uma carteira financeira significativa, embora insuficiente para resolver todos os gargalos infraestruturais da região. A maioria possuiu caráter estruturante e promoveu, de fato, maior integração entre os estados nordestinos, através de transporte ferroviário e canais hídricos, e entre o Nordeste e outras regiões, como Norte e Centro-Oeste (Filho, Penna, Vieira, 2021).

De acordo com dados do 11º Balanço Completo do PAC, de 2007 a 2010, foram investidos R\$ 619 bilhões dos R\$ 657,4 bilhões previstos pelo programa. Desse total, os investimentos se dividiram entre o setor público²⁴ (estatais, OGU/Fiscal e Seguridade, e contrapartidas de estados e municípios), que somaram R\$ 267,1 bilhões; os financiamentos habitacionais à pessoa física, que alcançaram R\$ 216,9 bilhões; os investimentos do setor privado, que totalizaram R\$ 128 bilhões; e os empréstimos ao setor, que chegaram a R\$ 7 bilhões (Brasil, 2010). Além disso, o crescimento dos investimentos no Brasil foi o que fortaleceu e viabilizou a continuidade do PAC: enquanto o PIB apresentou uma média de crescimento anual de 4,6%, o investimento total aumentou de 16,4% em 2006 para 18,4% em 2010, atingindo um pico de 19,1% em 2008, impulsionando a atividade econômica em conjunto com o consumo das famílias (Pêgo Filho e Moura, 2018).

Dessa forma, “o PAC foi consignado como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento brasileiro, cujo itinerário de crescimento já vinha sendo consolidado com outras medidas públicas” (Pêgo Filho e Moura, 2018, p. 385). Com a crise financeira mundial entre 2008 e 2009, o PAC desempenhou um papel fundamental para o Brasil e o Nordeste, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que, por sua vez, assegurou a continuidade do

²² Barragem e adutora de Palmeiras dos Índios (Alagoas), barragem e adutora do Marruá (Piauí), adutora Capivara e adutora Acauã (Paraíba), adutora Pirapama (PE) (Bruto, 2011)

²³ O Programa Nacional de Dragagem, criado pela Lei 11.610/2007, tinha como objetivo propor e desenvolver soluções para reduzir os gargalos que limitam os acessos marítimos aos portos brasileiros (Brasil, 2007c).

²⁴ R\$ 148,7 bilhões foram investidos pela Petrobrás, sendo o maior volume de recursos para as áreas de petróleo e gás natural (Jardim e Silva, 2015).

consumo de bens e serviços, mantendo a economia ativa e atenuando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais (Brasil, 2012).

Além das ações focadas no lado da oferta, o governo federal também implementou políticas sociais federais, como o Programa Bolsa Família, um programa permanente de transferência de renda com fortes impactos sobre o lado da demanda. Criado em janeiro de 2004, pela Lei nº 10.836, o Programa Bolsa Família (PBF) teve como objetivo unificar e expandir os programas sociais de transferência de renda²⁵, com a finalidade de combater a pobreza no Brasil (Brasil, 2004). Dessa forma, a lei pretendia promover a inclusão social por meio da transferência direta de recursos às famílias em situação de vulnerabilidade, condicionada à frequência escolar, vacinação e acompanhamento de saúde, com o intuito de garantir direitos básicos e reduzir a desigualdade social (Brasil, 2004).

No Nordeste, o PBF teve um impacto direto. Isso porque, ao concentrar mais da metade da população em situação de extrema pobreza do país, a região captou mais de 50% dos recursos desse programa²⁶ (Araújo, 2014). Além disso, como ressalta a autora, o Nordeste apresenta uma concentração de pobreza rural, sobretudo em pequenos municípios, especialmente aqueles situados no grande espaço semiárido²⁷. Nesses municípios, observou-se que o novo fluxo de renda não apenas beneficiava diretamente os participantes do programa, mas também impulsionava o comércio local, dinamizando lojas, padarias, farmácias e feiras semanais, uma

²⁵ O Programa Bolsa Família tinha por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela MP nº 2.206-1, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102 e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877 (Brasil, 2004).

²⁶ Em 2004, ano de início do programa, o PBF injetou na economia nordestina, em valores corrigidos, R\$ 2,173 bilhões, contra R\$ 3,719 bilhões no Brasil, correspondendo a 57,3% do montante nacional (Filho, Penna, Vieira, 2021).

²⁷ Nesse período, também foi notório os avanços no Nordeste na área da agricultura familiar. Além da evolução na institucionalização e ampliação de programas de fortalecimento desse tipo de organização produtiva, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), também foi observado a intensificação no desenvolvimento de políticas públicas, como as cisternas de placas e os quintais produtivos (Araújo, 2017). Dessa maneira, como destaca Araújo (2017), o modelo de infraestrutura hídrica difusa e de pequena escala se adaptou de forma satisfatória à realidade rural da região e promoveu uma melhor qualidade de vida àqueles que se beneficiaram desse conjunto de ações.

vez que as bases produtivas locais são modestas em comparação com os centros mais dinâmicos do país (Araújo, 2014).

Além das políticas sociais de transferência de renda, os sucessivos aumentos reais do salário mínimo, a expansão do crédito e a redução do desemprego também impulsionaram o crescimento da região pelo lado da demanda (Oliveira, Machado, Mattos, 2020). Todas essas medidas construíram um aparato social que permitiu que as classes mais baixas aumentassem seu poder de compra, o que, conseqüentemente impulsionou o consumo e o crescimento do comércio e dos serviços, especialmente na região que concentra a maior proporção de pobres, o Nordeste (Resende *et al.*, 2015). Nesse contexto, o crescimento do terciário na região, em números, entre 2000 e 2010, foi expressivo, com uma taxa média anual de 4,48%, superando a média nacional de 3,47% (Resende *et al.*, 2015).

Como evidencia Araújo (2017), a expansão do setor terciário nordestino foi tão significativa que, em 2010, respondia, sozinho, por 69,1% do valor adicionado setorial da região e 75,9% dos trabalhadores com carteira assinada, além de ser responsável por 7,5 a cada 10 empregos gerados no Nordeste. Destacou-se também, no comércio da região, entre 2000 e 2010, a notável expansão do emprego formal de 8,1% ao ano, com crescimento de todos os seus subsetores, principalmente do comércio atacadista, com crescimento de 8,6% ao ano, do comércio varejista, com 8,0% ao ano, do comércio e reparação de veículos, com 7,9% ao ano (Araújo, 2017). Nesse mesmo período, no setor de serviços, o crescimento médio anual da região dos trabalhadores com carteira foi de 5,6% e entre as atividades dos serviços que mais cresceram, ressaltaram-se: aluguel de veículos, máquinas e equipamentos; atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades de informática e serviços relacionados; serviços prestados principalmente às empresas; serviços domésticos; alojamento e alimentação; serviços pessoais; e de educação (Araújo, 2017).

O crescimento da geração de empregos, principalmente formais, atrelado à melhoria nos níveis de rendimento, especialmente entre os trabalhadores com renda próxima ao salário mínimo, como demonstrado na tabela 5, e à expressiva redução do desemprego, evidenciou uma evolução significativa nas regiões Norte e Nordeste (Araújo, 2017). Todas essas transformações fizeram com que, entre 2000 e 2010, as taxas anuais de crescimento do emprego formal fossem de 8,2% e 6,2%, respectivamente, enquanto a média nacional foi de 5,3% ao ano. No mesmo período, as regiões Sul e Sudeste apresentaram crescimentos de 5% e 4,8% ao ano, respectivamente (Araújo, 2017). A tabela 5 mostra mais detalhadamente o processo do aumento desses empregos formais na região:

Tabela 5 – Evolução do estoque de empregos formais no Brasil 2002 – 2010

Região	Dezembro 2002	Dezembro 2010	Taxa anual de crescimento 2010 – 2002 (%)	Criação de emprego no período	Peso da criação no estoque de emprego (%)
Norte	1.296.597	2.408.182	8,0	1.111.585	85,7
Nordeste	4.859.397	8.010.839	6,4	3.151.442	64,9
Sudeste	15.128.474	22.460.999	5,1	7.332.872	48,5
Sul	5.075.659	7.557.531	5,1	2.481.872	48,9
Centro-Oeste	1.323.786	3.360.804	5,7	1.307.018	56,2
Brasil	28.683.913	44.068.355	5,5	15.384.442	53,6

Fonte: Araújo (2014)

Conseqüentemente, o crescimento do consumo das famílias, entre 2002 e 2008, foi de 7,6%, enquanto a média nacional foi de 7,4%, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE, (Resende *et al.*, 2015). Como evidencia a tabela 6, a evolução do rendimento médio das famílias por região é notadamente maior no Nordeste, que obteve uma taxa de crescimento médio maior que todas as outras regiões brasileiras:

Tabela 6 – Evolução do rendimento das famílias por região 2000 – 2010

Região	2000	2010	Taxa de crescimento médio anual 2000 – 2010 (%)
Nordeste	790,46	1.369,51	5,6
Centro-Oeste	1.537,74	2.526,78	5,1
Sul	1.452,45	2.386,26	5,1
Norte	1.006,96	1.653,55	5,1
Sudeste	1.697,23	2.490,95	3,9
Brasil	1.372,51	2.127,33	4,5

Fonte: Araújo (2014). *Valores a preços de 2010, deflacionados pelo INPC.

Dessa forma, o consumo se dinamizou em virtude do aumento da renda, e, em um segundo momento, esse dinamismo do consumo estimulou o investimento (Araújo, 2014). Como exemplo, Araújo (2014) destaca que indústrias de alimentos, bebidas e bens duráveis buscaram se instalar ou expandir suas operações na região, beneficiando fortemente as cidades

de médio porte²⁸ nesse processo. Nesse contexto, grandes redes de supermercados, farmácias e shopping centers também se multiplicaram nesses locais para disputar os novos consumidores (Araújo, 2014).

É possível perceber, nesse contexto, um crescimento populacional significativo nesse período das cidades distantes dos grandes centros metropolitanos e esse crescimento populacional foi acompanhado por um aumento significativamente acelerado do PIB, entre os anos 2000 e 2018, em algumas dessas cidades, como foi o caso de Juazeiro do Norte (CE), com um crescimento de 478%, Mossoró (RN), com 388%, Vitória da Conquista (BA), com 469%, Arapiraca (AL), com 550%, e Caruaru (PE), com 398%. Esses índices, inclusive, superaram os das capitais, como Fortaleza, que registrou um aumento de 330%; Recife, com 334%; e Salvador, com 351% (Fernandes, 2021).

Além disso, outro fator se destaca no aumento do dinamismo das cidades nordestinas, mas especialmente das cidades médias: a expansão e a interiorização do ensino superior (Araújo, 2014). Através do Decreto nº 6.096, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) teve por objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007d). O Reuni foi uma política nacional setorial com um direcionamento firme de enfrentamento das diferenças regionais na oferta de ensino superior e que possuiu resultados regionais expressivos.

Para exemplificar esse cenário, em 2002, o Brasil contava com 43 campi das universidades federais, cuja localização refletia a herança de concentração que marcou o país em sua formação histórica: privilegiava o Sudeste, o Sul e o litoral. Entretanto, em 2010, com a implantação do Reuni, esse cenário mudou: o número de campi aumentou para 230, e houve uma tendência à interiorização e à desconcentração regional (Araújo, 2014). Logo, a presença desses campi em cidades médias não só impactou o comércio e os serviços, mas a vida cultural dessas cidades. Igualmente importante, o Programa Universidade para Todos²⁹ (Prouni) também seguiu a mesma linha de democratização do acesso à educação superior, desempenhando um papel fundamental ao viabilizar o ingresso de jovens com renda familiar

28 É importante destacar que as cidades de médio porte (ou cidades médias) são aquelas que tem um intervalo entre 100.000 e 350.000 habitantes e que, além do tamanho populacional, é necessário considerar o volume das atividades econômicas, o grau de urbanização, a centralidade a qualidade de vida desses centros urbanos (Castello Branco, 2006).

29 Instituído pela Lei nº 11.096, o Prouni destina à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 salário-mínimo e 1/2 (Brasil, 2005).

de até um salário mínimo e meio ao ensino superior, por meio de renúncia fiscal do governo federal (Araújo, 2014).

Com todos esses incentivos, os índices de população com ensino superior concluído melhoraram muito no país da primeira década do século XXI. Para ilustrar, o Censo Demográfico de 2000 e o de 2010 mostram que o número de pessoas com ensino superior completo passou de 5,9 milhões para 13,5 milhões de pessoas. Ademais, Nordeste, Centro-Oeste e Norte foram as regiões que experimentaram maior incremento, de 14,1% para 16,2%; de 7,1% para 8,6%; e de 3% para 4,7%, respectivamente (Araújo, 2014).

Ao observar o indicador de matriculados no ensino superior, percebe-se que ele cresceu consideravelmente em todas as regiões do país. Nesse sentido, o Nordeste também seguiu a tendência nacional, como mostra a tabela 7, mais que dobrando o percentual de matriculados:

Tabela 7 – Proporção de pessoas de 18 a 24 anos matriculadas no ensino superior (em %) 2000 – 2010

Região	2000	2010
Norte	6,1	16,1
Nordeste	6,1	15,0
Sudeste	14,3	27,7
Sul	17,0	27,4
Centro-Oeste	13,3	27,5
Brasil	11,5	22,8

Fonte: Araújo (2014)

Assim, várias cidades médias do Nordeste se beneficiaram com essas medidas e tais mudanças foram essenciais na dinâmica do desenvolvimento regional a partir dos anos 2000, principalmente ao considerar o hiato entre qualificação da mão de obra nordestina e a das regiões mais avançadas do país. No entanto, é importante ressaltar que a desigualdade educacional ainda persistiu, já que, ao comparar com outras regiões do país, a queda da taxa de analfabetismo até 15 anos teve uma média menor na região Nordeste, de -2,9% ao ano entre 2000 e 2010, que no conjunto do país, que foi de -3,2% ao ano, como mostra a tabela 8 (Resende *et al.*, 2015):

Tabela 8 – Taxa de analfabetismo por região (em %) 2000 – 2010

Região	Taxa de analfabetismo em 2000 (% da população de 15 anos ou mais não alfabetizada)	Taxa de analfabetismo em 2010 (% da população de 15 anos ou mais não alfabetizada)	Varição média anual da taxa de analfabetismo entre 2000 e 2010 (%)
Norte	15,6	11,1	-3,4
Nordeste	24,8	18,5	-2,9
Sudeste	7,6	5,3	-3,6
Sul	7,2	5,0	-3,7
Centro-Oeste	10,1	7,0	-3,6
Brasil	12,8	9,4	-3,2

Fonte: Resende *et al.* (2015)

Outro resultado importante do período foi a redução nível da pobreza extrema no Brasil. Na região nordestina, esse resultado foi uma das mudanças mais relevantes observadas. No Nordeste, a redução da pobreza extrema (considerando pessoas com rendimento familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo) teve um ritmo relativamente maior do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Araújo, 2017). Contudo, apesar do papel desempenhado pelas políticas setoriais e pelas políticas sociais, nos avanços que aconteceram ao longo dos anos 2000, cujos impactos beneficiaram principalmente o Nordeste, não foram suficientes para retirar a região da liderança entre os piores indicadores sociais do país (Guimarães Neto, 2010). O que se observa, no entanto, ao longo dos anos 2000, apesar dos esforços de reativar uma agenda nacional de políticas regionais, é o aumento da importância relativa das políticas setoriais no espaço regional, mas não uma integração necessária para modificar radicalmente de subdesenvolvimento do Nordeste.

4.2 Desenvolvimento industrial do Nordeste a partir dos anos 2000

No que diz respeito a indústria nordestina, observou-se ao longo dos anos um lento processo de desconcentração industrial que passou por duas fases: disseminação industrial da Região Metropolitana de São Paulo para o interior do estado e para quase todos os estados brasileiros e, posteriormente, uma reconcentração no polígono Centro-Sul³⁰, como já explicitado anteriormente.

³⁰ Especificamente as cidades de Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos (Diniz, 1993).

Além disso, houve uma tendência ao longo dos anos de redução da indústria no peso da economia brasileira pelo processo de desindustrialização, com efeitos mais visíveis na década de 1990, como também já explicado anteriormente. Dessa forma, entre 1990 e 2000, a redução no total do emprego formal na indústria manufatureira brasileira foi de aproximadamente 11% (Resende *et al.*, 2015). No entanto, como ressaltam os autores, nos anos seguintes houve uma tendência de recuperação do emprego, com o desempenho da indústria manufatureira se aproximando do da economia brasileira.

O aumento do desempenho da indústria estava diretamente relacionado à retomada do crescimento das economias nacional e regional. Como já detalhado no capítulo anterior, a melhora dos índices macroeconômicos esteve associada a vários fatores, como a estabilização dos preços, a retomada dos investimentos públicos e privados, a expansão de crédito às empresas e às famílias, a expansão de programas sociais de transferência de renda, a política de aumento real salário mínimo, entre outros. Dessa forma, a demanda e o consumo das classes de menor renda, impulsionados pelo contexto econômico favorável, constituíram um componente importante nessa retomada da economia, em particular no Nordeste, além de contribuir para estabilizar a queda na participação do emprego industrial formal no total do emprego formal na economia (Guimarães Neto, 2014).

Simultaneamente a esse contexto, ações implícitas foram observadas no âmbito dos governos subnacionais do Nordeste. A execução de agendas de desenvolvimento estadual e local, um fenômeno que teve início no final dos anos 1990, consolidou-se ao longo dos anos 2000 (Filho, Penna, Vieira, 2021). Entre os estados da região nordestina, o Ceará e a Bahia foram precursores na implementação dessa agenda, e enquanto Pernambuco, embora tenha iniciado sua política de incentivos timidamente no começo dos anos 1990, também intensificou seu uso anos mais tarde³¹ (Rocha e Amaral Filho, 2006). Entre os principais programas

³¹ Para ilustrar essa movimentação, no Ceará destacam-se, além do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), o Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos (PROADE), o Programa de Incentivo da Cadeia Produtiva Geradora de Energias Renováveis (PIER), o Apoio aos Setores Têxtil e de Confecções (ASTC), e a Importações de Máquinas e Equipamentos e de Matérias Primas e Insumos (IMEMPI); na Bahia, além do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (DESENVOLVE), o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (PROAUTO), e o Programa de Incentivo à produção de Álcool Etílico Hidratado e anidro Combustível (PROALCOOL); em Pernambuco, além do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE), o Programa de Estímulo à Atividade Portuária do Estado de Pernambuco (PEAP), e o Programa de Desenvolvimento do Setor Automotivo de Pernambuco (PRODEAUTO) (Filho, Penna, Vieira, 2021).

estaduais dos nove estados nordestinos, se destacam: o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX), a Lei de Incentivos Fiscais do Piauí (Lei nº 4.859, de 27 de Agosto de 1996), o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN), o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE), o Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (PRODESIN), o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), e o Programa de Desenvolvimento Industrial e de integração Econômica do Estado da Bahia (DESENVOLVE) (Lima e Lima, 2010).

Boa parte da execução dessas agendas consistiu no aprofundamento e nos ajustes da política de atração de investimentos industriais e empresas de logística de distribuição, respaldados pela concessão de incentivos fiscais, além de terrenos, galpões e outros complementos. Nesse contexto, os incentivos fiscais mostraram-se complementares ao conjunto de critérios de localização das empresas, já que as decisões de investir levam em consideração fatores como a posição geográfica estratégica em relação aos mercados externos, a dimensão do mercado local, a disponibilidade de infraestrutura e a força de trabalho barata e desvinculada de sindicatos (Filho, Penna, Vieira, 2021). Além dos subsídios alinharem-se aos interesses dos investidores, os governos subnacionais transformaram parte dessas políticas em programas voltados à geração de emprego e renda, beneficiando também empresas intensivas em força de trabalho e municípios situados no interior dos estados³² (Filho, Penna, Vieira, 2021).

Desse modo, esse cenário favoreceu a consolidação de investimentos industriais importantes e atraiu grandes projetos estruturantes nos estados que compõem a região nordestina. Consequentemente, a expansão na primeira década dos anos 2000 foi significativa, e como ressalta Guimarães Neto (2014), o crescimento dessa década consolidou-se a partir de 2004, mesmo levando em conta o impacto da crise internacional na economia brasileira, em 2009. Entre 2004 e 2010, a economia nacional expandiu-se a uma taxa média anual de 4,3%, e a economia nordestina a 4,7% ao ano (Guimarães Neto, 2014).

No contexto produtivo e econômico dos anos 2000, é fundamental analisar os investimentos privados e o comportamento das empresas em diferentes conjunturas cíclicas,

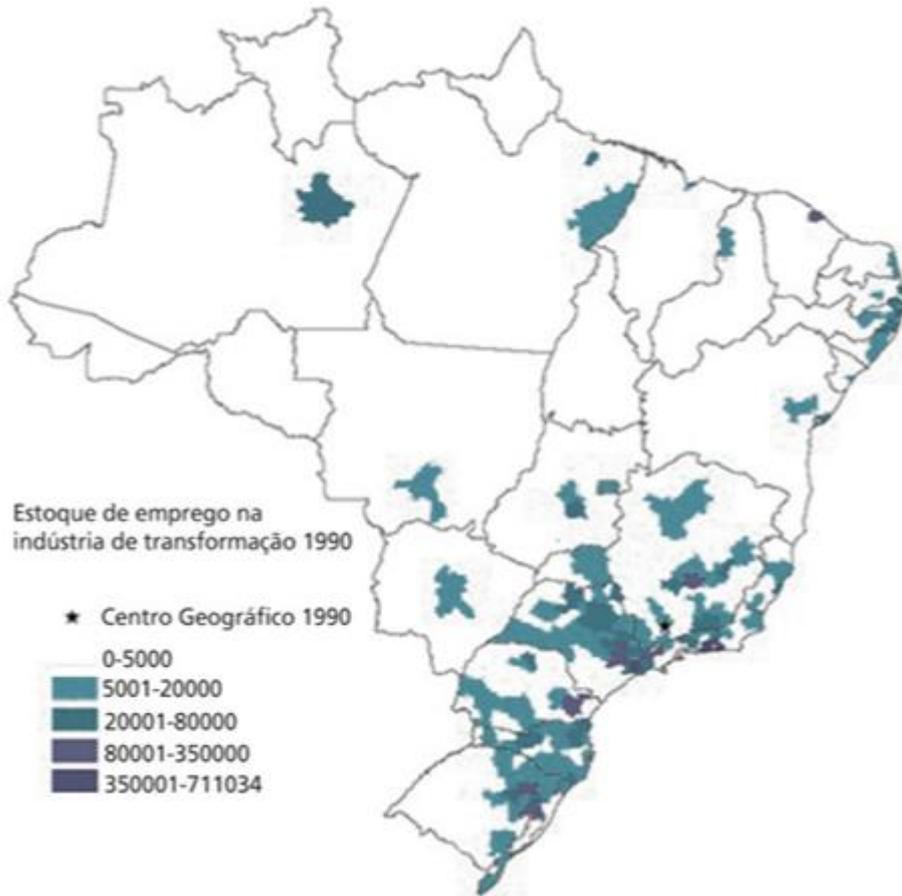
³² Os proprietários das empresas beneficiadas pelos incentivos e atraídas para o Nordeste não participam da vida social corporativa nos estados hospedeiros, deixando de participar das discussões estratégicas dessas organizações. (Filho, Penna, Vieira, 2021).

dado seu impacto na configuração geográfica da atividade econômica. As decisões empresariais influenciam diretamente a distribuição regional da produção, a qualidade dos empregos e a dinâmica do desenvolvimento local. A investigação do processo de industrialização, incluindo seu perfil setorial, a natureza dos investimentos, os tipos de empregos gerados e os efeitos do ambiente macroeconômico, é essencial para avaliar se houve geração de capacidades produtivas e diversificação econômica. A industrialização, nesse sentido, é central ao desenvolvimento nacional, pois promove avanços na produtividade social e reestrutura a divisão técnica e social do trabalho, moldando trajetórias próprias e estilos de desenvolvimento em cada país (Brandão, 2019).

Como observam Resende *et al.* (2015), em termos da distribuição regional do emprego, houve uma evolução com o passar do tempo do emprego na indústria de transformação em uma escala microrregional, mantendo-se fixas as faixas de emprego nos mapas, como mostra os mapas 2 e 3 a seguir³³:

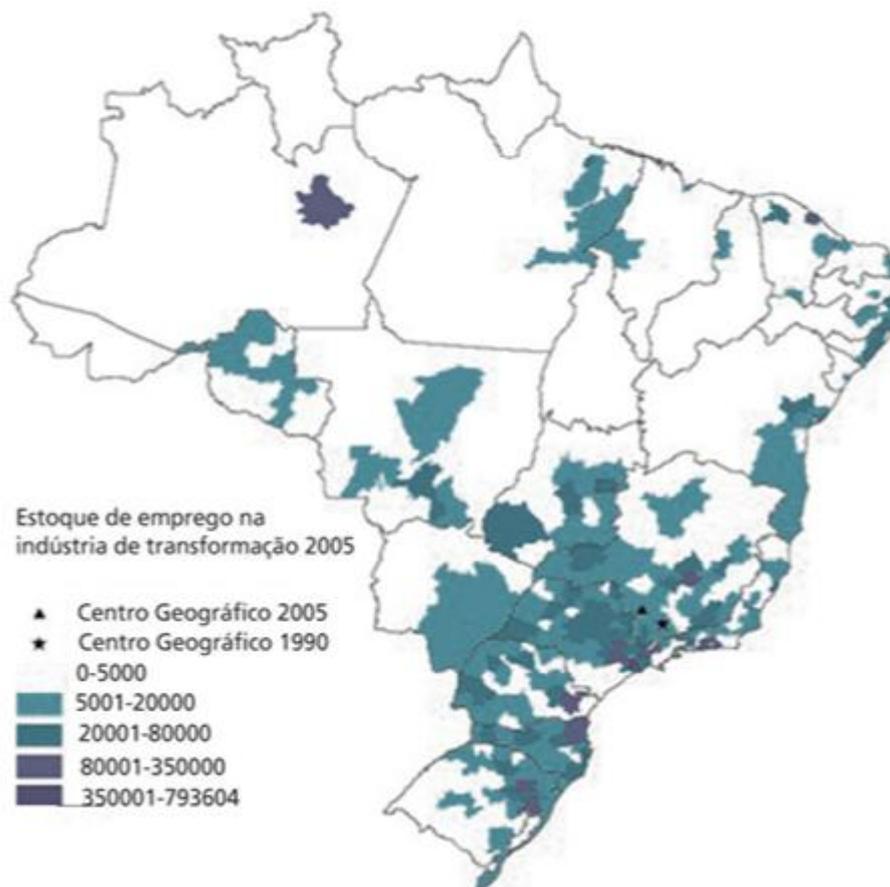
Mapa 2 – Estoque de emprego na indústria de transformação (escala microrregional) – 1990

³³ As microrregiões com menos de 5 mil empregos na indústria de transformação não foram consideradas microrregiões industriais (Resende *et al.*, 2015).



Fonte: Resende *et al.* (2015)

Mapa 3 – Estoque de emprego na indústria de transformação (escala microrregional) – 2007



Fonte: Resende *et al.* (2015)

Como se observa, o centro geográfico da distribuição do emprego deslocou-se para a direção noroeste, devido à desconcentração em direção ao Centro-Oeste, bem como região Sul e às áreas metropolitanas da região Nordeste, em especial o sul da Bahia (Resende *et al.*, 2015). Como mostram os autores, a perda relativa aconteceu majoritariamente pela queda do emprego industrial nas duas maiores aglomerações metropolitanas brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro.

Brandão (2019) ressalta que, a partir de 2003, os bens de consumo não duráveis conseguiram se expandir para fora do eixo Sudeste-Sul por uma série de fatores: o aumento da renda rural ou urbana interiorizada, o maior adensamento das redes urbano-regionais articuladas às cidades médias e a maior sofisticação e diferenciação do consumo. Em um primeiro momento, os núcleos urbanos mais impactados pela desconcentração da atividade industrial foram os das principais capitais do Nordeste, o que impulsionou o crescimento de suas regiões metropolitanas. Nos últimos anos, no entanto, as cidades médias começaram a tomar espaço como as principais áreas urbanas para a formação de polos e complexos industriais na região, movimentando capitais nacionais, transnacionais e regionais/locais (Santos e Santos, 2022).

No estudo de Neto, Silva e Severian (2019), aponta-se que, de 2000 a 2010, a quantidade de aglomerações industriais relevantes (AIRs), que correspondem a uma microrregião homogênea do IBGE com mais de 10 mil empregos industriais, se expandiu consideravelmente, com 51 novas aglomerações³⁴. Os autores reforçam que, em uma perspectiva macrorregional, o número de AIRs no período de 1995 a 2015 foi mais expressivo nas regiões Sudeste, com 28 novas AIRs, e no Sul, com 23. O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, juntos, apresentaram acréscimo de 24 novas AIRs, sendo o Nordeste responsável por 14 dessas últimas. Além disso, em 2010, as AIRs com mais de 10 mil empregos industriais foram responsáveis por 82,6% do emprego industrial no Brasil. No Nordeste, as maiores aglomerações em número de empregos industriais corresponderam as capitais com localização predominante nas áreas litorâneas dos estados (Neto, Silva, Severian, 2019).

Neto, Silva, Severian (2021) também destacam as aglomerações industriais potenciais (AIPs), que são microrregiões homogêneas do IBGE com menos de 10 mil empregos industriais. O recorte das AIPs reconhece a existência microrregiões muito próximas de se tornarem AIRs, mas também identifica algumas microrregiões que se encontram em situação muito distante desta possibilidade. Nesse estudo, os autores mostraram a predominância de aglomerações potenciais nas regiões Sudeste e Sul e a presença em menor intensidade nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No caso do Nordeste, há uma visível expansão nas aglomerações potenciais de segunda ordem (com menos de 5 mil empregos industriais) no litoral e também no sentido do interior dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão no período de 2000 a 2010.

O estudo de Neto, Silva e Severian (2019; 2021) corrobora a visão de Reolon (2013), de que o processo de reestruturação do setor industrial no Brasil – incluindo as indústrias extrativas e de transformação – caracteriza-se pela dispersão de atividades industriais menos complexas para as regiões Norte e Nordeste, especialmente para esta última. Ou seja, “enquanto as instalações de produção são deslocadas para cidades médias ou intermediárias próximas das RMs dos estados nordestinos, as sedes de gestão das cadeias operacionais mantem-se concentradas na Região Sudeste” (Santos e Santos, 2022, p. 135).

Em vários estados da região, é possível perceber a consolidação de diversos projetos devido às políticas de expansão dos investimentos públicos e privados, como foi o caso de plantas de energia eólica na Bahia, no Piauí, no Ceará e Rio Grande do Norte, refinarias em

³⁴ Segundo Sobrinho e Azzoni (2015), as economias de aglomeração derivam das externalidades positivas originadas pela proximidade geográfica dos agentes econômicos, que favorecem o aumento da produtividade das firmas e podem superar os efeitos negativos das deseconomias de aglomeração.

Pernambuco e no Ceará, estaleiros em Pernambuco, em Alagoas, na Bahia e no Maranhão, hidrelétrica e siderúrgicas no Maranhão e no Ceará, indústrias de celulose no Maranhão e na Bahia, indústria automotiva em Pernambuco e petroquímica em Pernambuco, entre outros (Araújo, 2014). Além disso, a expansão do consumo e do crédito foi fundamental para a atração de novos empreendimentos industriais na região, que também se interiorizaram, com ênfase para a produção de alimentos e bebidas (CGEE, 2014). Como exemplo da interiorização de grandes indústrias, as fábricas da BR-Foods e Kraft Food, se estabeleceram em Vitória de Santo Antão, e da Sadia-Perdigão, em Bom Conselho, ambos os municípios localizados no semiárido de Pernambuco, a fábrica catarinense Lia Line para fabricação de calçados femininos, em Iitororó, no Sudoeste baiano e indústrias de móveis, confecções e a pequena metalurgia também avançaram no interior de vários estados do Nordeste (CGEE, 2014). Ressalta-se também a atração de indústrias produtoras de equipamentos para geração de energia eólica no porto de Suape e no Polo de Camaçari (CGEE, 2014).

Igualmente importante foram os investimentos realizados pela “joint venture” na Siderúrgica do Pecém, no Ceará, pela mineradora brasileira Vale do Rio Doce, a produtora de placas de aço sul-coreana Dongkuk e pela siderúrgica sul-coreana Posco, para produzir placas de aço para exportação na Zona de Processamento para Exportação do Complexo Industrial do Pecém (Filho, Penna, Vieira, 2021). Da mesma forma, como demonstram os autores, é importante mencionar a instalação da Fiat Chrysler Automóveis do Brasil (FCA) em Goiana, Pernambuco, devido à proximidade com o Porto de Suape. Nesse contexto, também se destacou Mossoró, no Rio Grande do Norte, pela ampliação das atividades de extração e processamento do sal marinho, atividades de extração de petróleo e fruticultura irrigada (Neto, Silva, Severian, 2021).

Observou-se também o fortalecimento de setores tradicionais da economia nordestina como a indústria de alimentos, a construção civil e a fruticultura. No caso da construção civil, foi verificado, na construção pesada e no setor imobiliário, nos dados do emprego formal, entre 2000 e 2011, um crescimento médio anual de 10,5%, enquanto na indústria de alimentos o incremento na geração de emprego formal foi de 4,5% ao ano (CGEE, 2014). Além disso, nesse período, o Nordeste contou com a presença relevante em segmentos como cinema, moda, gastronomia e outras produções culturais baseadas na criatividade da população e no rico patrimônio cultural herdado, como foi o caso do núcleo criativo da moda no Ceará, em Pernambuco e na Bahia, o Porto Digital, em Pernambuco, e o SergipeTec, em Sergipe, como referência na produção de tecnologia e softwares (CGEE, 2014).

O estudo de Neto e Silva (2018), ao analisar o padrão setorial entre 1996 e 2015 com base na disponibilidade de fatores competitivos da indústria nas diferentes regiões do Brasil, evidencia a especialização do Nordeste em setores intensivos em recursos naturais. Entre as atividades mais relevantes nesse grupo destacam-se a extração de carvão mineral; a exploração de petróleo, gás natural e serviços correlatos; a extração de minerais metálicos e não metálicos; além da produção de alimentos e bebidas, preparação de couro, madeira, fabricação de papel, produção de álcool e cimento. Além disso, a indústria nordestina também revela forte especialização em setores intensivos em trabalho. Essas atividades apresentam peso proporcionalmente maior na estrutura industrial regional em comparação com a média nacional, o que demonstra a importância relativa da mão de obra como recurso competitivo nessa região. Nesse grupo, destacam-se as indústrias de alimentos, têxteis, vestuário, artefatos de couro, calçados e móveis. Por fim, o Nordeste também apresenta especialização em setores intensivos em escala, caracterizados pela necessidade de grande volume de produção para a obtenção de ganhos de produtividade. Nesse grupo, sobressaem-se as indústrias de produtos cerâmicos para a construção civil; edição, impressão e reprodução de gravações; produtos químicos; artigos de borracha e plástico; vidro e produtos de vidro; metalurgia básica; veículos automotores; e equipamentos de transporte ferroviário, naval e outros (exceto aeronáuticos).

Entre 2000 e 2010, observou-se uma elevação da taxa anual de crescimento do valor adicionado industrial do Nordeste, que foi de 3,7% ao ano, acima da média nacional de 2,8% no período de 2000 a 2010 (Araújo, 2017).

Tabela 9 – Taxa de crescimento e distribuição do Valor Adicionado setorial (em %) 2000 – 2010

Área Geográfica	Taxa anual de crescimento do Valor Adicionado (% ao ano) ¹ 2010 – 2000				Distribuição (%) do Valor Adicionado setorial entre os Estados em 2010			
	VA Agropecuária	VA Indústria	VA Serviço exceto Adm. Pública	VA Adm. Pública	VA Agropecuária	VA Indústria	VA Serviço exceto Adm. Pública	VA Adm. Pública
Brasil	4,0	2,8	3,5	4,6	-	-	-	-
Nordeste	3,0	3,7	4,3	5,9	100,0	100,0	100,0	100,0
MA	7,2	3,9	4,2	7,1	23,7	5,8	8,6	9,3
PI	-0,1	6,6	4,2	6,9	4,1	3,3	4,4	5,5

CE	-0,9	3,3	4,7	6,3	9,7	14,9	16,5	15,0
RN	10,3	1,7	5,1	5,9	4,1	5,6	6,4	7,8
PB	-2,1	5,0	3,9	6,2	4,1	5,9	5,6	9,2
PE	5,8	3,8	4,4	5,0	12,5	16,6	19,7	19,0
AL	-3,8	2,2	4,5	5,8	5,0	4,3	4,7	5,9
SE	6,2	5,7	3,7	6,5	3,3	5,6	4,2	5,5
BA	3,1	3,7	4,0	5,3	33,4	37,8	29,9	22,7

Fonte: Araújo (2017)

Nota 1: Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB da agropecuária, indústria e serviços a preços de 2010

Piauí, Sergipe e a Paraíba foram os estados que apresentaram maior dinamismo de incremento da atividade industrial com incremento médio de 6,6%, 5,7% e 5,0% ao ano, respectivamente (Araújo, 2017). Como também destacou a autora, no período analisado, houve uma relativa desconcentração do valor adicionado industrial entre os estados nordestinos, com o Ceará, o Rio Grande do Norte e Alagoas perdendo peso relativo, enquanto o Maranhão, Pernambuco e a Bahia mantiveram suas participações no valor adicionado industrial e o Piauí, a Paraíba e Sergipe ganharam peso relativo. Dessa forma, reforçou-se a tendência, embora modesta, de desconcentração industrial na região.

Contudo, é crucial adicionar que o valor adicionado da indústria nordestina continua explicitamente concentrada na Bahia (37,8%), em Pernambuco (16,6%) e no Ceará (14,9%), que conjuntamente representavam quase 70% do valor adicionado industrial do Nordeste em 2010 (Araújo, 2017). Além disso, apesar da menor expansão do PIB industrial nas regiões metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador, no início dos anos 2000, essas três regiões metropolitanas correspondiam a 45,2% de todo o valor adicionado da indústria do Nordeste em 2010, ante os 48,0% em 2000 (Araújo, 2017). Ou seja, é evidente que dentro da região nordeste a atividade industrial ainda é intensamente concentrada nas principais capitais e regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador. (Santos, 2012).

Com relação ao valor da transformação industrial ao longo dos anos 2000, no estado do Maranhão, observou-se o crescimento da extração de minerais metálicos, que passou a responder por 35% do VTI estadual em 2010, com a extração de ouro; do segmento tradicional de fabricação de alimentos e bebidas, que chegou a 19,4% do VTI em 2010; e da fabricação de produtos minerais não metálicos, que passou a representar 8,7% do VTI em 2010 (Araújo, 2017). O estado do Piauí, como descreve a autora, ostentou o menor montante de VTI, como consequência de um parque industrial pouco diversificado. No período considerado, entre 2000

e 2010, a indústria de alimentos e bebidas passou de 38,4% para 58,4% o peso relativo no VTI estadual; a indústria de transformação de minerais não metálicos passou a representar 13,2% do VTI do estado em 2010; e a construção civil, sozinha, respondia por metade dos postos de trabalho com carteira assinada na indústria estadual em 2010 (Araújo, 2017).

No Rio Grande do Norte, a estrutura industrial concentrou atividades ligadas ao petróleo e à extração de minerais não metálicos, e em 2010, essas indústrias respondiam por quase 60% do VTI desse estado (Araújo, 2017). Na Paraíba, a participação dos principais setores no VTI permaneceu quase inalterada ao longo da década, mas houve aumento no peso relativo do segmento de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados. Os segmentos da indústria de alimentos e bebidas, produtos minerais não metálicos e têxteis, respondiam por mais de 70% do VTI paraibano em 2010 (Araújo, 2017). Em Alagoas, devido à baixa diversificação industrial, 82,9% do VTI industrial estadual em 2010 estava concentrado nos segmentos de produção de alimentos e bebidas e de produtos químicos. Em Sergipe, a indústria extrativa relacionada à produção de gás natural e à extração de minerais não metálicos, representava mais de 40% do valor da transformação industrial do estado em 2010 (Araújo, 2017).

No caso do Ceará, o estado continuou com significativa participação nos segmentos de fabricação de alimentos e bebidas, têxtil, vestuário e acessórios, e calçadista no VTI estadual, mas, ao longo dos anos 2000, a indústria têxtil perdeu peso relativo no VTI, enquanto o segmento de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados se expandiu (Araújo, 2017). Como observa a autora, em Pernambuco, os cinco principais segmentos industriais eram a alimentos e bebidas, produtos químicos, minerais não metálicos, máquinas e equipamentos eletrônicos e metalurgia, os quais correspondiam a 72,5% do VTI da indústria de transformação estadual em 2010; contudo, o segmento de fabricação de outros equipamentos de transporte (exceto veículos automotores), a fabricação de coque e derivados de petróleo e biocombustíveis exibiram importante crescimento ao longo da década. No caso da Bahia, os principais segmentos industriais eram a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, produtos químicos, veículos automotores, reboques e carrocerias, alimentos e bebidas, metalurgia, e celulose, papel e produtos de papel, os quais representavam cerca de 73% do VTI da indústria de transformação baiana em 2010 (Araújo, 2017). Esses três estados, conjuntamente, se destacam pelo alto agrupamento populacional e pela intensa atividade econômica, especialmente a industrial, da região Nordeste, além de possuírem infraestrutura física e humana adequadas para explorar as vantagens competitivas nas relações comerciais com o exterior.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho busca analisar, como previamente mencionado, o processo de industrialização nordestina entre a década de 2010 e início da década de 2020 em comparação com o cenário nacional, assim como identificar as características da estrutura produtiva industrial dos estados nordestinos e sua evolução após a década de 2010. Para isso, foram utilizadas revisões bibliográficas acerca das teorias de desenvolvimento e do processo de industrialização brasileira, bem como das mudanças socioeconômicas que ocorreram na década de 2000 no Nordeste e do panorama da indústria nordestina entre 2000 e 2010 para maior contextualização do tema proposto. Para analisar quantitativamente o cenário da industrialização nordestina durante o período proposto, foi utilizado a análise das aglomerações industriais relevantes (AIRs) brasileiras, e, posteriormente, das aglomerações industriais potenciais (AIPs) da região Nordeste. A investigação sobre aglomerações industriais ganha cada vez mais espaço por parte dos estudos que envolvem questões de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, o trabalho de Diniz (1993) mostra que a reversão de polarização das aglomerações industriais da região metropolitana de São Paulo para outras regiões do país foi lenta e desigual e que pouco chegava em regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e depois se reconcentrou no polígono industrial definido por Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos. No trabalho de Diniz e Crocco (1996), que aprofunda os estudos de Diniz (1993), os autores avaliaram as microrregiões homogêneas definidas pelo IBGE que possuíam 10.000 ou mais pessoas ocupadas na indústria, as quais foram denominadas neste trabalho de aglomerações industriais relevantes (AIRs), nos anos de 1970, 1980 e 1991. Os autores concluíram que, nesse período, foram identificadas 33 AIRs em 1970, 76 em 1980 e 90 em 1991 e que a área preferencial para a indústria se estabelecer era o polígono industrial, reforçando a tese de Diniz (1993).

As pesquisas que utilizam a escala microrregional como instrumento de análise do desenvolvimento regional fomentaram novas investigações nos anos seguintes. Os trabalhos de Saboia (2001), Saboia, Kubrusly, Barros (2014), Sobrinho e Azzoni (2015), Diniz (2017) e Neto, Silva, Severian (2019; 2021) buscaram atualizar temporalmente os estudos sobre as AIRs, principalmente para a década de 2000. Em algumas dessas pesquisas, foram realizadas adaptações metodológicas, como a inclusão do recorte mesorregional e a consideração de regiões com menos de 10.000 empregos industriais. No entanto, apesar das variações nos

recortes temporais, todos esses estudos corroboraram a preferência pela área do polígono industrial para o estabelecimento da indústria, além de evidenciarem o contínuo processo de desconcentração industrial, especialmente ao longo da década de 2000, com deslocamentos para outras regiões do Sul e Sudeste, mas com expansões para Centro-Oeste e Nordeste.

Com o propósito de continuar a atualização sobre o processo de industrialização, principalmente do Nordeste, este trabalho abrange o período mais recente, de 2010 a 2020, das AIRs brasileiras. Como a metodologia adota o recorte das aglomerações industriais relevantes com mais de 10.000 empregos, o emprego industrial será a variável decisiva. Nesse sentido, serão utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2010, 2015 e 2020, os quais correspondem aos empregos formais na indústria extrativa e de transformação. Para evitar dupla contagem, foram considerados apenas os empregados em 31/12. Além disso, foram utilizadas as microrregiões instituídas pelo IBGE entre 1989 e 2017, totalizando 558 microrregiões, que ainda correspondem ao recorte microrregional vigente na RAIS. Essa divisão regional de fins estatísticos respeita os limites político-administrativos e apresentam especificidades quanto à organização do espaço microrregional (IBGE, 1990).

Para uma análise mais detalhada da região Nordeste, também foi utilizada a metodologia de Neto, Silva, Severian (2021), que investigou não apenas as aglomerações industriais consideradas relevantes – aquelas com mais de 10.000 empregos industriais –, mas também as de menor porte. Essas aglomerações menores, denominadas aglomerações industriais potenciais (AIPs), são classificadas em dois subgrupos: AIPs de primeira ordem, com entre 5.000 e 9.999 empregos industriais, e AIPs de segunda ordem, com entre 1.000 e 4.999 empregos industriais. A inclusão das AIPs na análise visa reconhecer a existência e a relevância de microrregiões com potencial para se tornarem AIRs, além de identificar aquelas que ainda estão aquém dessa possibilidade. A motivação para incluir as AIPs neste estudo é registrar novas áreas de atividades industriais em expansão (ou em declínio) e identificar regiões com potencial de crescimento futuro, que podem ser estratégicas para a formulação de políticas regionais e setoriais no Brasil.

5.1 Tendências recentes da industrialização no Brasil

Ao analisar as AIRs no período mais recente, é possível perceber que a territorialidade do emprego industrial brasileiro sofreu mudanças consideráveis nas últimas décadas. A título de comparação, no estudo de Diniz e Crocco (1996), existiam 90 aglomerações industriais relevantes no Brasil em 1991, que representavam 86% do emprego industrial no país. No recorte temporal deste estudo, em 2010, foram encontradas 149 AIRs com mais de 10.000 empregos industriais, que representavam 84,1% dos empregos industriais no Brasil, e em 2020, foram encontradas 158 AIRs com mais de 10.000 empregos industriais, representando 82,3% dos empregos industriais. No entanto, a quantidade de empregos totais dessas AIRs passou de 6.810.362, em 2010, para um total de 6.104.218 em 2020. Apesar do aumento do número de AIRs no período, houve uma perda de 706.144 empregos. É possível que uma das causas da perda de empregos nesse período esteja atrelada a crise econômica que o país enfrentou na década de 2010. No ápice da crise, o país chegou a ter uma contração de 3,5% do PIB e enfrentou uma taxa de desemprego de mais de 11%. De acordo com a tabela abaixo, os números dos empregos industriais no Brasil, extrativo e de transformação, são postos da seguinte forma:

Tabela 10 – Quantidade de empregos industriais das AIRs e das não AIRs por regiões 2010 – 2020

	2010			2020		
	Quantidade de empregos industriais apenas nas AIRs	Empregos Industriais totais – Extrativo (das AIRs e não AIRs)	Empregos Industriais totais – Transformação (das AIRs e não AIRs)	Quantidade de empregos industriais apenas nas AIRs	Empregos Industriais totais – Extrativo (das AIRs e não AIRs)	Empregos Industriais totais – Transformação (das AIRs e não AIRs)
Valores Absolutos						
Norte	148.055	19.366	272.288	155.075	29.049	252.322
Nordeste	794.398	35.576	1.052.444	670.017	35.989	944.666
Sudeste	3.799.927	122.664	4.139.236	3.195.715	128.140	3.531.355
Sul	1.787.861	20.823	2.006.823	1.739.559	18.485	1.978.323
Centro-Oeste	280.121	12.787	414.911	343.852	16.003	482.068
Total	6.810.362	211.216	7.885.702	6.104.218	227.666	7.188.734

Fonte: Dados brutos do sistema RAIS/MTE (Vários anos). Elaboração própria.

Além disso, 9 novas AIRs surgiram no período de 2010 a 2020, distribuídas da seguinte forma: 3 novas AIRs no Sudeste e no Centro-Oeste, 2 novas AIRs no Norte e 1 nova AIR no Nordeste. O Sul manteve a mesma quantidade de AIRs, pois algumas microrregiões deixaram de ser consideradas AIRs devido à perda de empregos industriais após 2015. Para uma análise mais detalhada, segue a tabela abaixo:

Tabela 11 – Evolução do número de AIRs por região 2010 – 2020

Região	2010	2015	2020	Subtotal
Norte	2 (1,34%)	+ 1 nova AIR	+ 1 nova AIR	4 (2,53%)
Nordeste	25 (16,78%)	+3 novas AIRs	+ 1 nova AIR e – 3 AIR após 2015	26 (16,45%)
Sudeste	68 (45,64%)	+ 6 novas AIRs e – 2 AIRs após 2010	+3 novas AIRs e – 4 AIRs após 2015	71 (44,94%)
Sul	44 (29,53%)	+ 3 novas AIRs	0 novas AIRs e – 3 AIRs após 2015	44 (27,85%)
Centro-Oeste	10 (6,71%)	+ 2 novas AIRs	+ 1 nova AIR	13 (8,23%)
Total	149	13 novas AIRs	6 novas AIRs e perda de 10 AIRs após 2015	158

Fonte: Dados brutos do sistema RAIS/MTE (Vários anos). Elaboração própria.

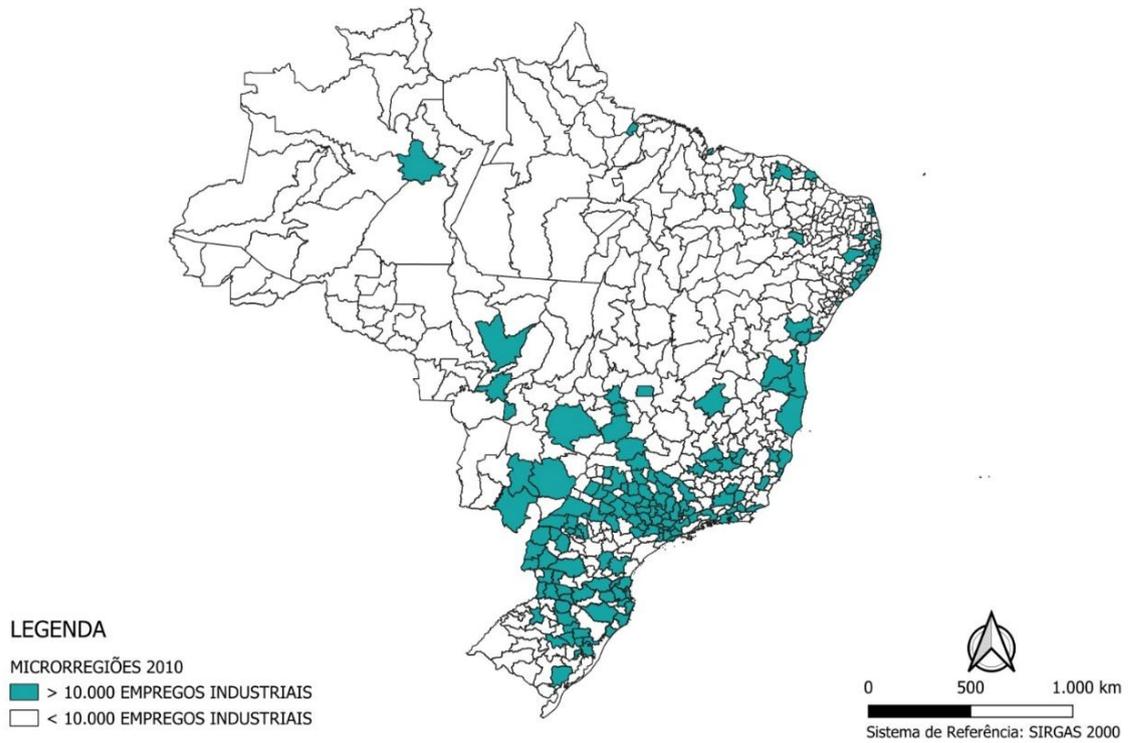
Em termos absolutos, tanto o Sudeste quanto o Centro-Oeste obtiveram o maior número de AIRs criadas no período analisado. Em comparação com os dados de Diniz e Crocco (1996), é possível perceber uma pequena desconcentração industrial regional ao longo do tempo, já

que, em 1991, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, juntos, representavam 21,96% das AIRs brasileiras, e em 2020, esse número passou para 27,21%.

Já em valores absolutos, em 1991, o Norte possuía 2 AIRs, o Nordeste, 14 AIRs, o Centro-Oeste, 4, Sudeste, 49, e o Sul, 22. Em 2020, esses números passaram para 4, 26, 13, 71 e 44, respectivamente. Embora seja possível identificar uma tímida desconcentração da atividade industrial, o Sudeste e o Sul ainda detêm 72,78% das aglomerações industriais relevantes no país, o que sugere que a força industrial brasileira ainda se concentra nas áreas consolidadas. No entanto, a novidade que surge ao longo dos anos é o Centro-Oeste, que quase duplica sua participação relativa no cenário das aglomerações industriais relevantes, indo de 4,39% em 1991 para 8,23% em 2020. No caso do Norte e Nordeste, é possível perceber um modesto crescimento (quase estagnação) na participação relativa das AIRs. Em 1991, o Norte representava 2,19% das AIRs, enquanto o Nordeste representava 15,28%. Em 2020, esses números passaram para 2,53% e 16,45%, respectivamente. O Sudeste ainda se consolida como o maior detentor da produção industrial brasileira, com 44,94% das aglomerações industriais relevantes do país, e o Sul registrou um crescimento, passando de 24,17% em 1991 para 27,85% em 2020.

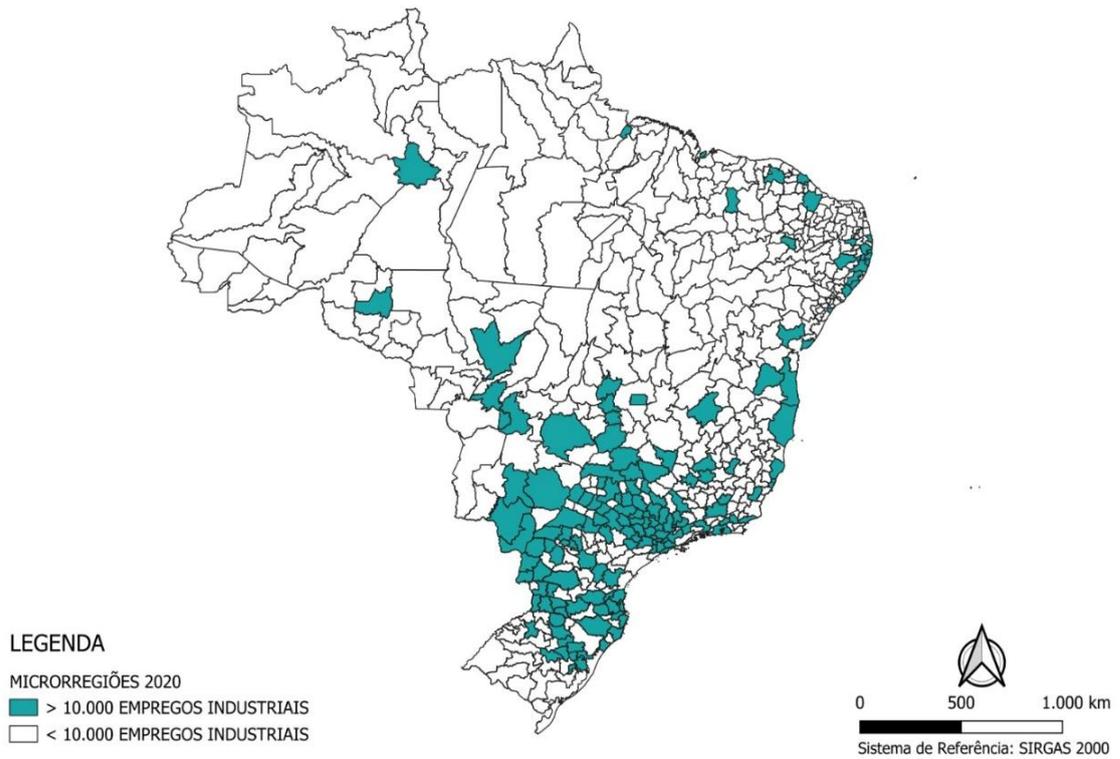
Ao comparar os períodos de 2010 a 2020, percebe-se um cenário similar, mas com algumas diferenças. O Nordeste apresenta uma pequena diminuição relativa de 0,33% de 2010 para 2020, enquanto o Norte exibe um crescimento de 1,2% e o Centro-Oeste de 1,52%. Já o Sudeste e o Sul também registram queda nas suas participações relativas, de 0,7% e 1,68%, respectivamente. Em valores absolutos, em 2010, o Norte detinha 2 AIRs, o Nordeste, 25 AIRs, o Centro-Oeste, 10, o Sudeste, 68, e o Sul, 44. Em 2020, esses números cresceram para 4, 26, 13, 71, respectivamente, com exceção do Sul, que permaneceu com as mesmas 44 aglomerações. Os mapas abaixo, que estão subdivididos nas microrregiões utilizadas na pesquisa, facilitam a visualização das mudanças ocorridas e a expansão das AIRs na análise de 2010 a 2020:

Mapa 4 – Aglomerações industriais relevantes (AIRs) no Brasil – 2010



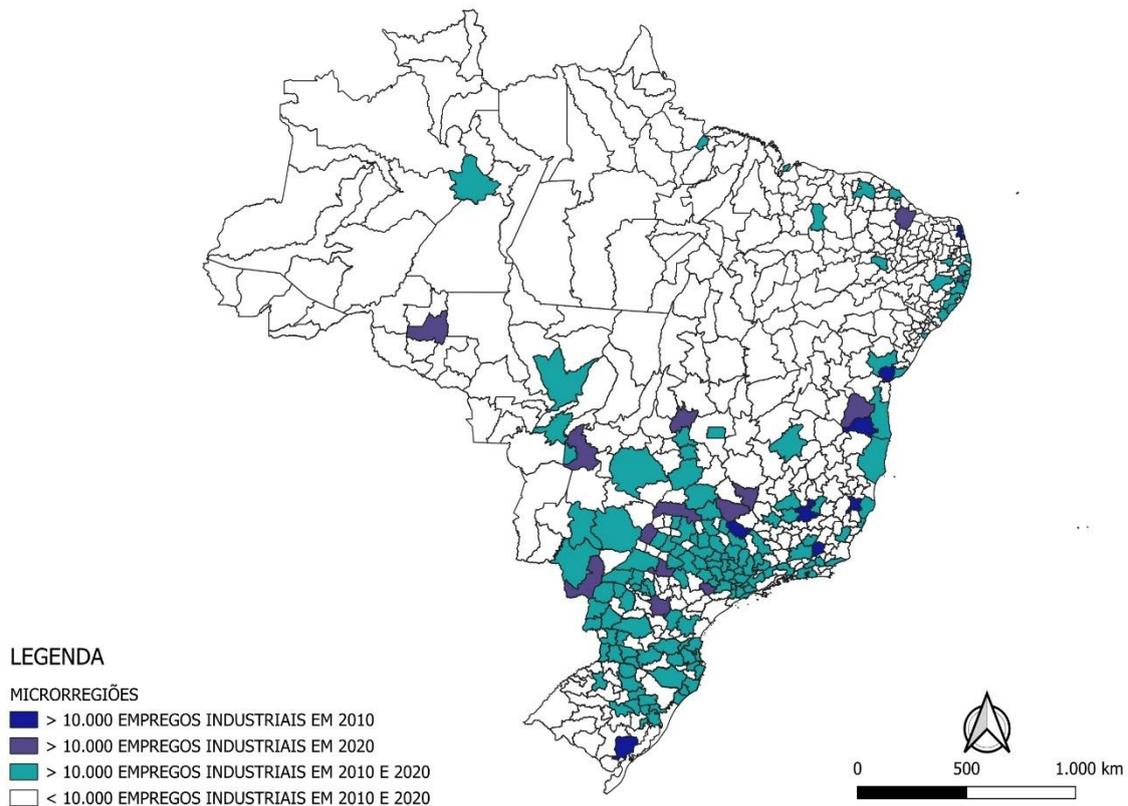
Fonte: RAIS (2025). Elaboração própria.

Mapa 5 – Aglomerações industriais relevantes (AIRs) no Brasil – 2020



Fonte: RAIS (2025). Elaboração próprias.

Mapa 6 – Evolução das aglomerações industriais relevantes (AIRs) no Brasil 2010 – 2020



Fonte: RAIS (2025). Elaboração própria.

A predominância da aglomeração industrial em poucas regiões é bastante evidente, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. O estado de São Paulo é o mais beneficiado em termos de aglomerações industriais relevantes, com 42 AIRs (incluindo a nova AIR da microrregião de Assis, criada em 2020, e as microrregiões de Andradina e Itapetininga, estabelecidas em 2015), somando 2.202.649 empregos industriais. O estado de Minas Gerais vem em seguida, com 19 AIRs (incluindo as microrregiões de Patos de Minas e a de Araxá, adicionadas em 2020, e a de Frutal, em 2015), totalizando 576.664 empregos industriais. O Rio de Janeiro, em terceiro lugar, conta com 7 AIRs e soma 317.167 empregos industriais. Por último, o estado do Espírito Santo contribui com 3 AIRs, que concentra 86.784 empregos industriais.

Na região Sul, o estado de Santa Catarina é o que possui maior quantidade de AIRs, com 18, somando 715.059 empregos industriais. Em seguida, o estado do Paraná aparece com 17 AIRs (incluindo a microrregião de Telêmaco Borba, incorporada em 2015) e conta com 564.067 empregos industriais em suas AIRs. O Rio Grande do Sul reúne as 9 AIRs restantes da região, com 460.430 empregos industriais.

O Centro-Oeste, que consistentemente cresce em aglomerações industriais relevantes, tem no estado de Goiás o maior número de AIRs, com 5 (a AIR da microrregião de Ceres surgiu em 2020), reunindo 181.802 empregos industriais. Em seguida, aparece Mato Grosso do Sul, com 4 AIRs (a microrregião de Iguatemi foi integrada às AIRs do estado em 2015), totalizando 72.978 empregos industriais. O estado de Mato Grosso possui 3 AIRs (incluindo a microrregião de Rondonópolis, que se tornou AIR em 2015), somando 53.025 empregos industriais. Por fim, o Distrito Federal possui uma única AIR, a microrregião de Brasília, com 36.047 empregos industriais.

O Norte possui as microrregiões de Belém e a de Manaus como aglomerações industriais relevantes bem consolidadas, com 29.511 e 100.955 empregos industriais, respectivamente. As duas novas AIRs da região são compostas pela AIR da microrregião de Parauapebas, diretamente relacionada ao complexo minero-metalúrgico de Carajás, no Pará, com 14.417 empregos industriais no setor extrativo, e pela microrregião de Ji-Paraná, em Rondônia, com 10.192 empregos industriais. Vale destacar que, no Norte, as microrregiões que integram as demais capitais da região não possuem uma quantidade de empregos industriais suficiente para serem caracterizadas como AIR.

5.2 Tendências recentes da industrialização no Nordeste

No caso do Nordeste, região à qual este trabalho busca dar mais enfoque, as AIRs se estabelecem principalmente nas áreas litorâneas, onde, historicamente, se concentra a base produtiva nordestina. Os estados do Maranhão, do Piauí, de Sergipe e do Rio Grande do Norte contribuem com uma AIR cada, localizadas nas microrregiões da Aglomeração urbana de São Luís, de Teresina, de Aracaju e de Natal, com 14.037, 18.140, 15.353 e 21.852 empregos industriais, respectivamente,

Em seguida, o estado da Paraíba contribui para a região nordestina com duas AIRs: as microrregiões de João Pessoa, com 26.562 empregos industriais, e a de Campina Grande, com 19.615 empregos industriais. O estado de Alagoas conta com três AIRs: as microrregiões de Maceió, com 29.218 empregos industriais; da Mata Alagoana, com 11.349 empregos industriais; e de São Miguel dos Campos, com 15.118 empregos industriais.

Os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará possuem as maiores quantidades de AIRs da região: 7, 5 e 5, respectivamente. No caso de Pernambuco, as microrregiões que se consolidam

como AIRs são Recife, com 62.549 empregos industriais; Itamaracá, com 12.480; Mata Meridional Pernambucana, com 17.704; Mata Setentrional Pernambucana, com 28.869; Suape, com 18.184; Vale do Ipojuca, com 23.107; e Vitória de Santo Antão (que se tornou AIR em 2015), com 10.818. Na Bahia, destacam-se as microrregiões de Salvador, com 76.019 empregos industriais; Feira de Santana, 32.403; Ilhéus-Itabuna, com 10.606; Porto Seguro, com 11.125; e Vitória da Conquista (estabelecida como AIR em 2015), com 12.113. Por fim, o Ceará contribui com as microrregiões de Fortaleza, com 123.896 empregos industriais; Baixo do Jaguaribe (integrada às AIR em 2020), com 10.493; Pacajus, com 15.321; Sobral, com 18.979; e Cariri, com 13.107. É possível perceber que as maiores aglomerações nordestinas, em número de empregos industriais, correspondem às microrregiões urbanas em que se encontram as capitais, localizadas nas áreas litorâneas do Nordeste. Além disso, destaca-se a evolução da AIR da microrregião de Fortaleza, que possui o maior número de empregos industriais da região, seguida pela de Salvador e, por fim, a de Recife, consolidando-se como as três maiores AIRs do Nordeste.

Em uma análise mais detalhada dos subsetores dos empregos industriais da RAIS das aglomerações industriais relevantes, a microrregião de São Luís aloca a maior parte dos seus empregos na indústria de alimentos e bebidas, mas também apresenta expressividade nas indústrias metalúrgica e química. Já a microrregião de Aracaju também destina boa parte dos empregos às indústrias alimentícias, mas as indústrias mecânica e a de material elétrico e de comunicações também se destacam. No caso de Natal, a maior parte dos empregos concentra-se nas indústrias alimentícia e têxtil. Os empregos industriais da microrregião de Teresina são um pouco mais diversificados, uma vez que, além de se destacar na indústria alimentícia, também aloca empregos nas indústrias de produção mineral não metálica, metalúrgica, de madeira e mobiliário, de papel, papelão, editorial e gráfica, bem como nas indústrias química e têxtil.

Na microrregião de João Pessoa, destacam-se as indústrias de produção mineral não metálica, de madeira e mobiliário, de papel, papelão, editorial e gráfica, assim como as indústrias química, têxtil, calçadista e alimentícia. Na microrregião de Campina Grande, a maior expressividade de empregos está na indústria calçadista, seguida das indústrias têxtil, alimentícia, química e metalúrgica. Com relação à microrregião de Maceió, a indústria alimentícia possui o maior número de empregos industriais, seguida pelas indústrias química, de produção mineral não metálica e mecânica. Já nas microrregiões de Mata Alagoana e de São

Miguel dos Campos, a indústria de alimentos e bebidas é a mais importante, com mais de 10.000 empregos cada.

Em Pernambuco, a microrregião de Recife se destaca pelas indústrias alimentícia, química, têxtil, metalúrgica, mecânica, de material elétrico e de comunicações, de madeira e do mobiliário, de papel, papelão, editorial e gráfica, de borracha, do fumo e de couros, além da produção de mineral não metálica. As microrregiões de Itamaracá e da Mata Meridional Pernambucana se sobressaem nas indústrias alimentícia e química, enquanto a Mata Setentrional Pernambucana, apesar de concentrar a maior parte dos empregos na indústria de alimentos e bebidas, também apresenta quantidade significativa de empregos na indústria de material de transporte. Na microrregião de Suape, a maior parte dos empregos está nas indústrias alimentícia e química, mas também se destacam a produção mineral não metálica, a indústria metalúrgica e de material de transporte. A microrregião do Vale do Ipojuca tem maior expressividade de empregos nas indústrias têxtil e alimentícia, mas também conta com setores relevantes de material elétrico e de comunicações, de madeira e de mobiliário e da indústria química. Na microrregião de Vitória de Santo Antão, as duas indústrias mais relevantes são a indústria de alimentos e bebidas e a química.

Na Bahia, a microrregião de Salvador é bastante diversificada, apresentando expressiva quantidade de empregos industriais em quase todas as áreas da indústria. A indústria de alimentos e bebidas concentra a maior quantidade de emprego, seguida pelas indústrias química, metalúrgica e de material de transporte. As indústrias de borracha, do fumo e de couros, a produção de mineral não metálica, a indústria têxtil, a de papel, papelão, editorial e gráfica e a metalúrgica também possuem grande relevância, seguidas pelas indústrias de madeira e mobiliário, de material elétrico e de comunicações e pela indústria extrativa mineral. Na microrregião de Feira de Santana, destacam-se as indústrias alimentícia e a calçadista, embora as indústrias mecânica, química, de borracha, do fumo e de couros, a de papel, papelão, editorial e gráfica, a metalúrgica e a têxtil também tenham sua relevância. No caso das microrregiões de Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro, as indústrias alimentícia e têxtil concentram a maior parte dos empregos industriais, enquanto, na microrregião de Vitória da Conquista, as indústrias alimentícia, têxtil, calçadista e química apresentam relevância equilibradas entre si.

No Ceará, a microrregião de Fortaleza, que possui o maior número de empregos industriais do Nordeste, também se destaca pela maior diversificação de empregos industriais da região. A indústria têxtil concentra a maior parte dos empregos, seguida pela indústria alimentícia. Além dessas, as indústrias química, metalúrgica, mecânica, e de material elétrico e

de comunicações têm alta relevância na alocação de empregos. Em seguida, destacam-se os setores de produção mineral não metálica, calçadista, de papel, papelão, editorial e gráfica, de madeira e mobiliário e de borracha, do fumo e de couros. Os setores de material de transporte e extração mineral aparecem por último, mas com relevância considerável, com mais de 1.000 empregos cada. Na microrregião do Baixo do Jaguaribe, a maior quantidade de empregos industriais pertence à indústria calçadista, seguida pelas indústrias alimentícia e de produção mineral não metálica. Já a microrregião de Pacajus, assim como a de Sobral, apresenta maior expressividade na indústria calçadista. A microrregião do Cariri também se destaca pela indústria calçadista, mas possui uma diversificação um pouco maior, com relevância nas indústrias química, de borracha, do fumo e de couros, de produção mineral não metálica e de alimentos e bebidas.

Com essa avaliação, é possível perceber a tendência de dependência da economia nordestina em poucas subáreas da indústria (principalmente nos setores alimentício, calçadista e químico), o que corrobora com os trabalhos de Neto e Silva (2018) e Araújo (2017). Também é evidente a dependência locacional dessas indústrias, uma vez que se concentram no litoral, com algumas exceções de interiorização, principalmente de anos recentes, como é o caso das microrregiões de Campina Grande, do Vale do Ipojuca, de Vitória de Santo Antão, do Cariri, do Baixo Jaguaribe, de Pacajus, de Sobral, de Feira de Santana e de Vitória da Conquista, o que dificulta o processo de desenvolvimento industrial e econômico regional. Embora seja notória a evolução no número de aglomerações industriais relevantes ao longo dos anos, observa-se uma estagnação no processo de industrialização nordestino.

5.3 Aglomerações industriais potenciais: regiões de interesse da política de desenvolvimento regional

A análise realizada até o momento, apresentando o mapeamento das principais aglomerações industriais, busca revelar não só as tendências recentes da industrialização brasileira, especialmente a nordestina, e as características cristalizadas, mas também permite levantar algumas questões novas para a pesquisa. Inicialmente, ressalta-se que as regiões alvo das políticas de desenvolvimento regional apresentaram, notadamente, uma expansão no número de AIRs, embora essa expansão tenha sido modesta.

No entanto, entende-se que existem algumas microrregiões no Nordeste que não se caracterizam como aglomerações industriais relevantes (com mais de 10.000 empregos

industriais), mas que possuem potencial para, eventualmente, se tornarem relevantes. Neste caso, para explorar essas áreas, foi aberto uma observação para as aglomerações industriais além daquelas consideradas relevantes, de forma a incorporar na análise as aglomerações menores, as quais podem revelar dinâmicas produtivas não dimensionadas. Foi utilizada a metodologia de Neto, Silva, Severian (2021), que denomina essas aglomerações de aglomerações industriais potenciais (AIPs), classificadas em dois subgrupos: AIPs de primeira ordem, com entre 5.000 e 9.999 empregos industriais, e AIPs de segunda ordem, com entre 1.000 e 4.999 empregos industriais. A análise das AIPs identifica as microrregiões que podem se tornar AIRs, mas também sinaliza algumas AIPs que se encontram muito distante dessa possibilidade. O principal objetivo com essa análise é registrar as microrregiões nordestinas em expansão, estagnação ou declínio, e que podem interessar a uma eventual atuação de política de desenvolvimento regional.

As aglomerações industriais potenciais encontradas em 2020 totalizam 284 microrregiões brasileiras e somam 1.159.348 empregos industriais. Embora sejam menos significativas, essas microrregiões são fundamentais para compreensão da importância do território como peça essencial ao crescimento econômico (Neto, Silva, Severian, 2021). No Nordeste, foram encontradas, em 2020, 81 AIPs, sendo 14 delas de primeira ordem e 67 de segunda ordem. Em comparação com as demais regiões, em valores absolutos, no Centro-Oeste foram identificadas 36 AIPs, das quais 10 são de primeira ordem e 26 de segunda ordem. No Norte, o número total de AIPs é de 29, sendo 9 de primeira ordem e 20 de segunda. No Sudeste, há 92 AIPs, com 39 de primeira ordem e 53 de segunda. Por fim, no Sul, são 46 AIPs, das quais 26 são de primeira ordem e 21 de segunda. Na tabela abaixo, é possível ter mais detalhes da quantidade de empregos nessas AIPs em cada região:

Tabela 12 – Empregos industriais nas AIPs de primeira e de segunda ordem – 2020

Região	Empregos industriais totais	Empregos industriais AIPs primeira ordem	Empregos industriais AIPs segunda ordem
Norte	107.559	58.874	48.685
Nordeste	253.906	95.738	158.168
Sudeste	420.264	280.053	140.211
Sul	238.356	187.586	50.770

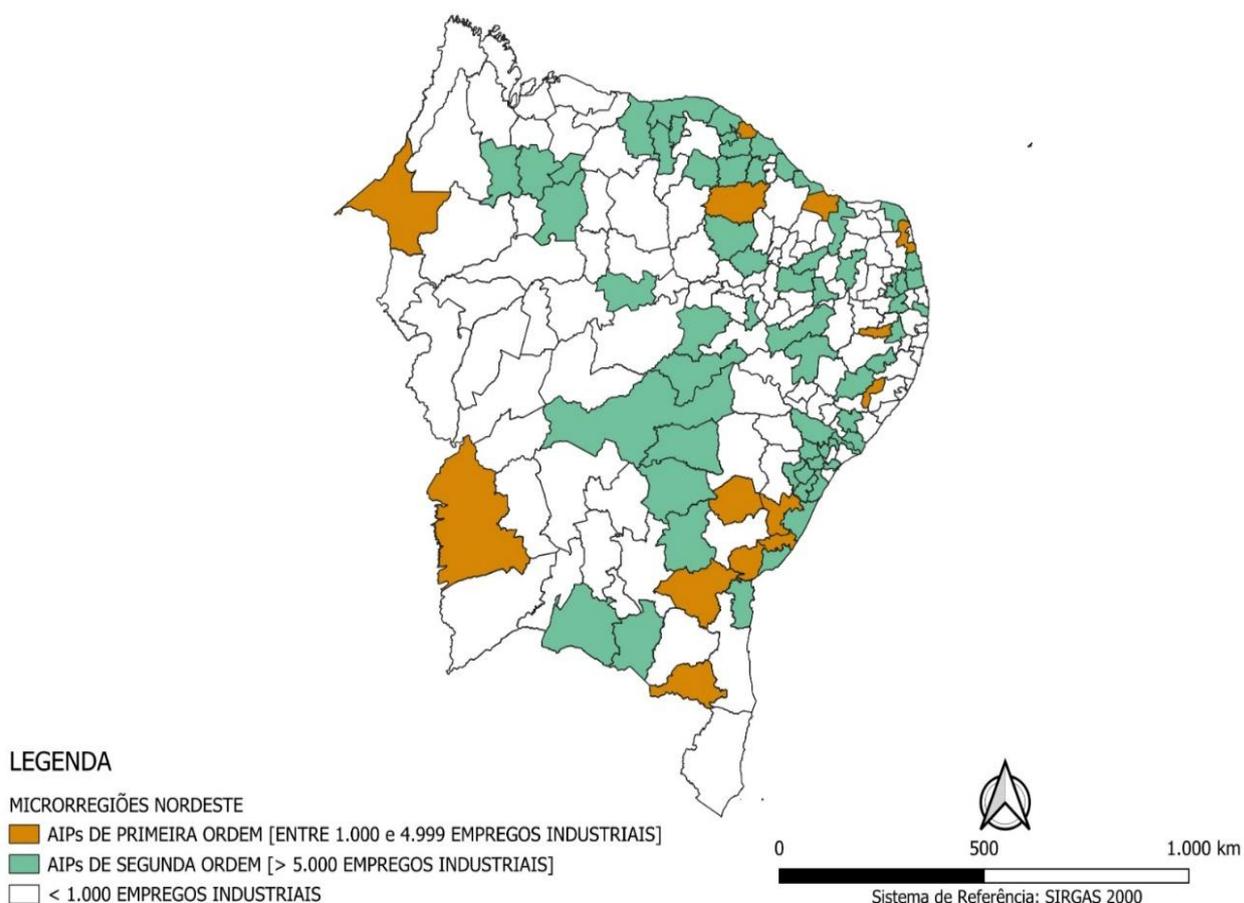
Centro-Oeste	139.263	77.425	61.838
Total	1.159.348	699.676	459.672

Fonte: Dados brutos do sistema RAIS/MTE (Vários anos). Elaboração própria.

As AIPs de primeira ordem retratam a parte mais relevante em termos de empregos gerados e, em termos relativos, em 2020, representam 60,35% dos empregos industriais das AIPs. Também é possível perceber que, assim como nas AIRs, existe a predominância de aglomerações industriais potenciais de primeira ordem nas microrregiões do Sudeste e do Sul. Já as aglomerações industriais potenciais de segunda ordem estão localizadas, principalmente, nas regiões que foram alvo de políticas de desenvolvimento regional: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nesse caso, o Nordeste é o que possui a maior quantidade de AIPs de segunda ordem, seguido do Centro-Oeste e do Norte.

No caso do Nordeste, o mapa abaixo mostra detalhadamente as microrregiões que são consideradas AIPs de primeira ordem e de segunda:

Mapa 7 – Aglomerações industriais potenciais (AIPs) no Nordeste – 2020



Fonte: RAIS (2025). Elaboração própria.

O estado da Bahia é o que mais concentra AIPs de primeira ordem, com sete. Ceará e Rio Grande do Norte contribuem com duas AIPs cada, enquanto Pernambuco, Maranhão e Alagoas possuem uma cada. Na Bahia, integram as AIPs de primeira ordem a microrregião de Alagoinhas, com destaque para a indústria alimentícia; Barreiras, que também se sobressai nesse setor; Catu, com a maioria dos empregos industriais distribuídos entre a extração mineral e as indústrias metalúrgica e têxtil; Itapetinga (que, antes de 2020, era considerada uma AIR), com a maior parte de empregos industriais concentrada na indústria calçadista; Jequié, igualmente destacada nesse segmento; Santo Antônio de Jesus, (também era considerada uma AIR antes de 2020) com relevância nas indústrias de madeira e mobiliário, química, calçadista e alimentícia; e Serrinha, com ênfase nas indústrias têxtil e calçadista.

Em Pernambuco, a AIP de primeira ordem é a microrregião do Alto do Capibaribe, que se sobressai na indústria têxtil. No Ceará, a microrregião do Baixo Curu destaca-se pelas

indústrias metalúrgica e a alimentícia, enquanto o Sertão de Quixeramobim sobressai na indústria calçadista. No Maranhão, a microrregião de Imperatriz concentra a maior parte dos empregos industriais nas indústrias alimentícia, metalúrgica, de papel, papelão, editorial e gráfica, além da produção mineral não metálica. No Rio Grande do Norte, a microrregião de Macaíba (considerada uma AIR antes de 2020), destaca-se pelas indústrias alimentícia, têxtil e química; já a de Mossoró concentra a maioria dos empregos na extração mineral, na indústria alimentícia e na produção mineral não metálica. Em Alagoas, a microrregião de Serrana dos Quilombos evidencia sua relevância na indústria de alimentos e bebidas.

A presença de aglomerações potenciais de segunda ordem no Nordeste é significativa tanto na área litorânea quanto no interior. A Bahia concentra o maior número dessas aglomerações, totalizando 20 AIPs, seguida pelo Ceará, com 17. Sergipe aparece com 11, enquanto Pernambuco e Rio Grande do Norte possuem 8 cada. Paraíba soma 7, o Maranhão concentra 5, Alagoas conta com 3 e Piauí, com 2. Apesar de a região possuir a maior quantidade de AIPs de segunda ordem do Brasil, com 67, isso pode indicar que a produção econômica ainda é limitada em boa parte do território nordestino e que há pouco estímulo para que essas aglomerações se tornem relevantes.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento brasileiro é desigual, e o Nordeste é notadamente uma das regiões mais afetadas por essa disparidade. Apesar dos esforços ao longo dos anos para reduzir essas diferenças por meio de políticas regionais e setoriais, a região parece perpetuar suas características econômicas históricas: desenvolvimento altamente concentrado no litoral e pouca diversificação da base produtiva.

A revisão de literatura deste trabalho, ao abordar as teorias de desenvolvimento, destaca os esforços do nacional desenvolvimentismo – presente nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e durante a ditadura militar – na estratégia de desenvolvimento nordestino e seus avanços significativos. Contudo, com a crise internacional da década de 1980, as ideias neoliberais chegaram ao Brasil com o governo Collor, reduzindo o papel intervencionista do Estado. Como resultado, as políticas regionais e o processo de industrialização foram deixados em segundo plano. Esse cenário começou a mudar nos anos 2000, durante o governo Lula, pela gradativa estabilização monetária, expansão das exportações, forte ênfase em políticas sociais e maior participação do governo federal na economia. O novo desenvolvimentismo, assim como o social desenvolvimentismo, foi idealizado de forma a buscar o crescimento econômico aliado à justiça social, sem romper com os limites do modelo neoliberal ainda vigente no país. Nesse contexto, exigiu-se que as indústrias alcançassem competitividade suficiente para exportar seus produtos, o que trouxe novamente o processo de industrialização para a agenda do governo federal.

Os anos 2000 foram marcados por importantes transformações econômicas, e o Nordeste foi altamente beneficiado nesse processo. Observou-se não apenas a evolução da situação socioeconômica da região, mas também um tímido, porém significativo, impulso na indústria nordestina. Nesse sentido, entre 2000 e 2010, a taxa anual de crescimento do valor adicionado industrial do Nordeste foi de 3,7% ao ano, superando a média nacional de 2,8% ao ano. Nesse mesmo período, as aglomerações industriais relevantes também se expandiram na região.

O trabalho buscou avaliar o desenvolvimento nordestino com ênfase na industrialização, analisando as aglomerações industriais relevantes (AIRs) no período de 2010 a 2020 e, posteriormente, as aglomerações industriais potenciais (AIPs) da região Nordeste no mesmo intervalo. Concluiu-se que, em 2010, existiam 149 AIRs no Brasil, representando 84,1% dos empregos industriais. Em 2020, esse número aumentou para 158 AIRs, que corresponderam a

82,3% dos empregos no setor. No entanto, a quantidade total de empregos nessas AIRs reduziu-se de 6.810.362, em 2010, para 6.104.218, em 2020. Apesar do crescimento do número de AIRs no período analisado, houve uma perda de 706.144 postos de trabalho.

Em uma análise mais focada nas regiões do Brasil, constatou-se que, entre 2010 e 2020, o Nordeste passou de 25 para 26 AIRs, o Norte de 2 para 4, o Centro-Oeste de 10 para 13, o Sudeste de 68 para 71 e o Sul manteve 44 aglomerações. O Sudeste e o Sul continuam sendo as regiões mais industrializadas, concentrando 72,79% das aglomerações industriais relevantes no Brasil. Entretanto, ao comparar com os dados de 1991, quando essas duas regiões concentravam mais de 78% das AIRs, observa-se uma modesta desconcentração da indústria. Ainda assim, o Sudeste e o Sul permanecem como os principais territórios consolidados para atividades industriais no país.

No Nordeste, a concentração de aglomerações industriais relevantes, em grande parte no litoral, revela características cristalizadas da indústria e do desenvolvimento da região. No entanto, observa-se um modesto espraiamento da atividade industrial, embora sem um padrão definido, para o interior da região nordestina, especialmente em Pernambuco, na Bahia e no Ceará – estados que possuem as bases produtivas mais diversificadas do Nordeste. Ao considerar todas as 26 AIRs encontradas em 2020, percebe-se a concentração de empregos industriais em poucas subáreas da indústria e o lento progresso da industrialização ao longo dos anos.

Também foi considerada neste trabalho a análise das aglomerações industriais potenciais no Nordeste, que são classificadas em dois subgrupos: AIPs de primeira ordem e AIPs de segunda ordem. Isso ocorre porque existem algumas microrregiões no Nordeste que não se caracterizam como aglomerações industriais relevantes, mas que possuem potencial para, eventualmente, se tornarem relevantes. Em 2020, foram encontradas 81 AIPs no Nordeste, sendo 14 delas de primeira ordem e 67 de segunda ordem. Embora o número de aglomerações potenciais seja elevado, em muitas dessas, especialmente nas de segunda ordem, tanto seu poder de criação de empregos quanto produção econômica ainda são limitados. Além disso, essas aglomerações podem revelar a fragilidade da rede urbana e das economias de aglomeração. No entanto, são territórios que podem ser relevantes para a implementação de políticas regionais e apontam para oportunidades significativas da atuação concentrada de políticas de infraestrutura.

Nesse contexto, as políticas de fortalecimento das infraestruturas econômicas e sociais devem ser pensadas, no âmbito do desenvolvimento regional, visando melhorar as condições

de competitividade estrutural desses territórios mais vulneráveis, como é o caso do Nordeste. A industrialização, como motor fundamental de desenvolvimento de uma região, precisa, além dos esforços de políticas setorializadas, de integração com políticas de desenvolvimento regional.

Para isso, torna-se necessário implementar um conjunto de estratégias voltadas à superação das assimetrias estruturais da região. Entre elas, destaca-se a possível concessão de incentivos fiscais e crédito direcionado a setores estratégicos identificados nas AIPs, de modo a estimular o adensamento das cadeias produtivas e a geração de empregos de maior qualidade. Também se propõe a criação de polos de inovação e centros tecnológicos regionais, articulados com universidades públicas, institutos federais e demais instituições de pesquisa, com o objetivo de fomentar a diversificação produtiva. Também se faz necessário a formulação de um Plano Integrado de Desenvolvimento Industrial Regional, com foco específico no Nordeste, que promova a coordenação entre políticas industriais e regionais e estabeleça mecanismos de monitoramento e avaliação contínua das AIRs e AIPs, garantindo maior efetividade e adaptação das políticas públicas às dinâmicas territoriais e produtivas da região.

É crucial reconhecer que, embora as políticas sociais tenham papel relevante na redução das desigualdades, elas não são, por si sós, suficientes para enfrentar de maneira efetiva a complexa questão nordestina, marcada pela persistência de estruturas produtivas historicamente enraizadas e por profundas assimetrias socioeconômicas. Nesse sentido, torna-se imprescindível a articulação entre políticas sociais, setoriais e de desenvolvimento regional, aliada à ampliação dos investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação, bem como à retomada sustentada do investimento produtivo em infraestrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. Estado, Capital e Industrialização do Nordeste. São Paulo: Zahar, 1981.

ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000. 2017. Tese de Doutorado.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Estudos avançados, v. 11, p. 7-36, 1997.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Observatório CMG/UPFE-MESC/UPDAM-FASE/ME, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; GUIMARÃES NETO, Leonardo. A macrorregião Nordeste e os modelos de planejamento e desenvolvimento regional—entrevista concedida a Hermes Magalhães Tavares e Cidoval Sousa. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 199-224, 2015.

BARROS, Alexandre Rands. Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e soluções. 2011.

Rocha, A.G.T. ; AMARAL FILHO, J. ; Campelo de Melo, M. A. . As políticas de Incentivos Fiscais dos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco: algumas evidências institucionais. In: Cleide Bernal. (Org.). A Economia do Nordeste na Fase Contemporânea. Fortaleza: UFC-BNB, 2006, v. 01, p. 135-160.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. Revista Economia, v. 7, n. 4, p. 239-275, 2006.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Economia e sociedade, v. 21, p. 779-810, 2012.

BRANDÃO, Vinicius Costa; ROCHA, Carla Adriana Meneses da. O desenvolvimento industrial brasileiro no governo JK e seus impactos sociais. INFORME ECONÔMICO (UFPI), v. 36, n. 1, 2016.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 21, p. 258-279, 2019.

BRASIL, República Federativa; Governo Federal. 2011. Sobre o PAC (em linha). Brasília, Governo Federal. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>.

Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. 11º balanço completo do PAC: 4 anos: 2007 a 2010. Portal do PAC - Ministério do Planejamento, 9 dez. 2010. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/354>>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jan. 2007a. BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, dispõe sobre sua coordenação e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2007d

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos

- ProUni. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.610, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos das Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 10.880, de 9 de junho de 2004. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2007.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria-Executiva. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis. Prestação de contas ordinária anual: relatório de gestão do exercício de 2012. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010: medidas institucionais. Brasília: MP, 2007b. Disponível em:

<http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/2007/070122_pac_medidas_institucionais.pdf/view>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010. Apresentação Guido Mantega. Governo Federal, 22 jan. 2007b. Disponível em:

<efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://download.uol.com.br/fernandorodrigues/PAC/pa_c_apresentacao_guido_mantega.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Políticas e Programas de Governo: Programa Minha Casa, Minha Vida. 2018. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/relatorio-de-politicas/2018/programa-minha-casa-minha-vida.htm>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Macroeconomia da Estagnação Brasileira. Revista

Economia & Tecnologia, v. 2, n. 4, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. 2006. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O processo histórico do desenvolvimento econômico. <http://www.bresserpereira.org.br/>. Acesso em 7 de novembro de 2024, v. 25, n. 08, p. 2007, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, n. 19, p. 145-165, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. Editora FGV, 2018.

BRUTO, Marcelo. Relatório apresentado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: https://www.senado.leg.br/comissoes/cdr/cdrdn/VT20110523_Marcelo_Bruto.pdf.

Acesso em: 18 dez. 2024.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. Revista Aurora, v. 2, n. 1, p. 37-46, 2008.

CARIO, Silvio; DIAS, Taisa. A relação entre Estado e sociedade no século XXI. A perspectiva paraeconômica como estratégia neodesenvolvimentista. 2014.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). Jornal Valor Econômico, v. 18, p. 07, 2007.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. O desenvolvimento da região Nordeste nos anos pós-Sudene (2000-2016). Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, v. 39, n. 134, 2018. CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. Editora Todavia SA, 2018. DINIZ, Clélio Campolina. "Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização." Nova Economia 3.1 (1993): 35-64.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério;

SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (Org.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. P. 245-277.

DINIZ, Clélio Campolina. Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. Nova economia, v. 6, n. 1, p. 77-

103, 1996.

DO AMARAL FILHO, Jair. O Nordeste que dá certo. Cadernos do Desenvolvimento, v. 5, n. 7, p. 55-83, 2010.

FERNANDES, Jefferson Santos. Cidades médias e reestruturação urbana no Nordeste brasileiro. Terra Livre, v. 2, n. 57, p. 526-552, 2021.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. [S. l.], 2015. (Texto para discussão).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. LCTE, 2009.

FREIRE, Laura Lúcia Ramos. Pauta de exportações e importações do Nordeste: análise histórica e identificação dos principais produtos do comércio exterior da região. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023. (Informe Etene, n. 3).

FURTADO, Celso et al. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife: Sudene, 1967.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Companhia das Letras, 2003.

GALVÃO, O. J. A. Inserção comercial da economia do Nordeste no exterior e no Brasil e proposição de políticas. Análise temática dos Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste para o BNB. Fortaleza, CE: IICA/BNB, 2014.

GOMES, Gustavo Maia Rodrigues; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994. 1995.

GREMAUD, Amaury Patrick. Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no segundo Império e na Primeira República (1840-1930). 1997. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: Favareto, A. et al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Mercado de trabalho no Nordeste: 2000-2010: avanços e desafios. 2014.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Redução das desigualdades regionais. (Nota técnica). In: MELO, L. C. P. de; SANTOS, M. de M.; GALVÃO, A. C. F. (Coord.). Brasil 2003-2010:

- trajetórias e resultados. Brasília: CGEE; Recife: CEPLAN, 2010.
- IBGE. Departamento de Geografia. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990
- JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?. 2015.
- MORICOCCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 24, n. 8, p. 27-35, 1994.
- NETO, Aristides Monteiro; SILVA, Raphael de Oliveira. **Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria no Brasil: padrões e ritmos**. Texto para discussão, 2018.
- NETO, Aristides Monteiro; SILVA, Rafael Oliveira; SEVERIAN, Danilo. Aglomerações Industriais Relevantes: o que dizem sobre as desigualdades regionais no Brasil. XVIII Encontro Nacional da Anpur. Anais do XVIII ENANPUR, disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>, acessado em, v. 5, p. 03-20, 2019
- NETO, Aristides Monteiro; SILVA, Raphael de Oliveira; SEVERIAN, Danilo. A Indústria na Reconfiguração Territorial Brasileira: novas expressões dos dilemas nacionais no século XXI. Texto para Discussão, 2021.
- NETO, Aristides Monteiro; SILVA, Raphael de Oliveira; SEVERIAN, Danilo. Aglomerações industriais relevantes e potenciais: novas dinâmicas territoriais brasileiras. 2021.
- OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, p. 219-232, 2010.
- PÊGO FILHO, B.; MOURA, R. (Org.). *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública (volume 1)*. 1. ed. Brasília: Ipea, 2018.
- Polanyi, K., *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. *História das políticas regionais no Brasil*. 2020.
- SABOIA, João Luiz Maurity. *Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional*. Texto para discussão, 2000.
- SABOIA, João Luiz Maurity; KUBRUSLY, Lucia Silva; BARROS, Amir Coelho. *Caracterização e modificações no padrão regional de aglomeração industrial no Brasil*

no período 2003-2011. 2014.

SALLUM JR, Brasílio; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *Estudos Avançados*, v. 5, p. 145-159, 1991.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Editora Companhia das letras, 2000.

SANTOS, Leonardo Alves Leite dos; SANTOS, Lucas André Penha dos. Polarização e cidades médias: reflexões sobre o desenvolvimento industrial no Nordeste brasileiro. *Revista Rural & Urbano*, v. 7, n. 2, p. 125-142, 2022.

SANTOS, Camila Ribeiro Cardoso dos. Concentração e diversificação industrial no Nordeste pós abertura econômica brasileira. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas. 2012.

SILVA, Danielly Caroliny de Andrade. Desenvolvimento do Nordeste: uma análise do desenvolvimento e os efeitos econômicos e sociais na região nos governos do PT (2003–2016), a partir do Programa Bolsa Família e do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Leandro Ribeiro. Os ciclos desenvolvimentistas brasileiros (1930-2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo. 2013. Tese de Doutorado. [sn].

SILVA, Simone Affonso da. A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do século XXI. 2015.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas*. Editora Nova Cultural, 1996.

SOBRINHO, Ednaldo Moreno Góis; AZZONI, Carlos Roberto. Aglomerações industriais relevantes do Brasil em 2010. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2015

SUZIGAN, Wilson. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. *História Econômica & História de Empresas*, v. 3, n. 2, 2000.

TRECE, Juliana; CONSIDERA, Claudio. Breve Retrato Econômico da Região Nordeste. 2023. WESTERMANN, Carlos Henrique. O desenvolvimentismo no período militar brasileiro: uma análise das políticas econômicas entre 1964 e 1985. 2022.

YANO, Nina Machado; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. Mudanças institucionais na década de 1990 e seus efeitos sobre a produtividade total dos fatores. Encontro Nacional de Economia (36.: 2008 dez.: Salvador, BA). Anais.. Salvador: ANPEC, 2008. 1 CD-ROM., 2008.

ANEXO METODOLÓGICO

Anexo 1.1 – VARIÁVEIS ENCONTRADAS EM ESTABELECIMENTOS (RAIS) - ATIVIDADE ECONÔMICA (SUBSETORES DO IBGE):

1. Indústria:
 - 1.1 Extração de Minerais
 - 1.2 Indústria de Transformação:
 - 1.2.1 Indústria de Produtos Minerais não Metálicos
 - 1.2.2 Indústria Metalúrgica
 - 1.2.3 Indústria Mecânica
 - 1.2.4 Indústria do Material Elétrico e de Comunicações
 - 1.2.5 Indústria do Material de Transporte
 - 1.2.6 Indústria da Madeira e do Mobiliário
 - 1.2.7 Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica
 - 1.2.8 Indústria da Borracha, do Fumo, de Couros, Peles e Produtos Similares e Indústria Diversa
 - 1.2.9 Indústria Química, de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, de Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas
 - 1.2.10 Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos
 - 1.2.11 Indústria de Calçado
 - 1.2.12 Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etflico
2. Serviços Industriais de Utilidade Pública
3. Construção Civil
4. Comércio
 - 4.1 Comércio Varejista
 - 4.2 Comércio Atacadista

- 5. Serviços
 - 5.1 Instituições de Crédito, Seguros e de Capitalização
 - 5.2 Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar de Atividade Econômica
 - 5.3 Transporte e Comunicações
 - 5.4 Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão
 - 5.5 Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários
 - 5.6 Ensino
- 7. Administração Pública Direta e Indireta
- 8. Agropecuária - Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca
- 9. Atividade não Especificada ou Classificada

Anexo 1.2 – MICRORREGIÕES NORDESTINAS

Região	Estado	Microrregião	Município
Nordeste	Alagoas	Serrana do Sertão Alagoano	Água Branca
Nordeste	Alagoas		Canapi
Nordeste	Alagoas		Inhapi
Nordeste	Alagoas		Mata Grande
Nordeste	Alagoas		Pariconha
Nordeste	Alagoas	Alagoana do Sertão do São Francisco	Delmiro Gouveia
Nordeste	Alagoas		Olho d'Água do Casado
Nordeste	Alagoas		Piranhas
Nordeste	Alagoas	Santana do Ipanema	Carneiros
Nordeste	Alagoas		Dois Riachos
Nordeste	Alagoas		Maravilha
Nordeste	Alagoas		Ouro Branco
Nordeste	Alagoas		Palestina
Nordeste	Alagoas		Pão de Açúcar
Nordeste	Alagoas		Poço das Trincheiras
Nordeste	Alagoas		Santana do Ipanema
Nordeste	Alagoas		São José da Tapera
Nordeste	Alagoas		Senador Rui Palmeira
Nordeste	Alagoas		Batalha
Nordeste	Alagoas	Batalha	Belo Monte
Nordeste	Alagoas		Jacaré dos Homens
Nordeste	Alagoas		Jaramataia
Nordeste	Alagoas		Major Izidoro
Nordeste	Alagoas		Monteirópolis

Nordeste	Alagoas		Olho d'Água das Flores	
Nordeste	Alagoas		Olivença	
Nordeste	Alagoas	Palmeira dos Índios	Belém	
Nordeste	Alagoas		Cacimbinhas	
Nordeste	Alagoas		Estrela de Alagoas	
Nordeste	Alagoas		Igaci	
Nordeste	Alagoas		Maribondo	
Nordeste	Alagoas		Mar Vermelho	
Nordeste	Alagoas		Minador do Negrão	
Nordeste	Alagoas		Palmeira dos Índios	
Nordeste	Alagoas		Paulo Jacinto	
Nordeste	Alagoas		Quebrangulo	
Nordeste	Alagoas		Tanque d'Arca	
Nordeste	Alagoas		Arapiraca	Arapiraca
Nordeste	Alagoas			Campo Grande
Nordeste	Alagoas	Coité do Noia		
Nordeste	Alagoas	Craíbas		
Nordeste	Alagoas	Feira Grande		
Nordeste	Alagoas	Girau do Ponciano		
Nordeste	Alagoas	Lagoa da Canoa		
Nordeste	Alagoas	Limoeiro de Anadia		
Nordeste	Alagoas	São Sebastião		
Nordeste	Alagoas	Taquarana		
Nordeste	Alagoas	Traipu	Olho d'Água Grande	
Nordeste	Alagoas		São Brás	
Nordeste	Alagoas		Traipu	
Nordeste	Alagoas	Serrana dos Quilombos	Chã Preta	
Nordeste	Alagoas		Ibateguara	
Nordeste	Alagoas		Pindoba	

Nordeste	Alagoas		Santana do Mundaú
Nordeste	Alagoas		São José da Laje
Nordeste	Alagoas		União dos Palmares
Nordeste	Alagoas		Viçosa
Nordeste	Alagoas	Mata Alagoana	Atalaia
Nordeste	Alagoas		Branquinha
Nordeste	Alagoas		Cajueiro
Nordeste	Alagoas		Campestre
Nordeste	Alagoas		Capela
Nordeste	Alagoas		Colônia Leopoldina
Nordeste	Alagoas		Flexeiras
Nordeste	Alagoas		Jacuípe
Nordeste	Alagoas		Joaquim Gomes
Nordeste	Alagoas		Jundiá
Nordeste	Alagoas		Matriz de Camaragibe
Nordeste	Alagoas		Messias
Nordeste	Alagoas		Murici
Nordeste	Alagoas		Novo Lino
Nordeste	Alagoas		Porto Calvo
Nordeste	Alagoas		São Luís do Quitunde
Nordeste	Alagoas	Litoral Norte Alagoano	Japaratinga
Nordeste	Alagoas		Maragogi
Nordeste	Alagoas		Passo de Camaragibe
Nordeste	Alagoas		Porto de Pedras
Nordeste	Alagoas		São Miguel dos Milagres

Nordeste	Alagoas	Maceió	Barra de Santo Antônio
Nordeste	Alagoas		Barra de São Miguel
Nordeste	Alagoas		Coqueiro Seco
Nordeste	Alagoas		Maceió
Nordeste	Alagoas		Marechal Deodoro
Nordeste	Alagoas		Paripueira
Nordeste	Alagoas		Pilar
Nordeste	Alagoas		Rio Largo
Nordeste	Alagoas		Santa Luzia do Norte
Nordeste	Alagoas		Satuba
Nordeste	Alagoas	São Miguel dos Campos	Anadia
Nordeste	Alagoas		Boca da Mata
Nordeste	Alagoas		Campo Alegre
Nordeste	Alagoas		Coruripe
Nordeste	Alagoas		Jequiá da Praia
Nordeste	Alagoas		Junqueiro
Nordeste	Alagoas		Roteiro
Nordeste	Alagoas		São Miguel dos Campos
Nordeste	Alagoas		Teotônio Vilela
Nordeste	Alagoas	Penedo	Feliz Deserto
Nordeste	Alagoas		Igreja Nova
Nordeste	Alagoas		Penedo
Nordeste	Alagoas		Piaçabuçu
Nordeste	Alagoas		Porto Real do Colégio
Nordeste	Bahia		Baianópolis
Nordeste	Bahia		Barreiras
Nordeste	Bahia		Catolândia

Nordeste	Bahia	Barreiras	Formosa do Rio Preto
Nordeste	Bahia		Luís Eduardo Magalhães
Nordeste	Bahia	Cotegipe	Riachão das Neves
Nordeste	Bahia		São Desidério
Nordeste	Bahia		Angical
Nordeste	Bahia		Brejolândia
Nordeste	Bahia		Cotegipe
Nordeste	Bahia		Cristópolis
Nordeste	Bahia		Mansidão
Nordeste	Bahia		Santa Rita de Cássia
Nordeste	Bahia		Tabocas do Brejo Velho
Nordeste	Bahia		Wanderley
Nordeste	Bahia		Santa Maria da Vitória
Nordeste	Bahia	Cocos	
Nordeste	Bahia	Coribe	
Nordeste	Bahia	Correntina	
Nordeste	Bahia	Jaborandi	
Nordeste	Bahia	Santa Maria da Vitória	
Nordeste	Bahia	Santana	
Nordeste	Bahia	São Félix do Coribe	
Nordeste	Bahia	Serra Dourada	
Nordeste	Bahia	Juazeiro	
Nordeste	Bahia		Casa Nova
Nordeste	Bahia		Curaçá
Nordeste	Bahia		Juazeiro
Nordeste	Bahia		Pilão Arcado

Nordeste	Bahia	Paulo Afonso	Remanso
Nordeste	Bahia		Sento Sé
Nordeste	Bahia		Sobradinho
Nordeste	Bahia		Abaré
Nordeste	Bahia		Chorrochó
Nordeste	Bahia		Glória
Nordeste	Bahia		Macururé
Nordeste	Bahia		Paulo Afonso
Nordeste	Bahia		Rodelas
Nordeste	Bahia		Barra
Nordeste	Bahia	Buritirama	
Nordeste	Bahia	Ibotirama	
Nordeste	Bahia	Itaguaçu da Bahia	
Nordeste	Bahia	Morpará	
Nordeste	Bahia	Muquém do São Francisco	
Nordeste	Bahia	Xique-Xique	
Nordeste	Bahia	Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus da Lapa
Nordeste	Bahia		Carinhanha
Nordeste	Bahia		Feira da Mata
Nordeste	Bahia		Paratinga
Nordeste	Bahia		Serra do Ramalho
Nordeste	Bahia		Sítio do Mato
Nordeste	Bahia	Senhor do Bonfim	Andorinha
Nordeste	Bahia		Antônio Gonçalves
Nordeste	Bahia		Campo Formoso
Nordeste	Bahia		Filadélfia
Nordeste	Bahia		Itiúba
Nordeste	Bahia		Jaguarari
Nordeste	Bahia		Pindobaçu
Nordeste	Bahia		Senhor do Bonfim
Nordeste	Bahia		Umburanas
Nordeste	Bahia		

Nordeste	Bahia	Irecê	Barra do Mendes
Nordeste	Bahia		Barro Alto
Nordeste	Bahia		Cafarnaum
Nordeste	Bahia		Canarana
Nordeste	Bahia		Central
Nordeste	Bahia		Gentio do Ouro
Nordeste	Bahia		Ibipeba
Nordeste	Bahia		Ibititá
Nordeste	Bahia		Iraquara
Nordeste	Bahia		Irecê
Nordeste	Bahia		João Dourado
Nordeste	Bahia		Jussara
Nordeste	Bahia		Lapão
Nordeste	Bahia		Mulungu do Morro
Nordeste	Bahia		Presidente Dutra
Nordeste	Bahia		São Gabriel
Nordeste	Bahia		Souto Soares
Nordeste	Bahia		Uibaí
Nordeste	Bahia		Caém
Nordeste	Bahia		Jacobina
Nordeste	Bahia	Capim Grosso	
Nordeste	Bahia	Jacobina	
Nordeste	Bahia	Miguel Calmon	
Nordeste	Bahia	Mirangaba	
Nordeste	Bahia	Morro do Chapéu	
Nordeste	Bahia	Ourolândia	
Nordeste	Bahia	Piritiba	
Nordeste	Bahia	Ponto Novo	
Nordeste	Bahia	Quixabeira	
Nordeste	Bahia	São José do Jacuípe	
Nordeste	Bahia	Saúde	
Nordeste	Bahia	Serrolândia	

Nordeste	Bahia		Várzea do Poço	
Nordeste	Bahia		Várzea Nova	
Nordeste	Bahia	Itaberaba	Baixa Grande	
Nordeste	Bahia		Boa Vista do Tupim	
Nordeste	Bahia		Iaçu	
Nordeste	Bahia		Ibiquera	
Nordeste	Bahia		Itaberaba	
Nordeste	Bahia		Lajedinho	
Nordeste	Bahia		Macajuba	
Nordeste	Bahia		Mairi	
Nordeste	Bahia		Mundo Novo	
Nordeste	Bahia		Ruy Barbosa	
Nordeste	Bahia		Tapiramutá	
Nordeste	Bahia		Várzea da Roça	
Nordeste	Bahia		Feira de Santana	Água Fria
Nordeste	Bahia			Anguera
Nordeste	Bahia	Antônio Cardoso		
Nordeste	Bahia	Conceição da Feira		
Nordeste	Bahia	Conceição do Jacuípe		
Nordeste	Bahia	Coração de Maria		
Nordeste	Bahia	Elísio Medrado		
Nordeste	Bahia	Feira de Santana		
Nordeste	Bahia	Ipecaetá		
Nordeste	Bahia	Ipirá		
Nordeste	Bahia	Irá		
Nordeste	Bahia	Itatim		
Nordeste	Bahia	Ouriçangas		
Nordeste	Bahia	Pedrão		
Nordeste	Bahia	Pintadas		
Nordeste	Bahia	Rafael Jambeiro		
Nordeste	Bahia	Santa Bárbara		

Nordeste	Bahia		Santa Teresinha
Nordeste	Bahia		Santanópolis
Nordeste	Bahia		Santo Estêvão
Nordeste	Bahia		São Gonçalo dos Campos
Nordeste	Bahia		Serra Preta
Nordeste	Bahia		Tanquinho
Nordeste	Bahia		Teodoro Sampaio
Nordeste	Bahia		Jeremoabo
Nordeste	Bahia	Jeremoabo	
Nordeste	Bahia	Pedro Alexandre	
Nordeste	Bahia	Santa Brígida	
Nordeste	Bahia	Sítio do Quinto	
Nordeste	Bahia	Euclides da Cunha	Cansanção
Nordeste	Bahia		Canudos
Nordeste	Bahia		Euclides da Cunha
Nordeste	Bahia		Monte Santo
Nordeste	Bahia		Nordestina
Nordeste	Bahia		Queimadas
Nordeste	Bahia		Quijingue
Nordeste	Bahia		Tucano
Nordeste	Bahia		Uauá
Nordeste	Bahia		Ribeira do Pombal
Nordeste	Bahia	Antas	
Nordeste	Bahia	Banzaê	
Nordeste	Bahia	Cícero Dantas	
Nordeste	Bahia	Cipó	
Nordeste	Bahia	Fátima	
Nordeste	Bahia	Heliópolis	
Nordeste	Bahia	Itapicuru	
Nordeste	Bahia	Nova Soure	
Nordeste	Bahia	Novo Triunfo	
Nordeste	Bahia	Olindina	

Nordeste	Bahia		Paripiranga	
Nordeste	Bahia		Ribeira do Amparo	
Nordeste	Bahia		Ribeira do Pombal	
Nordeste	Bahia	Serrinha	Araci	
Nordeste	Bahia		Barrocas	
Nordeste	Bahia		Biringinga	
Nordeste	Bahia		Candeal	
Nordeste	Bahia		Capela do Alto Alegre	
Nordeste	Bahia		Conceição do Coité	
Nordeste	Bahia		Gavião	
Nordeste	Bahia		Ichu	
Nordeste	Bahia		Lamarão	
Nordeste	Bahia		Nova Fátima	
Nordeste	Bahia		Pé de Serra	
Nordeste	Bahia		Retirolândia	
Nordeste	Bahia		Riachão do Jacuípe	
Nordeste	Bahia		Santaluz	
Nordeste	Bahia		São Domingos	
Nordeste	Bahia		Serrinha	
Nordeste	Bahia		Teofilândia	
Nordeste	Bahia		Valente	
Nordeste	Bahia		Alagoinhas	Acajutiba
Nordeste	Bahia			Alagoinhas
Nordeste	Bahia	Aporá		
Nordeste	Bahia	Araçás		
Nordeste	Bahia	Aramari		
Nordeste	Bahia	Crisópolis		
Nordeste	Bahia	Inhambupe		
Nordeste	Bahia	Rio Real		
Nordeste	Bahia	Sátiro Dias		
Nordeste	Bahia			Cardeal da Silva
Nordeste	Bahia		Conde	

Nordeste	Bahia	Entre Rios	Entre Rios
Nordeste	Bahia		Esplanada
Nordeste	Bahia		Jandaíra
Nordeste	Bahia	Catu	Amélia Rodrigues
Nordeste	Bahia		Catu
Nordeste	Bahia		Itanagra
Nordeste	Bahia		Mata de São João
Nordeste	Bahia		Pojuca
Nordeste	Bahia		São Sebastião do Passé
Nordeste	Bahia		Terra Nova
Nordeste	Bahia		Aratuípe
Nordeste	Bahia		Cabaceiras do Paraguaçu
Nordeste	Bahia	Cachoeira	
Nordeste	Bahia	Castro Alves	
Nordeste	Bahia	Conceição do Almeida	
Nordeste	Bahia	Cruz das Almas	
Nordeste	Bahia	Dom Macedo Costa	
Nordeste	Bahia	Governador Mangabeira	
Nordeste	Bahia	Jaguaripe	
Nordeste	Bahia	Maragogipe	
Nordeste	Bahia	Muniz Ferreira	
Nordeste	Bahia	Muritiba	
Nordeste	Bahia	Nazaré	
Nordeste	Bahia	Salinas da Margarida	
Nordeste	Bahia	Santo Amaro	
Nordeste	Bahia	Santo Antônio de Jesus	

Nordeste	Bahia		São Felipe	
Nordeste	Bahia		São Félix	
Nordeste	Bahia		Sapeaçu	
Nordeste	Bahia		Saubara	
Nordeste	Bahia		Varzedo	
Nordeste	Bahia	Salvador	Camaçari	
Nordeste	Bahia		Candeias	
Nordeste	Bahia		Dias d'Ávila	
Nordeste	Bahia		Itaparica	
Nordeste	Bahia		Lauro de Freitas	
Nordeste	Bahia		Madre de Deus	
Nordeste	Bahia		Salvador	
Nordeste	Bahia		São Francisco do Conde	
Nordeste	Bahia		Simões Filho	
Nordeste	Bahia		Vera Cruz	
Nordeste	Bahia		Boquira	Boquira
Nordeste	Bahia			Botuporã
Nordeste	Bahia			Brotas de Macaúbas
Nordeste	Bahia			Caturama
Nordeste	Bahia	Ibipitanga		
Nordeste	Bahia	Ibitiara		
Nordeste	Bahia	Ipupiara		
Nordeste	Bahia	Macaúbas		
Nordeste	Bahia	Novo Horizonte		
Nordeste	Bahia	Oliveira dos Brejinhos		
Nordeste	Bahia	Tanque Novo		
Nordeste	Bahia	Seabra	Abaíra	
Nordeste	Bahia		Andaraí	
Nordeste	Bahia		Barra da Estiva	
Nordeste	Bahia		Boninal	

Nordeste	Bahia		Bonito	
Nordeste	Bahia		Contendas do Sincorá	
Nordeste	Bahia		Ibicoara	
Nordeste	Bahia		Itaetê	
Nordeste	Bahia		Jussiape	
Nordeste	Bahia		Lençóis	
Nordeste	Bahia		Mucugê	
Nordeste	Bahia		Nova Redenção	
Nordeste	Bahia		Palmeiras	
Nordeste	Bahia		Piatã	
Nordeste	Bahia		Rio de Contas	
Nordeste	Bahia		Seabra	
Nordeste	Bahia		Utinga	
Nordeste	Bahia		Wagner	
Nordeste	Bahia		Jequié	Aiquara
Nordeste	Bahia			Amargosa
Nordeste	Bahia	Apuarema		
Nordeste	Bahia	Brejões		
Nordeste	Bahia	Cravolândia		
Nordeste	Bahia	Irajuba		
Nordeste	Bahia	Iramaia		
Nordeste	Bahia	Itagi		
Nordeste	Bahia	Itaquara		
Nordeste	Bahia	Itiruçu		
Nordeste	Bahia	Jaguaquara		
Nordeste	Bahia	Jequié		
Nordeste	Bahia	Jiquiriçá		
Nordeste	Bahia	Jitaúna		
Nordeste	Bahia	Lafaiete Coutinho		
Nordeste	Bahia	Laje		
Nordeste	Bahia	Lagedo do Tabocal		
Nordeste	Bahia	Maracás		

Nordeste	Bahia		Marcionílio Souza
Nordeste	Bahia		Milagres
Nordeste	Bahia		Mutuípe
Nordeste	Bahia		Nova Itarana
Nordeste	Bahia		Planaltino
Nordeste	Bahia		Santa Inês
Nordeste	Bahia		São Miguel das Matas
Nordeste	Bahia		Ubaíra
Nordeste	Bahia	Livramento do Brumado	Dom Basílio
Nordeste	Bahia		Érico Cardoso
Nordeste	Bahia		Livramento de Nossa Senhora
Nordeste	Bahia		Paramirim
Nordeste	Bahia		Rio do Pires
Nordeste	Bahia	Guanambi	Caculé
Nordeste	Bahia		Caetité
Nordeste	Bahia		Candiba
Nordeste	Bahia		Guanambi
Nordeste	Bahia		Ibiassucê
Nordeste	Bahia		Igaporã
Nordeste	Bahia		Iuiú
Nordeste	Bahia		Jacaraci
Nordeste	Bahia		Lagoa Real
Nordeste	Bahia		Licínio de Almeida
Nordeste	Bahia		Malhada
Nordeste	Bahia		Matina
Nordeste	Bahia		Mortugaba
Nordeste	Bahia		Palmas de Monte Alto
Nordeste	Bahia		Pindaí
Nordeste	Bahia	Riacho de Santana	

Nordeste	Bahia		Sebastião Laranjeiras
Nordeste	Bahia		Urandi
Nordeste	Bahia	Brumado	Aracatu
Nordeste	Bahia		Brumado
Nordeste	Bahia		Caraíbas
Nordeste	Bahia		Condeúba
Nordeste	Bahia		Cordeiros
Nordeste	Bahia		Guajeru
Nordeste	Bahia		Ituaçu
Nordeste	Bahia		Maetinga
Nordeste	Bahia		Malhada de Pedras
Nordeste	Bahia		Piripá
Nordeste	Bahia		Presidente Jânio Quadros
Nordeste	Bahia		Rio do Antônio
Nordeste	Bahia		Tanhaçu
Nordeste	Bahia		Tremedal
Nordeste	Bahia		Vitória da Conquista
Nordeste	Bahia	Barra do Choça	
Nordeste	Bahia	Belo Campo	
Nordeste	Bahia	Boa Nova	
Nordeste	Bahia	Bom Jesus da Serra	
Nordeste	Bahia	Caatiba	
Nordeste	Bahia	Caetanos	
Nordeste	Bahia	Cândido Sales	
Nordeste	Bahia	Dário Meira	
Nordeste	Bahia	Ibicuí	
Nordeste	Bahia	Iguaí	
Nordeste	Bahia	Manoel Vitorino	
Nordeste	Bahia	Mirante	
Nordeste	Bahia	Nova Canaã	

Nordeste	Bahia		Planalto	
Nordeste	Bahia		Poções	
Nordeste	Bahia		Vitória da Conquista	
Nordeste	Bahia	Itapetinga	Encruzilhada	
Nordeste	Bahia		Itambé	
Nordeste	Bahia		Itapetinga	
Nordeste	Bahia		Itarantim	
Nordeste	Bahia		Itororó	
Nordeste	Bahia		Macarani	
Nordeste	Bahia		Maiquinique	
Nordeste	Bahia		Potiraguá	
Nordeste	Bahia		Ribeirão do Largo	
Nordeste	Bahia			Cairu
Nordeste	Bahia		Valença	Camamu
Nordeste	Bahia	Igrapiúna		
Nordeste	Bahia	Ituberá		
Nordeste	Bahia	Maraú		
Nordeste	Bahia	Nilo Peçanha		
Nordeste	Bahia	Piraí do Norte		
Nordeste	Bahia	Presidente Tancredo Neves		
Nordeste	Bahia	Taperoá		
Nordeste	Bahia	Valença		
Nordeste	Bahia			Almadina
Nordeste	Bahia	Ilhéus-Itabuna	Arataca	
Nordeste	Bahia		Aurelino Leal	
Nordeste	Bahia		Barra do Rocha	
Nordeste	Bahia		Barro Preto	
Nordeste	Bahia		Belmonte	
Nordeste	Bahia		Buerarema	
Nordeste	Bahia		Camacan	

Nordeste	Bahia		Canavieiras
Nordeste	Bahia		Coaraci
Nordeste	Bahia		Firmino Alves
Nordeste	Bahia		Floresta Azul
Nordeste	Bahia		Gandu
Nordeste	Bahia		Gongogi
Nordeste	Bahia		Ibicaraí
Nordeste	Bahia		Ibirapitanga
Nordeste	Bahia		Ibirataia
Nordeste	Bahia		Ilhéus
Nordeste	Bahia		Ipiaú
Nordeste	Bahia		Itabuna
Nordeste	Bahia		Itacaré
Nordeste	Bahia		Itagibá
Nordeste	Bahia		Itaju do Colônia
Nordeste	Bahia		Itajuípe
Nordeste	Bahia		Itamari
Nordeste	Bahia		Itapé
Nordeste	Bahia		Itapebi
Nordeste	Bahia		Itapitanga
Nordeste	Bahia		Jussari
Nordeste	Bahia		Mascote
Nordeste	Bahia		Nova Ibiá
Nordeste	Bahia		Pau Brasil
Nordeste	Bahia		Santa Cruz da Vitória
Nordeste	Bahia		Santa Luzia
Nordeste	Bahia		São José da Vitória
Nordeste	Bahia		Teolândia
Nordeste	Bahia		Ubaitaba
Nordeste	Bahia		Ubatã
Nordeste	Bahia		Una
Nordeste	Bahia		Uruçuca

Nordeste	Bahia		Wenceslau Guimarães
Nordeste	Bahia	Porto Seguro	Alcobaça
Nordeste	Bahia		Caravelas
Nordeste	Bahia		Eunápolis
Nordeste	Bahia		Guaratinga
Nordeste	Bahia		Ibirapuã
Nordeste	Bahia		Itabela
Nordeste	Bahia		Itagimirim
Nordeste	Bahia		Itamaraju
Nordeste	Bahia		Itanhém
Nordeste	Bahia		Jucuruçu
Nordeste	Bahia		Lajedão
Nordeste	Bahia		Medeiros Neto
Nordeste	Bahia		Mucuri
Nordeste	Bahia		Nova Viçosa
Nordeste	Bahia		Porto Seguro
Nordeste	Bahia		Prado
Nordeste	Bahia		Santa Cruz Cabrália
Nordeste	Bahia		Teixeira de Freitas
Nordeste	Bahia		Vereda
Nordeste	Ceará		Litoral de Camocim e Aracaú
Nordeste	Ceará	Barroquinha	
Nordeste	Ceará	Bela Cruz	
Nordeste	Ceará	Camocim	
Nordeste	Ceará	Chaval	
Nordeste	Ceará	Cruz	
Nordeste	Ceará	Granja	
Nordeste	Ceará	Itarema	
Nordeste	Ceará	Jijoca de Jericoacoara	

Nordeste	Ceará		Marco	
Nordeste	Ceará		Martinópolis	
Nordeste	Ceará		Morrinhos	
Nordeste	Ceará	Ibiapaba	Carnaubal	
Nordeste	Ceará		Croatá	
Nordeste	Ceará		Guaraciaba do Norte	
Nordeste	Ceará		Ibiapina	
Nordeste	Ceará		São Benedito	
Nordeste	Ceará		Tianguá	
Nordeste	Ceará		Ubajara	
Nordeste	Ceará		Viçosa do Ceará	
Nordeste	Ceará		Coreaú	Coreaú
Nordeste	Ceará			Frecheirinha
Nordeste	Ceará			Moraújo
Nordeste	Ceará	Uruoca		
Nordeste	Ceará	Meruoca	Alcântaras	
Nordeste	Ceará		Meruoca	
Nordeste	Ceará	Sobral	Cariré	
Nordeste	Ceará		Forquilha	
Nordeste	Ceará		Graça	
Nordeste	Ceará		Groaíras	
Nordeste	Ceará		Irauçuba	
Nordeste	Ceará		Massapê	
Nordeste	Ceará		Miraíma	
Nordeste	Ceará		Mucambo	
Nordeste	Ceará		Pacujá	
Nordeste	Ceará		Santana do Acaraú	
Nordeste	Ceará		Senador Sá	
Nordeste	Ceará		Sobral	
Nordeste	Ceará			Ipu
Nordeste	Ceará			Ipueiras

Nordeste	Ceará	Ipu	Pires Ferreira
Nordeste	Ceará		Poranga
Nordeste	Ceará		Reriutaba
Nordeste	Ceará		Varjota
Nordeste	Ceará	Santa Quitéria	Catunda
Nordeste	Ceará		Hidrolândia
Nordeste	Ceará		Santa Quitéria
Nordeste	Ceará	Itapipoca	Amontada
Nordeste	Ceará		Itapipoca
Nordeste	Ceará		Trairi
Nordeste	Ceará	Baixo Curu	Paracuru
Nordeste	Ceará		Paraipaba
Nordeste	Ceará		São Gonçalo do Amarante
Nordeste	Ceará	Uruburetama	Itapajé
Nordeste	Ceará		Tururu
Nordeste	Ceará		Umirim
Nordeste	Ceará		Uruburetama
Nordeste	Ceará	Médio Curu	Apuiarés
Nordeste	Ceará		General Sampaio
Nordeste	Ceará		Pentecoste
Nordeste	Ceará		São Luís do Curu
Nordeste	Ceará		Tejuçuoca
Nordeste	Ceará	Canindé	Canindé
Nordeste	Ceará		Caridade
Nordeste	Ceará		Itatira
Nordeste	Ceará		Paramoti
Nordeste	Ceará	Baturité	Acarape
Nordeste	Ceará		Aracoiaba
Nordeste	Ceará		Aratuba
Nordeste	Ceará		Baturité
Nordeste	Ceará		Capistrano
Nordeste	Ceará		Guaramiranga

Nordeste	Ceará		Itapiúna	
Nordeste	Ceará		Mulungu	
Nordeste	Ceará		Pacoti	
Nordeste	Ceará		Palmácia	
Nordeste	Ceará		Redenção	
Nordeste	Ceará	Chorozinho	Barreira	
Nordeste	Ceará		Chorozinho	
Nordeste	Ceará		Ocara	
Nordeste	Ceará	Cascavel	Beberibe	
Nordeste	Ceará		Cascavel	
Nordeste	Ceará		Pindoretama	
Nordeste	Ceará	Fortaleza	Aquiraz	
Nordeste	Ceará		Caucaia	
Nordeste	Ceará		Eusébio	
Nordeste	Ceará		Fortaleza	
Nordeste	Ceará		Guaiúba	
Nordeste	Ceará		Itaitinga	
Nordeste	Ceará		Maracanaú	
Nordeste	Ceará		Maranguape	
Nordeste	Ceará		Pacatuba	
Nordeste	Ceará			Horizonte
Nordeste	Ceará	Pacajus	Pacajus	
Nordeste	Ceará			Ararendá
Nordeste	Ceará	Sertão de Crateús	Crateús	
Nordeste	Ceará		Independência	
Nordeste	Ceará		Ipaporanga	
Nordeste	Ceará		Monsenhor Tabosa	
Nordeste	Ceará		Nova Russas	
Nordeste	Ceará		Novo Oriente	
Nordeste	Ceará		Quiterianópolis	
Nordeste	Ceará		Tamboril	
Nordeste	Ceará			Banabuiú
Nordeste	Ceará			Boa Viagem

Nordeste	Ceará	Sertão de Quixeramobim	Choró
Nordeste	Ceará		Ibaretama
Nordeste	Ceará		Madalena
Nordeste	Ceará		Quixadá
Nordeste	Ceará		Quixeramobim
Nordeste	Ceará	Sertão de Inhamuns	Aiuaba
Nordeste	Ceará		Arneiroz
Nordeste	Ceará		Catarina
Nordeste	Ceará		Parambu
Nordeste	Ceará		Saboeiro
Nordeste	Ceará		Tauá
Nordeste	Ceará		Acopiara
Nordeste	Ceará	Sertão de Senador Pompeu	Deputado Irapuan Pinheiro
Nordeste	Ceará		Milhã
Nordeste	Ceará		Mombaça
Nordeste	Ceará		Pedra Branca
Nordeste	Ceará		Piquet Carneiro
Nordeste	Ceará		Senador Pompeu
Nordeste	Ceará		Solonópole
Nordeste	Ceará		Aracati
Nordeste	Ceará	Litoral de Aracati	Fortim
Nordeste	Ceará		Icapuí
Nordeste	Ceará		Itaiçaba
Nordeste	Ceará		Alto Santo
Nordeste	Ceará	Baixo Jaguaribe	Ibicuitinga
Nordeste	Ceará		Jaguaruana
Nordeste	Ceará		Limoeiro do Norte
Nordeste	Ceará		Morada Nova
Nordeste	Ceará		Palhano
Nordeste	Ceará		Quixeré
Nordeste	Ceará		Russas

Nordeste	Ceará		São João do Jaguaribe
Nordeste	Ceará		Tabuleiro do Norte
Nordeste	Ceará	Médio Jaguaribe	Jaguaretama
Nordeste	Ceará		Jaguaribara
Nordeste	Ceará		Jaguaribe
Nordeste	Ceará	Serra do Pereiro	Ereré
Nordeste	Ceará		Iracema
Nordeste	Ceará		Pereiro
Nordeste	Ceará		Potiretama
Nordeste	Ceará	Iguatu	Cedro
Nordeste	Ceará		Icó
Nordeste	Ceará		Iguatu
Nordeste	Ceará		Orós
Nordeste	Ceará		Quixelô
Nordeste	Ceará	Várzea Alegre	Antonina do Norte
Nordeste	Ceará		Cariús
Nordeste	Ceará		Jucás
Nordeste	Ceará		Tarrafas
Nordeste	Ceará		Várzea Alegre
Nordeste	Ceará	Lavras de Mangabeira	Baixio
Nordeste	Ceará		Ipaumirim
Nordeste	Ceará		Lavras da Mangabeira
Nordeste	Ceará		Umari
Nordeste	Ceará	Chapada do Araripe	Araripe
Nordeste	Ceará		Assaré
Nordeste	Ceará		Campos Sales
Nordeste	Ceará		Potengi
Nordeste	Ceará		Salitre
Nordeste	Ceará		Altaneira

Nordeste	Ceará	Caririaçu	Caririaçu
Nordeste	Ceará		Farias Brito
Nordeste	Ceará		Granjeiro
Nordeste	Ceará	Médio Jaguaribe	Jaguaretama
Nordeste	Ceará		Jaguaribara
Nordeste	Ceará		Jaguaribe
Nordeste	Ceará	Serra do Pereiro	Ereré
Nordeste	Ceará		Iracema
Nordeste	Ceará		Pereiro
Nordeste	Ceará		Potiretama
Nordeste	Ceará	Iguatu	Cedro
Nordeste	Ceará		Icó
Nordeste	Ceará		Iguatu
Nordeste	Ceará		Orós
Nordeste	Ceará		Quixelô
Nordeste	Ceará	Várzea Alegre	Antonina do Norte
Nordeste	Ceará		Cariús
Nordeste	Ceará		Jucás
Nordeste	Ceará		Tarrafas
Nordeste	Ceará		Várzea Alegre
Nordeste	Ceará	Lavras de Mangabeira	Baixio
Nordeste	Ceará		Ipaumirim
Nordeste	Ceará		Lavras da Mangabeira
Nordeste	Ceará		Umari
Nordeste	Ceará	Chapada do Araripe	Araripe
Nordeste	Ceará		Assaré
Nordeste	Ceará		Campos Sales
Nordeste	Ceará		Potengi
Nordeste	Ceará		Salitre
Nordeste	Ceará		Altaneira

Nordeste	Ceará	Caririaçu	Caririaçu
Nordeste	Ceará		Farias Brito
Nordeste	Ceará		Granjeiro
Nordeste	Maranhão	Aglomeração Urbana de São Luís	Raposa
Nordeste	Maranhão		Paço do Lumiar
Nordeste	Maranhão		São José de Ribamar
Nordeste	Maranhão		São Luís
Nordeste	Maranhão	Rosário	Axixá
Nordeste	Maranhão		Bacabeira
Nordeste	Maranhão		Cachoeira Grande
Nordeste	Maranhão		Icatu
Nordeste	Maranhão		Morros
Nordeste	Maranhão		Presidente Juscelino
Nordeste	Maranhão		Rosário
Nordeste	Maranhão		Santa Rita
Nordeste	Maranhão		Barreirinhas
Nordeste	Maranhão	Lençóis Maranhenses	Humberto de Campos
Nordeste	Maranhão		Paulino Neves
Nordeste	Maranhão		Primeira Cruz
Nordeste	Maranhão		Santo Amaro do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Tutóia
Nordeste	Maranhão	Baixada Maranhense	Anajatuba
Nordeste	Maranhão		Arari
Nordeste	Maranhão		Bela Vista do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Cajari
Nordeste	Maranhão		Conceição do Lago Açu
Nordeste	Maranhão		Igarapé do Meio

Nordeste	Maranhão		Matinha
Nordeste	Maranhão		Monção
Nordeste	Maranhão		Olinda Nova do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Palmeirândia
Nordeste	Maranhão		Pedro do Rosário
Nordeste	Maranhão		Penalva
Nordeste	Maranhão		Peri Mirim
Nordeste	Maranhão		Pinheiro
Nordeste	Maranhão		Presidente Sarney
Nordeste	Maranhão		Santa Helena
Nordeste	Maranhão		São Bento
Nordeste	Maranhão		São João Batista
Nordeste	Maranhão		São Vicente Ferrer
Nordeste	Maranhão		Viana
Nordeste	Maranhão		Vitória do Mearim
Nordeste	Maranhão	Itapecuru Mirim	Cantanhede
Nordeste	Maranhão		Itapecuru-Mirim
Nordeste	Maranhão		Matões do Norte
Nordeste	Maranhão		Miranda do Norte
Nordeste	Maranhão		Nina Rodrigues
Nordeste	Maranhão		Pirapemas
Nordeste	Maranhão		Presidente Vargas
Nordeste	Maranhão		Vargem Grande
Nordeste	Maranhão	Gurupi	Amapá do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Boa Vista do Gurupi
Nordeste	Maranhão		Cândido Mendes
Nordeste	Maranhão		Carutapera
Nordeste	Maranhão		Centro do Guilherme

Nordeste	Maranhão		Centro Novo do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Godofredo Viana
Nordeste	Maranhão		Governador Nunes Freire
Nordeste	Maranhão		Junco do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Luís Domingues
Nordeste	Maranhão		Maracaçumé
Nordeste	Maranhão		Maranhãozinho
Nordeste	Maranhão		Turiaçu
Nordeste	Maranhão		Turilândia
Nordeste	Maranhão		Altamira do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Alto Alegre do Pindaré
Nordeste	Maranhão		Araguanã
Nordeste	Maranhão		Bom Jardim
Nordeste	Maranhão		Bom Jesus das Selvas
Nordeste	Maranhão		Brejo de Areia
Nordeste	Maranhão		Buriticupu
Nordeste	Maranhão		Governador Newton Bello
Nordeste	Maranhão	Pindaré	Lago da Pedra
Nordeste	Maranhão		Lagoa Grande do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Marajá do Sena
Nordeste	Maranhão		Nova Olinda do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Paulo Ramos
Nordeste	Maranhão		Pindaré-Mirim
Nordeste	Maranhão		Presidente Médici

Nordeste	Maranhão		Santa Inês
Nordeste	Maranhão		Santa Luzia
Nordeste	Maranhão		Santa Luzia do Paruá
Nordeste	Maranhão		São João do Caru
Nordeste	Maranhão		Tufilândia
Nordeste	Maranhão		Vitorino Freire
Nordeste	Maranhão		Zé Doca
Nordeste	Maranhão		Açailândia
Nordeste	Maranhão		Amarante do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Buritirana
Nordeste	Maranhão		Cidelândia
Nordeste	Maranhão		Davinópolis
Nordeste	Maranhão		Governador Edison Lobão
Nordeste	Maranhão		Imperatriz
Nordeste	Maranhão		Itinga do Maranhão
Nordeste	Maranhão	Imperatriz	João Lisboa
Nordeste	Maranhão		Lajeado Novo
Nordeste	Maranhão		Montes Altos
Nordeste	Maranhão		Ribamar Fiquene
Nordeste	Maranhão		São Francisco do Brejão
Nordeste	Maranhão		São Pedro da Água Branca
Nordeste	Maranhão		Senador La Rocque
Nordeste	Maranhão		Vila Nova dos Martírios
Nordeste	Maranhão		Bacabal
Nordeste	Maranhão		Bernardo do Mearim
Nordeste	Maranhão		Bom Lugar

Nordeste	Maranhão	Médio Mearim	Esperantinópolis
Nordeste	Maranhão		Igarapé Grande
Nordeste	Maranhão		Lago do Junco
Nordeste	Maranhão		Lago dos Rodrigues
Nordeste	Maranhão		Lago Verde
Nordeste	Maranhão		Lima Campos
Nordeste	Maranhão		Olho d'Água das Cunhãs
Nordeste	Maranhão		Pedreiras
Nordeste	Maranhão		Pio XII
Nordeste	Maranhão		Poção de Pedras
Nordeste	Maranhão		Santo Antônio dos Lopes
Nordeste	Maranhão		São Luís Gonzaga do Maranhão
Nordeste	Maranhão		São Mateus do Maranhão
Nordeste	Maranhão		São Raimundo do Doca Bezerra
Nordeste	Maranhão		São Roberto
Nordeste	Maranhão		Satubinha
Nordeste	Maranhão		Trizidela do Vale
Nordeste	Maranhão	Alto Mearim e Grajaú	Arame
Nordeste	Maranhão		Barra do Corda
Nordeste	Maranhão		Fernando Falcão
Nordeste	Maranhão		Formosa da Serra Negra
Nordeste	Maranhão		Grajaú
Nordeste	Maranhão		Itaipava do Grajaú
Nordeste	Maranhão		Jenipapo dos Vieiras
Nordeste	Maranhão		Joselândia

Nordeste	Maranhão		Santa Filomena do Maranhão	
Nordeste	Maranhão		Sítio Novo	
Nordeste	Maranhão		Tuntum	
Nordeste	Maranhão	Presidente Dutra	Fortuna	
Nordeste	Maranhão		Dom Pedro	
Nordeste	Maranhão		Gonçalves Dias	
Nordeste	Maranhão		Governador Archer	
Nordeste	Maranhão		Governador Eugênio Barros	
Nordeste	Maranhão		Governador Luiz Rocha	
Nordeste	Maranhão		Graça Aranha	
Nordeste	Maranhão		Presidente Dutra	
Nordeste	Maranhão		São Domingos do Maranhão	
Nordeste	Maranhão		São José dos Basílios	
Nordeste	Maranhão		Senador Alexandre Costa	
Nordeste	Maranhão		Baixo Parnaíba Maranhense	Água Doce do Maranhão
Nordeste	Maranhão			Araioses
Nordeste	Maranhão	Magalhães de Almeida		
Nordeste	Maranhão	Santa Quitéria do Maranhão		
Nordeste	Maranhão	Santana do Maranhão		
Nordeste	Maranhão	São Bernardo		
Nordeste	Maranhão			Anapurus
Nordeste	Maranhão		Belágua	

Nordeste	Maranhão	Chapadinha	Brejo	
Nordeste	Maranhão		Buriti	
Nordeste	Maranhão		Chapadinha	
Nordeste	Maranhão		Mata Roma	
Nordeste	Maranhão		Milagres do Maranhão	
Nordeste	Maranhão		São Benedito do Rio Preto	
Nordeste	Maranhão		Urbano Santos	
Nordeste	Maranhão	Codó	Alto Alegre do Maranhão	
Nordeste	Maranhão		Capinzal do Norte	
Nordeste	Maranhão		Codó	
Nordeste	Maranhão		Coroatá	
Nordeste	Maranhão		Peritoró	
Nordeste	Maranhão		Timbiras	
Nordeste	Maranhão		Coelho Neto	Afonso Cunha
Nordeste	Maranhão	Coelho Neto	Aldeias Altas	
Nordeste	Maranhão		Coelho Neto	
Nordeste	Maranhão		Duque Bacelar	
Nordeste	Maranhão		Buriti Bravo	
Nordeste	Maranhão	Caxias	Caxias	
Nordeste	Maranhão		Matões	
Nordeste	Maranhão		Parnarama	
Nordeste	Maranhão		São João do Soter	
Nordeste	Maranhão		Timon	
Nordeste	Maranhão		Chapadas do Alto Itapecuru	Barão de Grajaú
Nordeste	Maranhão			Colinas
Nordeste	Maranhão	Jatobá		
Nordeste	Maranhão	Lagoa do Mato		
Nordeste	Maranhão	Mirador		
Nordeste	Maranhão	Nova Iorque		

Nordeste	Maranhão		Paraibano
Nordeste	Maranhão		Passagem Franca
Nordeste	Maranhão		Pastos Bons
Nordeste	Maranhão		São Francisco do Maranhão
Nordeste	Maranhão		São João dos Patos
Nordeste	Maranhão		Sucupira do Norte
Nordeste	Maranhão		Sucupira do Riachão
Nordeste	Maranhão	Porto Franco	Campestre do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Carolina
Nordeste	Maranhão		Estreito
Nordeste	Maranhão		Porto Franco
Nordeste	Maranhão		São João do Paraíso
Nordeste	Maranhão		São Pedro dos Crentes
Nordeste	Maranhão	Gerais de Balsas	Alto Parnaíba
Nordeste	Maranhão		Balsas
Nordeste	Maranhão		Feira Nova do Maranhão
Nordeste	Maranhão		Riachão
Nordeste	Maranhão		Tasso Fragoso
Nordeste	Maranhão		Chapadas das Mangabeiras
Nordeste	Maranhão	Fortaleza dos Nogueiras	
Nordeste	Maranhão	Loreto	
Nordeste	Maranhão	Nova Colinas	
Nordeste	Maranhão	Sambaíba	

Nordeste	Maranhão		São Domingos do Azeitão	
Nordeste	Maranhão		São Félix de Balsas	
Nordeste	Maranhão		São Raimundo das Mangabeiras	
Nordeste	Paraíba	Catolé do Rocha	Belém do Brejo do Cruz	
Nordeste	Paraíba		Bom Sucesso	
Nordeste	Paraíba		Brejo do Cruz	
Nordeste	Paraíba		Brejo dos Santos	
Nordeste	Paraíba		Catolé do Rocha	
Nordeste	Paraíba		Jericó	
Nordeste	Paraíba		Lagoa	
Nordeste	Paraíba		Mato Grosso	
Nordeste	Paraíba		Riacho dos Cavalos	
Nordeste	Paraíba		São Bento	
Nordeste	Paraíba		São José do Brejo do Cruz	
Nordeste	Paraíba		Cajazeiras	Bernardino Batista
Nordeste	Paraíba			Bom Jesus
Nordeste	Paraíba	Bonito de Santa Fé		
Nordeste	Paraíba	Cachoeira dos Índios		
Nordeste	Paraíba	Cajazeiras		
Nordeste	Paraíba	Carrapateira		
Nordeste	Paraíba	Joca Claudino		
Nordeste	Paraíba	Monte Horebe		
Nordeste	Paraíba	Poço Dantas		
Nordeste	Paraíba	Poço de José de Moura		
Nordeste	Paraíba	Santa Helena		
Nordeste	Paraíba	São João do Rio do Peixe		

Nordeste	Paraíba		São José de Piranhas	
Nordeste	Paraíba		Triunfo	
Nordeste	Paraíba		Uiraúna	
Nordeste	Paraíba	Sousa	Aparecida	
Nordeste	Paraíba		Cajazeirinhas	
Nordeste	Paraíba		Condado	
Nordeste	Paraíba		Lastro	
Nordeste	Paraíba		Malta	
Nordeste	Paraíba		Marizópolis	
Nordeste	Paraíba		Nazarezinho	
Nordeste	Paraíba		Paulista	
Nordeste	Paraíba		Pombal	
Nordeste	Paraíba		Santa Cruz	
Nordeste	Paraíba		São Bentinho	
Nordeste	Paraíba		São Domingos	
Nordeste	Paraíba		São Francisco	
Nordeste	Paraíba		São José da Lagoa Tapada	
Nordeste	Paraíba		Sousa	
Nordeste	Paraíba		Vieirópolis	
Nordeste	Paraíba		Vista Serrana	
Nordeste	Paraíba		Patos	Areia de Baraúnas
Nordeste	Paraíba			Cacimba de Areia
Nordeste	Paraíba			Mãe d'Água
Nordeste	Paraíba	Passagem		
Nordeste	Paraíba	Patos		
Nordeste	Paraíba	Quixaba		
Nordeste	Paraíba	Santa Terezinha		
Nordeste	Paraíba	São José de Espinharas		
Nordeste	Paraíba	São José do Bonfim		

Nordeste	Paraíba	Piancó	Aguiar
Nordeste	Paraíba		Catingueira
Nordeste	Paraíba		Coremas
Nordeste	Paraíba		Emas
Nordeste	Paraíba		Igaracy
Nordeste	Paraíba		Nova Olinda
Nordeste	Paraíba		Olho d'Água
Nordeste	Paraíba		Piancó
Nordeste	Paraíba		Santana dos Garrotes
Nordeste	Paraíba		Itaporanga
Nordeste	Paraíba	Conceição	
Nordeste	Paraíba	Curral Velho	
Nordeste	Paraíba	Diamante	
Nordeste	Paraíba	Ibiara	
Nordeste	Paraíba	Itaporanga	
Nordeste	Paraíba	Pedra Branca	
Nordeste	Paraíba	Santa Inês	
Nordeste	Paraíba	Santana de Mangueira	
Nordeste	Paraíba	São José de Caiana	
Nordeste	Paraíba	Serra Grande	
Nordeste	Paraíba	Serra do Teixeira	
Nordeste	Paraíba		Cacimbas
Nordeste	Paraíba		Desterro
Nordeste	Paraíba		Imaculada
Nordeste	Paraíba		Juru
Nordeste	Paraíba		Manaíra
Nordeste	Paraíba		Matureia
Nordeste	Paraíba		Princesa Isabel
Nordeste	Paraíba		São José de Princesa
Nordeste	Paraíba		Tavares

Nordeste	Paraíba		Teixeira
Nordeste	Paraíba	Seridó Ocidental Paraibano	Junco do Seridó
Nordeste	Paraíba		Salgadinho
Nordeste	Paraíba		Santa Luzia
Nordeste	Paraíba		São José do Sabugi
Nordeste	Paraíba		São Mamede
Nordeste	Paraíba		Várzea
Nordeste	Paraíba		Seridó Oriental Paraibano
Nordeste	Paraíba	Cubati	
Nordeste	Paraíba	Frei Martinho	
Nordeste	Paraíba	Juazeirinho	
Nordeste	Paraíba	Nova Palmeira	
Nordeste	Paraíba	Pedra Lavrada	
Nordeste	Paraíba	Picuí	
Nordeste	Paraíba	São Vicente do Seridó	
Nordeste	Paraíba	Tenório	
Nordeste	Paraíba	Cariri Ocidental	
Nordeste	Paraíba		Assunção
Nordeste	Paraíba		Camalaú
Nordeste	Paraíba		Congo
Nordeste	Paraíba		Coxixola
Nordeste	Paraíba		Livramento
Nordeste	Paraíba		Monteiro
Nordeste	Paraíba		Ouro Velho
Nordeste	Paraíba		Parari
Nordeste	Paraíba		Prata
Nordeste	Paraíba		São João do Tigre
Nordeste	Paraíba		São José dos Cordeiros
Nordeste	Paraíba		São Sebastião do Umbuzeiro

Nordeste	Paraíba		Serra Branca	
Nordeste	Paraíba		Sumé	
Nordeste	Paraíba		Taperoá	
Nordeste	Paraíba		Zabelê	
Nordeste	Paraíba	Cariri Oriental	Alcantil	
Nordeste	Paraíba		Barra de Santana	
Nordeste	Paraíba		Barra de São Miguel	
Nordeste	Paraíba		Boqueirão	
Nordeste	Paraíba		Cabaceiras	
Nordeste	Paraíba		Caraúbas	
Nordeste	Paraíba		Caturité	
Nordeste	Paraíba		Gurjão	
Nordeste	Paraíba		Riacho de Santo Antônio	
Nordeste	Paraíba		Santo André	
Nordeste	Paraíba		São Domingos do Cariri	
Nordeste	Paraíba		São João do Cariri	
Nordeste	Paraíba		Curimataú Ocidental	Algodão de Jandaíra
Nordeste	Paraíba			Arara
Nordeste	Paraíba	Barra de Santa Rosa		
Nordeste	Paraíba	Cuité		
Nordeste	Paraíba	Damião		
Nordeste	Paraíba	Nova Floresta		
Nordeste	Paraíba	Olivedos		
Nordeste	Paraíba	Pocinhos		
Nordeste	Paraíba	Remígio		
Nordeste	Paraíba	Soledade		
Nordeste	Paraíba	Sossêgo		
Nordeste	Paraíba		Araruna	

Nordeste	Paraíba	Curimataú Oriental	Cacimba de Dentro
Nordeste	Paraíba		Casserengue
Nordeste	Paraíba		Dona Inês
Nordeste	Paraíba		Riachão
Nordeste	Paraíba		Solânea
Nordeste	Paraíba		Tacima
Nordeste	Paraíba	Esperança	Areial
Nordeste	Paraíba		Esperança
Nordeste	Paraíba		Montadas
Nordeste	Paraíba		São Sebastião de Lagoa de Roça
Nordeste	Paraíba	Brejo Paraibano	Alagoa Grande
Nordeste	Paraíba		Alagoa Nova
Nordeste	Paraíba		Areia
Nordeste	Paraíba		Bananeiras
Nordeste	Paraíba		Borborema
Nordeste	Paraíba		Matinhas
Nordeste	Paraíba		Pilões
Nordeste	Paraíba		Serraria
Nordeste	Paraíba	Guarabira	Alagoinha
Nordeste	Paraíba		Araçagi
Nordeste	Paraíba		Belém
Nordeste	Paraíba		Caiçara
Nordeste	Paraíba		Cuitegi
Nordeste	Paraíba		Duas Estradas
Nordeste	Paraíba		Guarabira
Nordeste	Paraíba		Lagoa de Dentro
Nordeste	Paraíba		Logradouro
Nordeste	Paraíba		Mulungu
Nordeste	Paraíba		Pilõezinhos
Nordeste	Paraíba		Pirpirituba
Nordeste	Paraíba		Serra da Raiz
Nordeste	Paraíba	Sertãozinho	

Nordeste	Paraíba	Campina Grande	Boa Vista
Nordeste	Paraíba		Campina Grande
Nordeste	Paraíba		Fagundes
Nordeste	Paraíba		Lagoa Seca
Nordeste	Paraíba		Massaranduba
Nordeste	Paraíba		Puxinanã
Nordeste	Paraíba		Queimadas
Nordeste	Paraíba		Serra Redonda
Nordeste	Paraíba		Itabaiana
Nordeste	Paraíba	Gurinhém	
Nordeste	Paraíba	Ingá	
Nordeste	Paraíba	Itabaiana	
Nordeste	Paraíba	Itatuba	
Nordeste	Paraíba	Juarez Távora	
Nordeste	Paraíba	Mogeirol	
Nordeste	Paraíba	Riachão do Bacamarte	
Nordeste	Paraíba	Salgado de São Félix	
Nordeste	Paraíba	Umbuzeiro	Aroeiras
Nordeste	Paraíba		Gado Bravo
Nordeste	Paraíba		Natuba
Nordeste	Paraíba		Santa Cecília
Nordeste	Paraíba		Umbuzeiro
Nordeste	Paraíba	Litoral Norte	Baía da Traição
Nordeste	Paraíba		Capim
Nordeste	Paraíba		Cuité de Mamanguape
Nordeste	Paraíba		Curral de Cima
Nordeste	Paraíba		Itapororoca
Nordeste	Paraíba		Jacaraú
Nordeste	Paraíba		Mamanguape
Nordeste	Paraíba		Marcação

Nordeste	Paraíba		Mataraca
Nordeste	Paraíba		Pedro Régis
Nordeste	Paraíba		Rio Tinto
Nordeste	Paraíba	Sapé	Cruz do Espírito Santo
Nordeste	Paraíba		Juripiranga
Nordeste	Paraíba		Mari
Nordeste	Paraíba		Pilar
Nordeste	Paraíba		Riachão do Poço
Nordeste	Paraíba		São José dos Ramos
Nordeste	Paraíba		São Miguel de Taipu
Nordeste	Paraíba		Sapé
Nordeste	Paraíba		Sobrado
Nordeste	Paraíba		João Pessoa
Nordeste	Paraíba	Cabedelo	
Nordeste	Paraíba	Conde	
Nordeste	Paraíba	João Pessoa	
Nordeste	Paraíba	Lucena	
Nordeste	Paraíba	Santa Rita	
Nordeste	Paraíba	Litoral Sul	Alhandra
Nordeste	Paraíba		Caaporã
Nordeste	Paraíba		Pedras de Fogo
Nordeste	Paraíba		Pitimbu
Nordeste	Pernambuco	Araripina	Araripina
Nordeste	Pernambuco		Bodocó
Nordeste	Pernambuco		Exu
Nordeste	Pernambuco		Granito
Nordeste	Pernambuco		Ipubi
Nordeste	Pernambuco		Moreilândia

Nordeste	Pernambuco		Ouricuri
Nordeste	Pernambuco		Santa Cruz
Nordeste	Pernambuco		Santa Filomena
Nordeste	Pernambuco		Trindade
Nordeste	Pernambuco	Salgueiro	Cedro
Nordeste	Pernambuco		Mirandiba
Nordeste	Pernambuco		Parnamirim
Nordeste	Pernambuco		Salgueiro
Nordeste	Pernambuco		São José do Belmonte
Nordeste	Pernambuco		Serrita
Nordeste	Pernambuco		Verdejante
Nordeste	Pernambuco	Pajeú	Afogados da Ingazeira
Nordeste	Pernambuco		Brejinho
Nordeste	Pernambuco		Calumbi
Nordeste	Pernambuco		Carnaíba
Nordeste	Pernambuco		Flores
Nordeste	Pernambuco		Iguaracy
Nordeste	Pernambuco		Ingazeira
Nordeste	Pernambuco		Itapetim
Nordeste	Pernambuco		Quixaba
Nordeste	Pernambuco		Santa Cruz da Baixa Verde
Nordeste	Pernambuco		Santa Terezinha
Nordeste	Pernambuco		São José do Egito
Nordeste	Pernambuco		Serra Talhada
Nordeste	Pernambuco		Solidão
Nordeste	Pernambuco		Tabira
Nordeste	Pernambuco		Triunfo
Nordeste	Pernambuco		Tuparetama
Nordeste	Pernambuco		Arcoverde
Nordeste	Pernambuco		Betânia

Nordeste	Pernambuco	Sertão do Moxotó	Custódia
Nordeste	Pernambuco		Ibimirim
Nordeste	Pernambuco		Inajá
Nordeste	Pernambuco		Manari
Nordeste	Pernambuco		Sertânia
Nordeste	Pernambuco	Petrolina	Afrânio
Nordeste	Pernambuco		Cabrobó
Nordeste	Pernambuco		Dormentes
Nordeste	Pernambuco		Lagoa Grande
Nordeste	Pernambuco		Orocó
Nordeste	Pernambuco		Petrolina
Nordeste	Pernambuco		Santa Maria da Boa Vista
Nordeste	Pernambuco		Terra Nova
Nordeste	Pernambuco		Itaparica
Nordeste	Pernambuco	Carnaubeira da Penha	
Nordeste	Pernambuco	Floresta	
Nordeste	Pernambuco	Itacuruba	
Nordeste	Pernambuco	Jatobá	
Nordeste	Pernambuco	Petrolândia	
Nordeste	Pernambuco	Tacaratu	
Nordeste	Pernambuco	Vale do Ipanema	Águas Belas
Nordeste	Pernambuco		Buíque
Nordeste	Pernambuco		Itaíba
Nordeste	Pernambuco		Pedra
Nordeste	Pernambuco		Tupanatinga
Nordeste	Pernambuco		Venturosa
Nordeste	Pernambuco		Alagoinha
Nordeste	Pernambuco		Belo Jardim
Nordeste	Pernambuco		Bezerros

Nordeste	Pernambuco	Vale do Ipojuca	Brejo da Madre de Deus
Nordeste	Pernambuco		Cachoeirinha
Nordeste	Pernambuco		Capoeiras
Nordeste	Pernambuco		Caruaru
Nordeste	Pernambuco		Gravatá
Nordeste	Pernambuco		Jataúba
Nordeste	Pernambuco		Pesqueira
Nordeste	Pernambuco		Poção
Nordeste	Pernambuco		Riacho das Almas
Nordeste	Pernambuco		Sanharó
Nordeste	Pernambuco		São Bento do Una
Nordeste	Pernambuco		São Caetano
Nordeste	Pernambuco		Tacaimbó
Nordeste	Pernambuco		Alto Capibaribe
Nordeste	Pernambuco	Frei Miguelinho	
Nordeste	Pernambuco	Santa Cruz do Capibaribe	
Nordeste	Pernambuco	Santa Maria do Cambucá	
Nordeste	Pernambuco	Surubim	
Nordeste	Pernambuco	Taquaritinga do Norte	
Nordeste	Pernambuco	Toritama	
Nordeste	Pernambuco	Vertente do Lério	
Nordeste	Pernambuco	Vertentes	
Nordeste	Pernambuco	Bom Jardim	
Nordeste	Pernambuco	Médio Capibaribe	Cumaru
Nordeste	Pernambuco		Feira Nova
Nordeste	Pernambuco		João Alfredo
Nordeste	Pernambuco		Limoeiro
Nordeste	Pernambuco		Machados

Nordeste	Pernambuco		Orobó
Nordeste	Pernambuco		Passira
Nordeste	Pernambuco		Salgadinho
Nordeste	Pernambuco		São Vicente Férrer
Nordeste	Pernambuco	Garanhuns	Angelim
Nordeste	Pernambuco		Bom Conselho
Nordeste	Pernambuco		Brejão
Nordeste	Pernambuco		Caetés
Nordeste	Pernambuco		Calçado
Nordeste	Pernambuco		Canhotinho
Nordeste	Pernambuco		Correntes
Nordeste	Pernambuco		Garanhuns
Nordeste	Pernambuco		Iati
Nordeste	Pernambuco		Jucati
Nordeste	Pernambuco		Jupi
Nordeste	Pernambuco		Jurema
Nordeste	Pernambuco		Lagoa do Ouro
Nordeste	Pernambuco		Lajedo
Nordeste	Pernambuco		Palmeirina
Nordeste	Pernambuco		Paranatama
Nordeste	Pernambuco		Saloá
Nordeste	Pernambuco		São João
Nordeste	Pernambuco		Terezinha
Nordeste	Pernambuco		Brejo Pernambucano
Nordeste	Pernambuco	Altinho	
Nordeste	Pernambuco	Barra de Guabiraba	
Nordeste	Pernambuco	Bonito	
Nordeste	Pernambuco	Camocim de São Félix	
Nordeste	Pernambuco	Cupira	
Nordeste	Pernambuco	Ibirajuba	
Nordeste	Pernambuco	Lagoa dos Gatos	
Nordeste	Pernambuco	Panelas	

Nordeste	Pernambuco		Sairé
Nordeste	Pernambuco		São Joaquim do Monte
Nordeste	Pernambuco	Mata Setentrional Pernambucana	Aliança
Nordeste	Pernambuco		Buenos Aires
Nordeste	Pernambuco		Camutanga
Nordeste	Pernambuco		Carpina
Nordeste	Pernambuco		Condado
Nordeste	Pernambuco		Ferreiros
Nordeste	Pernambuco		Goiana
Nordeste	Pernambuco		Itambé
Nordeste	Pernambuco		Itaquitinga
Nordeste	Pernambuco		Lagoa de Itaenga
Nordeste	Pernambuco		Lagoa do Carro
Nordeste	Pernambuco		Macaparana
Nordeste	Pernambuco		Nazaré da Mata
Nordeste	Pernambuco		Paudalho
Nordeste	Pernambuco		Timbaúba
Nordeste	Pernambuco		Tracunhaém
Nordeste	Pernambuco		Vicência
Nordeste	Pernambuco		Vitória de Santo Antão
Nordeste	Pernambuco	Chã Grande	
Nordeste	Pernambuco	Glória do Goitá	
Nordeste	Pernambuco	Pombos	
Nordeste	Pernambuco	Vitória de Santo Antão	
Nordeste	Pernambuco	Mata Meridional Pernambucana	Água Preta
Nordeste	Pernambuco		Amaraji
Nordeste	Pernambuco		Barreiros
Nordeste	Pernambuco		Belém de Maria
Nordeste	Pernambuco		Catende
Nordeste	Pernambuco		Cortês

Nordeste	Pernambuco		Escada
Nordeste	Pernambuco		Gameleira
Nordeste	Pernambuco		Jaqueira
Nordeste	Pernambuco		Joaquim Nabuco
Nordeste	Pernambuco		Maraial
Nordeste	Pernambuco		Palmares
Nordeste	Pernambuco		Primavera
Nordeste	Pernambuco		Quipapá
Nordeste	Pernambuco		Ribeirão
Nordeste	Pernambuco		Rio Formoso
Nordeste	Pernambuco		São Benedito do Sul
Nordeste	Pernambuco		São José da Coroa Grande
Nordeste	Pernambuco		Sirinhaém
Nordeste	Pernambuco		Tamandaré
Nordeste	Pernambuco		Xexéu
Nordeste	Pernambuco	Itamaracá	Araçoiaba
Nordeste	Pernambuco		Igarassu
Nordeste	Pernambuco		Ilha de Itamaracá
Nordeste	Pernambuco		Itapissuma
Nordeste	Pernambuco	Recife	Abreu e Lima
Nordeste	Pernambuco		Camaragibe
Nordeste	Pernambuco		Jaboatão dos Guararapes
Nordeste	Pernambuco		Moreno
Nordeste	Pernambuco		Olinda
Nordeste	Pernambuco		Paulista
Nordeste	Pernambuco		Recife
Nordeste	Pernambuco		São Lourenço da Mata
Nordeste	Pernambuco		Suape

Nordeste	Pernambuco		Ipojuca	
Nordeste	Pernambuco	Fernando de Noronha	Fernando de Noronha	
Nordeste	Piauí	Baixo Parnaíba Piauiense	Barras	
Nordeste	Piauí		Batalha	
Nordeste	Piauí		Boa Hora	
Nordeste	Piauí		Brasileira	
Nordeste	Piauí		Cabeceiras do Piauí	
Nordeste	Piauí		Campo Largo do Piauí	
Nordeste	Piauí		Esperantina	
Nordeste	Piauí		Joaquim Pires	
Nordeste	Piauí		Joca Marques	
Nordeste	Piauí		Luzilândia	
Nordeste	Piauí		Madeiro	
Nordeste	Piauí		Matias Olímpio	
Nordeste	Piauí		Miguel Alves	
Nordeste	Piauí		Morro do Chapéu do Piauí	
Nordeste	Piauí		Nossa Senhora dos Remédios	
Nordeste	Piauí		Piripiri	
Nordeste	Piauí		Porto	
Nordeste	Piauí		São João do Arraial	
Nordeste	Piauí		Litoral Piauiense	Bom Princípio do Piauí
Nordeste	Piauí			Buriti dos Lopes
Nordeste	Piauí	Cajueiro da Praia		
Nordeste	Piauí	Caraúbas do Piauí		
Nordeste	Piauí	Caxingó		
Nordeste	Piauí	Cocal		
Nordeste	Piauí	Cocal dos Alves		
Nordeste	Piauí	Ilha Grande		

Nordeste	Piauí		Luís Correia	
Nordeste	Piauí		Murici dos Portelas	
Nordeste	Piauí		Parnaíba	
Nordeste	Piauí		Piracuruca	
Nordeste	Piauí		São João da Fronteira	
Nordeste	Piauí		São José do Divino	
Nordeste	Piauí	Teresina	Altos	
Nordeste	Piauí		Benedictinos	
Nordeste	Piauí		Coivaras	
Nordeste	Piauí		Currálinhos	
Nordeste	Piauí		Demerval Lobão	
Nordeste	Piauí		José de Freitas	
Nordeste	Piauí		Lagoa Alegre	
Nordeste	Piauí		Lagoa do Piauí	
Nordeste	Piauí		Miguel Leão	
Nordeste	Piauí		Monsenhor Gil	
Nordeste	Piauí		Nazária	
Nordeste	Piauí		Pau d'Arco do Piauí	
Nordeste	Piauí		Teresina	
Nordeste	Piauí		União	
Nordeste	Piauí		Campo Maior	Alto Longá
Nordeste	Piauí			Assunção do Piauí
Nordeste	Piauí			Boqueirão do Piauí
Nordeste	Piauí	Buriti dos Montes		
Nordeste	Piauí	Campo Maior		
Nordeste	Piauí	Capitão de Campos		
Nordeste	Piauí	Castelo do Piauí		
Nordeste	Piauí	Cocal de Telha		
Nordeste	Piauí	Domingos Mourão		
Nordeste	Piauí	Jatobá do Piauí		
Nordeste	Piauí	Juazeiro do Piauí		

Nordeste	Piauí		Lagoa de São Francisco
Nordeste	Piauí		Milton Brandão
Nordeste	Piauí		Nossa Senhora de Nazaré
Nordeste	Piauí		Novo Santo Antônio
Nordeste	Piauí		Pedro II
Nordeste	Piauí		São João da Serra
Nordeste	Piauí		São Miguel do Tapuio
Nordeste	Piauí		Sigefredo Pacheco
Nordeste	Piauí	Médio Parnaíba Piauiense	Agricolândia
Nordeste	Piauí		Água Branca
Nordeste	Piauí		Amarante
Nordeste	Piauí		Angical do Piauí
Nordeste	Piauí		Arraial
Nordeste	Piauí		Barro Duro
Nordeste	Piauí		Francisco Ayres
Nordeste	Piauí		Hugo Napoleão
Nordeste	Piauí		Jardim do Mulato
Nordeste	Piauí		Lagoinha do Piauí
Nordeste	Piauí		Olho d'Água do Piauí
Nordeste	Piauí		Palmeirais
Nordeste	Piauí		Passagem Franca do Piauí
Nordeste	Piauí		Regeneração
Nordeste	Piauí		Santo Antônio dos Milagres
Nordeste	Piauí		São Gonçalo do Piauí
Nordeste	Piauí		São Pedro do Piauí

Nordeste	Piauí	Valença do Piauí	Aroazes
Nordeste	Piauí		Barra d'Alcântara
Nordeste	Piauí		Elesbão Veloso
Nordeste	Piauí		Francinópolis
Nordeste	Piauí		Inhuma
Nordeste	Piauí		Lagoa do Sítio
Nordeste	Piauí		Novo Oriente do Piauí
Nordeste	Piauí		Pimenteiras
Nordeste	Piauí		Prata do Piauí
Nordeste	Piauí		Santa Cruz dos Milagres
Nordeste	Piauí		São Félix do Piauí
Nordeste	Piauí		São Miguel da Baixa Grande
Nordeste	Piauí		Valença do Piauí
Nordeste	Piauí		Várzea Grande
Nordeste	Piauí	Alto Parnaíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro
Nordeste	Piauí		Ribeiro Gonçalves
Nordeste	Piauí		Santa Filomena
Nordeste	Piauí		Uruçuí
Nordeste	Piauí	Bertolândia	Antônio Almeida
Nordeste	Piauí		Bertolândia
Nordeste	Piauí		Colônia do Gurgueia
Nordeste	Piauí		Eliseu Martins
Nordeste	Piauí		Landri Sales
Nordeste	Piauí		Manoel Emídio
Nordeste	Piauí		Marcos Parente
Nordeste	Piauí		Porto Alegre do Piauí
Nordeste	Piauí		Sebastião Leal

Nordeste	Piauí	Floriano	Canavieira
Nordeste	Piauí		Flores do Piauí
Nordeste	Piauí		Floriano
Nordeste	Piauí		Guadalupe
Nordeste	Piauí		Itaueira
Nordeste	Piauí		Jerumenha
Nordeste	Piauí		Nazaré do Piauí
Nordeste	Piauí		Pavussu
Nordeste	Piauí		Rio Grande do Piauí
Nordeste	Piauí		São Francisco do Piauí
Nordeste	Piauí		São José do Peixe
Nordeste	Piauí		São Miguel do Fidalgo
Nordeste	Piauí		Alto Médio Gurgueia
Nordeste	Piauí	Barreiras do Piauí	
Nordeste	Piauí	Bom Jesus	
Nordeste	Piauí	Cristino Castro	
Nordeste	Piauí	Currais	
Nordeste	Piauí	Gilbués	
Nordeste	Piauí	Monte Alegre do Piauí	
Nordeste	Piauí	Palmeira do Piauí	
Nordeste	Piauí	Redenção do Gurgueia	
Nordeste	Piauí	Santa Luz	
Nordeste	Piauí	São Gonçalo do Gurgueia	
Nordeste	Piauí		Anísio de Abreu
Nordeste	Piauí		Bonfim do Piauí
Nordeste	Piauí		Brejo do Piauí

Nordeste	Piauí	São Raimundo Nonato	Canto do Buriti
Nordeste	Piauí		Caracol
Nordeste	Piauí		Coronel José Dias
Nordeste	Piauí		Dirceu Arcoverde
Nordeste	Piauí		Dom Inocêncio
Nordeste	Piauí		Fatura do Piauí
Nordeste	Piauí		Guaribas
Nordeste	Piauí		Jurema
Nordeste	Piauí		Pajeú do Piauí
Nordeste	Piauí		São Braz do Piauí
Nordeste	Piauí		São Lourenço do Piauí
Nordeste	Piauí		São Raimundo Nonato
Nordeste	Piauí		Tamboril do Piauí
Nordeste	Piauí		Várzea Branca
Nordeste	Piauí	Chapadas do Extremo Sul Piauiense	Avelino Lopes
Nordeste	Piauí		Corrente
Nordeste	Piauí		Cristalândia do Piauí
Nordeste	Piauí		Curimatá
Nordeste	Piauí		Júlio Borges
Nordeste	Piauí		Morro Cabeça no Tempo
Nordeste	Piauí		Parnaguá
Nordeste	Piauí		Riacho Frio
Nordeste	Piauí		Sebastião Barros
Nordeste	Piauí		Aroeiras do Itaim
Nordeste	Piauí		Bocaina
Nordeste	Piauí		Cajazeiras do Piauí
Nordeste	Piauí		Colônia do Piauí
Nordeste	Piauí		

Nordeste	Piauí	Picos	Dom Expedito Lopes
Nordeste	Piauí		Geminiano
Nordeste	Piauí		Ipiranga do Piauí
Nordeste	Piauí		Oeiras
Nordeste	Piauí		Paquetá
Nordeste	Piauí		Picos
Nordeste	Piauí		Santa Cruz do Piauí
Nordeste	Piauí		Santa Rosa do Piauí
Nordeste	Piauí		Santana do Piauí
Nordeste	Piauí		São João da Canabrava
Nordeste	Piauí		São João da Varjota
Nordeste	Piauí		São José do Piauí
Nordeste	Piauí		São Luís do Piauí
Nordeste	Piauí		Sussuapara
Nordeste	Piauí	Tanque do Piauí	
Nordeste	Piauí	Wall Ferraz	
Nordeste	Piauí	Pio IX	Alagoinha do Piauí
Nordeste	Piauí		Alegrete do Piauí
Nordeste	Piauí		Francisco Santos
Nordeste	Piauí		Monsenhor Hipólito
Nordeste	Piauí		Pio IX
Nordeste	Piauí		Santo Antônio de Lisboa
Nordeste	Piauí		São Julião
Nordeste	Piauí		Acauã
Nordeste	Piauí		Bela Vista do Piauí
Nordeste	Piauí		Belém do Piauí

Nordeste	Piauí	Alto Médio Canindé	Betânia do Piauí
Nordeste	Piauí		Caldeirão Grande do Piauí
Nordeste	Piauí		Campinas do Piauí
Nordeste	Piauí		Campo Alegre do Fidalgo
Nordeste	Piauí		Campo Grande do Piauí
Nordeste	Piauí		Capitão Gervásio Oliveira
Nordeste	Piauí		Caridade do Piauí
Nordeste	Piauí		Conceição do Canindé
Nordeste	Piauí		Curral Novo do Piauí
Nordeste	Piauí		Floresta do Piauí
Nordeste	Piauí		Francisco Macedo
Nordeste	Piauí		Fronteiras
Nordeste	Piauí		Isaías Coelho
Nordeste	Piauí		Itainópolis
Nordeste	Piauí		Jacobina do Piauí
Nordeste	Piauí		Jaicós
Nordeste	Piauí		João Costa
Nordeste	Piauí		Lagoa do Barro do Piauí
Nordeste	Piauí		Marcolândia
Nordeste	Piauí		Massapê do Piauí
Nordeste	Piauí		Nova Santa Rita
Nordeste	Piauí		Padre Marcos
Nordeste	Piauí		Paes Landim
Nordeste	Piauí	Patos do Piauí	
Nordeste	Piauí	Paulistana	
Nordeste	Piauí	Pedro Laurentino	

Nordeste	Piauí		Queimada Nova
Nordeste	Piauí		Ribeira do Piauí
Nordeste	Piauí		Santo Inácio do Piauí
Nordeste	Piauí		São Francisco de Assis do Piauí
Nordeste	Piauí		São João do Piauí
Nordeste	Piauí		Simões
Nordeste	Piauí		Simplício Mendes
Nordeste	Piauí		Socorro do Piauí
Nordeste	Piauí		Vera Mendes
Nordeste	Piauí		Vila Nova do Piauí
Nordeste	Rio Grande do Norte	Mossoró	Areia Branca
Nordeste	Rio Grande do Norte		Baraúna
Nordeste	Rio Grande do Norte		Grossos
Nordeste	Rio Grande do Norte		Mossoró
Nordeste	Rio Grande do Norte		Serra do Mel
Nordeste	Rio Grande do Norte		Tibau
Nordeste	Rio Grande do Norte	Chapada do Apodi	Apodi
Nordeste	Rio Grande do Norte		Caraúbas
Nordeste	Rio Grande do Norte		Felipe Guerra
Nordeste	Rio Grande do Norte		Governador Dix-Sept Rosado

Nordeste	Rio Grande do Norte	Médio Oeste	Campo Grande
Nordeste	Rio Grande do Norte		Janduís
Nordeste	Rio Grande do Norte		Messias Targino
Nordeste	Rio Grande do Norte		Paraú
Nordeste	Rio Grande do Norte		Triunfo Potiguar
Nordeste	Rio Grande do Norte		Upanema
Nordeste	Rio Grande do Norte		Vale do Açu
Nordeste	Rio Grande do Norte	Assu	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Carnaubais	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Ipangaçu	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Itajá	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Jucurutu	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Pendências	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Porto do Mangue	
Nordeste	Rio Grande do Norte	São Rafael	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Água Nova	

Nordeste	Rio Grande do Norte	Serra de São Miguel	Coronel João Pessoa
Nordeste	Rio Grande do Norte		Doutor Severiano
Nordeste	Rio Grande do Norte		Encanto
Nordeste	Rio Grande do Norte		Luís Gomes
Nordeste	Rio Grande do Norte		Major Sales
Nordeste	Rio Grande do Norte		Riacho de Santana
Nordeste	Rio Grande do Norte		São Miguel
Nordeste	Rio Grande do Norte		Venha-Ver
Nordeste	Rio Grande do Norte		Pau dos Ferros
Nordeste	Rio Grande do Norte	Francisco Dantas	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Itaú	
Nordeste	Rio Grande do Norte	José da Penha	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Marcelino Vieira	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Paraná	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Pau dos Ferros	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Pilões	

Nordeste	Rio Grande do Norte		Portalegre
Nordeste	Rio Grande do Norte		Rafael Fernandes
Nordeste	Rio Grande do Norte		Riacho da Cruz
Nordeste	Rio Grande do Norte		Rodolfo Fernandes
Nordeste	Rio Grande do Norte		São Francisco do Oeste
Nordeste	Rio Grande do Norte		Severiano Melo
Nordeste	Rio Grande do Norte		Taboleiro Grande
Nordeste	Rio Grande do Norte		Tenente Ananias
Nordeste	Rio Grande do Norte		Viçosa
Nordeste	Rio Grande do Norte	Umarizal	Almino Afonso
Nordeste	Rio Grande do Norte		Antônio Martins
Nordeste	Rio Grande do Norte		Frutuoso Gomes
Nordeste	Rio Grande do Norte		João Dias
Nordeste	Rio Grande do Norte		Lucrécia
Nordeste	Rio Grande do Norte		Martins
Nordeste	Rio Grande do Norte		Olho-d'Água do Borges

Nordeste	Rio Grande do Norte		Patu
Nordeste	Rio Grande do Norte		Rafael Godeiro
Nordeste	Rio Grande do Norte		Serrinha dos Pintos
Nordeste	Rio Grande do Norte		Umarizal
Nordeste	Rio Grande do Norte	Macau	Caçara do Norte
Nordeste	Rio Grande do Norte		Galinhos
Nordeste	Rio Grande do Norte		Guamaré
Nordeste	Rio Grande do Norte		Macau
Nordeste	Rio Grande do Norte		São Bento do Norte
Nordeste	Rio Grande do Norte	Angicos	Afonso Bezerra
Nordeste	Rio Grande do Norte		Angicos
Nordeste	Rio Grande do Norte		Caçara do Rio do Vento
Nordeste	Rio Grande do Norte		Fernando Pedroza
Nordeste	Rio Grande do Norte		Jardim de Angicos
Nordeste	Rio Grande do Norte		Lajes
Nordeste	Rio Grande do Norte		Pedra Preta

Nordeste	Rio Grande do Norte		Pedro Avelino	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Serra de Santana	Bodó	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Cerro Corá	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Florânia	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Lagoa Nova	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Santana do Matos	
Nordeste	Rio Grande do Norte		São Vicente	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Tenente Laurentino Cruz	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Caicó	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Seridó Ocidental	Ipueira
Nordeste	Rio Grande do Norte	Jardim de Piranhas		
Nordeste	Rio Grande do Norte	São Fernando		
Nordeste	Rio Grande do Norte	São João do Sabugi		
Nordeste	Rio Grande do Norte	Serra Negra do Norte		
Nordeste	Rio Grande do Norte	Timbaúba dos Batistas		
Nordeste	Rio Grande do Norte			Acari

Nordeste	Rio Grande do Norte	Seridó Oriental	Carnaúba dos Dantas
Nordeste	Rio Grande do Norte		Cruzeta
Nordeste	Rio Grande do Norte		Currais Novos
Nordeste	Rio Grande do Norte		Equador
Nordeste	Rio Grande do Norte		Jardim do Seridó
Nordeste	Rio Grande do Norte		Ouro Branco
Nordeste	Rio Grande do Norte		Parelhas
Nordeste	Rio Grande do Norte		Santana do Seridó
Nordeste	Rio Grande do Norte		São José do Seridó
Nordeste	Rio Grande do Norte		Baixa Verde
Nordeste	Rio Grande do Norte	Jandaíra	
Nordeste	Rio Grande do Norte	João Câmara	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Parazinho	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Poço Branco	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Barcelona	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Campo Redondo

Nordeste	Rio Grande do Norte	Borborema Potiguar	Coronel Ezequiel
Nordeste	Rio Grande do Norte		Jaçanã
Nordeste	Rio Grande do Norte		Japi
Nordeste	Rio Grande do Norte		Lagoa de Velhos
Nordeste	Rio Grande do Norte		Lajes Pintadas
Nordeste	Rio Grande do Norte		Monte das Gameleiras
Nordeste	Rio Grande do Norte		Ruy Barbosa
Nordeste	Rio Grande do Norte		Santa Cruz
Nordeste	Rio Grande do Norte		São Bento do Trairi
Nordeste	Rio Grande do Norte		São José do Campestre
Nordeste	Rio Grande do Norte		São Tomé
Nordeste	Rio Grande do Norte		Serra de São Bento
Nordeste	Rio Grande do Norte		Sítio Novo
Nordeste	Rio Grande do Norte		Tangará
Nordeste	Rio Grande do Norte		Boa Saúde
Nordeste	Rio Grande do Norte		Bom Jesus

Nordeste	Rio Grande do Norte	Agreste Potiguar	Brejinho
Nordeste	Rio Grande do Norte		Ielmo Marinho
Nordeste	Rio Grande do Norte		Jundiá
Nordeste	Rio Grande do Norte		Lagoa d'Anta
Nordeste	Rio Grande do Norte		Lagoa de Pedras
Nordeste	Rio Grande do Norte		Lagoa Salgada
Nordeste	Rio Grande do Norte		Monte Alegre
Nordeste	Rio Grande do Norte		Nova Cruz
Nordeste	Rio Grande do Norte		Passa-e-Fica
Nordeste	Rio Grande do Norte		Passagem
Nordeste	Rio Grande do Norte		Riachuelo
Nordeste	Rio Grande do Norte		Santa Maria
Nordeste	Rio Grande do Norte		Santo Antônio
Nordeste	Rio Grande do Norte		São Paulo do Potengi
Nordeste	Rio Grande do Norte		São Pedro
Nordeste	Rio Grande do Norte		Senador Elói de Souza

Nordeste	Rio Grande do Norte		Serra Caiada	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Serrinha	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Várzea	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Vera Cruz	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Litoral Nordeste	Maxaranguape	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Pedra Grande	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Pureza	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Rio do Fogo	
Nordeste	Rio Grande do Norte		São Miguel do Gostoso	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Taipu	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Touros	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Macaíba	Ceará-Mirim
Nordeste	Rio Grande do Norte			Macaíba
Nordeste	Rio Grande do Norte			Nísia Floresta
Nordeste	Rio Grande do Norte	São Gonçalo do Amarante		
Nordeste	Rio Grande do Norte	São José de Mipibu		

Nordeste	Rio Grande do Norte	Natal	Extremoz	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Natal	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Parnamirim	
Nordeste	Rio Grande do Norte	Litoral Sul	Arez	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Baía Formosa	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Canguaretama	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Espírito Santo	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Goianinha	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Montanhas	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Pedro Velho	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Senador Georgino Avelino	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Tibau do Sul	
Nordeste	Rio Grande do Norte		Vila Flor	
Nordeste	Sergipe		Sergipana do Sertão do São	Canindé de São Francisco
Nordeste	Sergipe			Feira Nova
Nordeste	Sergipe	Gararu		
Nordeste	Sergipe	Graccho Cardoso		
Nordeste	Sergipe	Itabi		

Nordeste	Sergipe	Francisco	Monte Alegre de Sergipe
Nordeste	Sergipe		Nossa Senhora da Glória
Nordeste	Sergipe		Poço Redondo
Nordeste	Sergipe		Porto da Folha
Nordeste	Sergipe	Carira	Carira
Nordeste	Sergipe		Frei Paulo
Nordeste	Sergipe		Nossa Senhora Aparecida
Nordeste	Sergipe		Pedra Mole
Nordeste	Sergipe		Pinhão
Nordeste	Sergipe		Ribeirópolis
Nordeste	Sergipe		
Nordeste	Sergipe	Nossa Senhora das Dores	Aquidabã
Nordeste	Sergipe		Cumbe
Nordeste	Sergipe		Malhada dos Bois
Nordeste	Sergipe		Muribeca
Nordeste	Sergipe		Nossa Senhora das Dores
Nordeste	Sergipe		São Miguel do Aleixo
Nordeste	Sergipe	Agreste de Itabaiana	Areia Branca
Nordeste	Sergipe		Campo do Brito
Nordeste	Sergipe		Itabaiana
Nordeste	Sergipe		Macambira
Nordeste	Sergipe		Malhador
Nordeste	Sergipe		Moita Bonita
Nordeste	Sergipe		São Domingos
Nordeste	Sergipe		
Nordeste	Sergipe	Tobias Barreto	Poço Verde
Nordeste	Sergipe		Simão Dias
Nordeste	Sergipe		Tobias Barreto
Nordeste	Sergipe		Lagarto

Nordeste	Sergipe	Agreste de Lagarto	Riachão do Dantas
Nordeste	Sergipe	Propriá	Amparo de São Francisco
Nordeste	Sergipe		Brejo Grande
Nordeste	Sergipe		Canhoba
Nordeste	Sergipe		Cedro de São João
Nordeste	Sergipe		Ilha das Flores
Nordeste	Sergipe		Neópolis
Nordeste	Sergipe		Nossa Senhora de Lourdes
Nordeste	Sergipe		Propriá
Nordeste	Sergipe		Santana do São Francisco
Nordeste	Sergipe		Telha
Nordeste	Sergipe		Cotinguiba
Nordeste	Sergipe	Divina Pastora	
Nordeste	Sergipe	Santa Rosa de Lima	
Nordeste	Sergipe	Siriri	
Nordeste	Sergipe	Japaratuba	Japaratuba
Nordeste	Sergipe		Japoatã
Nordeste	Sergipe		Pacatuba
Nordeste	Sergipe		Pirambu
Nordeste	Sergipe		São Francisco
Nordeste	Sergipe	Baixo Cotinguiba	Carmópolis
Nordeste	Sergipe		General Maynard
Nordeste	Sergipe		Laranjeiras
Nordeste	Sergipe		Maruim
Nordeste	Sergipe		Riachuelo
Nordeste	Sergipe		Rosário do Catete
Nordeste	Sergipe		Santo Amaro das Brotas

Nordeste	Sergipe	Aracaju	Aracaju	
Nordeste	Sergipe		Barra dos Coqueiros	
Nordeste	Sergipe		Nossa Senhora do Socorro	
Nordeste	Sergipe		São Cristóvão	
Nordeste	Sergipe	Boquim	Araúá	
Nordeste	Sergipe		Boquim	
Nordeste	Sergipe		Cristinápolis	
Nordeste	Sergipe		Itabaianinha	
Nordeste	Sergipe		Pedrinhas	
Nordeste	Sergipe		Salgado	
Nordeste	Sergipe		Tomar do Geru	
Nordeste	Sergipe		Umbaúba	
Nordeste	Sergipe		Estância	Estância
Nordeste	Sergipe			Indiaroba
Nordeste	Sergipe	Itaporanga d'Ajuda		
Nordeste	Sergipe	Santa Luzia do Itanhi		

Fonte: Censo IBGE (2010).